

ESP-GRUPAMENTO DE BOMBEIROS MARITIMO (GBMAR)

Edital 14/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
14/2026	180201-ESP-GRUPAMENTO DE BOMBEIROS MARITIMO (GBMAR)	ATHILA BLUM CARDOSO	22/06/2026 16:33 (v 0.5)
Status	DISPONIBILIZADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços comuns de engenharia		057.00016122/2026-91

PROJETO EXECUTIVO EMBARCAÇÃO GOV. FLEURY

CONCORRÊNCIA
CCB-001/412/2026
CONTRATANTE (UASG)
(180201- GRUPAMENTO DE BOMBEIROS MARITIMO - GBMar)

OBJETO

Contratação de empresa, ou profissional especializado em engenharia naval, visando a elaboração do Anteprojeto e do Projeto Executivo destinados à reforma, manutenção e adequação dos sistemas da Embarcação Governador Fleury.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R\$ 292.500,00 (duzentos e noventa e dois mil e quinhentos reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia 05/08/2026 às 09h00 (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:
Menor preço

Modo de disputa:
Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
SIM

1. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ERIC GAZOLA SIVIERO VALLE

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 22/06/2026 às 16:32:36.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - EDITAL_CONCORRENCIA___GBMAR___PROJETO_EXECUTIVO_EMBARCACAO_GOV._FLEURY.pdf (2.39 MB)

CONCORRÊNCIA
CCB-001/412/2026

CONTRATANTE (UASG)
(180201- GRUPAMENTO DE BOMBEIROS MARÍTIMO - GBMar)

OBJETO
Contratação de empresa, ou profissional especializado em engenharia naval, visando a elaboração do Anteprojeto e do Projeto Executivo destinados à reforma, manutenção e adequação dos sistemas da Embarcação Governador Fleury.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R\$ 292.500,00 (duzentos e noventa e dois mil e quinhentos reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia às h (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:
Menor preço

Modo de disputa:
Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
SIM



Baixe o app [Compras.gov.br](https://compras.gov.br)
e apresente sua proposta

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS.....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	6
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	7
7. DA FASE DE JULGAMENTO	10
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	13
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	15
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	15
11. DOS RECURSOS	15
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	15
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	18
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	19

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORPO DE BOMBEIROS**

Grupamento de Bombeiros Marítimo - GBMar

CONCORRÊNCIA Nº CCB-001/412/2026.

Processo Administrativo nº 057.00016122/2026-91

Torna-se público que o **Estado de São Paulo**, por meio do **Grupamento de Bombeiros Marítimo – UGE 180201** sediado **Rua Sargento Vagner Lemella nº 145 Vila Carla, Guarujá - SP**, realizará licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é **contratação de escritório ou profissional especializado em engenharia naval, visando a elaboração do Anteprojeto e do Projeto Executivo destinados à reforma, manutenção e adequação dos sistemas da embarcação Governador Fleury**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. *A licitação será dividida em itens, conforme definido no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.*

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar desta Concorrência os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. *Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.*

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1.1. *O tratamento favorecido a que se refere a subdivisão acima fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte e às cooperativas (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.*

3.5.2. *Para o item 01, a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.*

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus Anexos;

3.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. Aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. ***Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.***

3.11. ***Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.***

3.11.1. ***Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da Lei nº 14.133, de 2021.***

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o **preço**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. Não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte **ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007** deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado

o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e **as cooperativas se admitida a participação de cooperativas no item 3.10** que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e **equiparadas**, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e **equiparadas**, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou **sociedade cooperativa equiparada (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10)**.

4.4.6. ***O licitante organizado em cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.***

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item

5.1.2. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo especificado na documentação que constitui Anexo deste Edital;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. *As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.*

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

- 6.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o agente/comissão de contratação e os licitantes.
- 6.4.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5.** O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 6.7.** O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior** (*conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital*) ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8.** O intervalo mínimo de diferença de **valores** entre os lances/as ofertas, que incidirá tanto em relação ao valor estimado quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **2.000,00 (dois mil reais)**.
- 6.9.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.
- 6.11. *Exceção às concorrências, será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.***
- 6.11.1. *A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.***
- 6.11.2. *A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.***
- 6.11.3. *Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.***
- 6.11.4. *Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o (a) agente/comissão de contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.***
- 6.11.5. *Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.***
- 6.12.** Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15.** No caso de desconexão com o (a) agente/comissão de contratação, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o (a) agente/comissão de contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo (a) agente/comissão de contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. *Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances/ofertas, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.*

6.18.1. *Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.*

6.18.2. *A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.*

6.18.3. *Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.*

6.18.4. *No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.*

6.18.5. *Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.*

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

6.19.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. Empresas brasileiras;

6.19.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer **acima do preço máximo** (*conforme o critério de julgamento estabelecido no início deste Edital*) definido para a contratação, o(a) agente/comissão de contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O(A) agente/comissão de contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao(à) agente/comissão de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do agente/comissão de contratação, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o(a) agente/comissão de contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) agente/comissão de contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o(a) agente/comissão de contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, §1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o(a) agente/comissão de contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o(a) agente/comissão de contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o(a) agente/comissão de contratação examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o(a) agente/comissão de contratação passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. Contiver vícios insanáveis;

- 7.7.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;
- 7.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;
- 7.7.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

- 7.8.1. ***A caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.***
- 7.8.2. ***Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, observado o disposto na subdivisão subsequente.***
 - 7.8.2.1. ***A inexequibilidade, na hipótese de proposta cujo valor seja inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, só será considerada após diligência do(a) agente/comissão de contratação, facultando ao licitante comprovar, no prazo assinalado pela Administração, a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, sob pena de desclassificação.***
- 7.8.3. ***Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.***

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. ***Considerando que o custo global estimado do objeto licitado é decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.***

7.10.1. ***O licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, nos termos do disposto no § 5º do art. 56 da Lei nº 14.133, de 2021.***

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.11.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico - financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

8.2.1. **Considerando que na presente licitação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia, ou de apresentar declaração de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, observando-se o disposto na documentação que integra este Edital como Anexo.**

8.2.2. **Se for permitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio em subdivisão do item 3, para efeito de habilitação técnica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.**

8.2.2.1. **Na hipótese de admissão da participação de pessoas jurídicas em consórcio e exigência de requisito(s) de habilitação econômico-financeira de que trata a subdivisão acima, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 30% (trinta por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido dos licitantes individuais para habilitação econômico-financeira.**

8.2.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.8. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do

documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.9.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.10. A verificação pelo(a) agente/comissão de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do(a) agente/comissão de contratação.

8.11. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

8.12.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.12.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.13. Na análise dos documentos de habilitação, o(a) agente/comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) agente/comissão de contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.16. **A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.**

8.16.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5

(cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.17. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados **pelo(s) seguinte(s) meio(s): pelo site <https://pncp.gov.br/app/editais> (pesquisando pelo ID da contratação e acessando a contratação) ou solicitação pelo e-mail gbmaruge@policiamilitar.sp.gov.br, no sítio do Corpo de Bombeiros <https://cbaplang.corpodebombeiros.sp.gov.br/internetCB/#/Licitacoes>**

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) agente/comissão de contratação durante o certame;

12.1.5. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. Recusar -se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. Recusar -se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. Advertência;

12.2.2. Multa;

12.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.

12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será

descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo(s) seguinte(s) meio(s): **pelo site <https://pncp.gov.br/app/editais> (pesquisando pelo ID da contratação e acessando a contratação) ou solicitação pelo e-mail gmaruge@policiamilitar.sp.gov.br.**

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão **publicadas no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na internet: Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), ou (<https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>) e <https://pncp.gov.br/app/editais> (pesquisando pelo ID da contratação e acessando a contratação)** sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item **14.2.**

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constituem, igualmente, condições) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. A apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.1.5.2. A indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10);

14.2.1.5.3. A apresentação do registro ou inscrição do licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU competente, com o visto do CREA/SP ou do CAU/SP, conforme o caso, se o local do registro ou inscrição for situado em região não compreendida na área de jurisdição da referida entidade, observada a legislação aplicável.

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (CINCO) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) agente/comissão de contratação.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo(a) agente/comissão de contratação.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o(a) agente/comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública desta licitação.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.12. Em relação à disciplina acerca de programas de integridade, será observado o disposto no Decreto estadual nº 69.861, de 11 de setembro de 2025, e na Resolução CGE nº 4, de 27 de fevereiro de 2026, quando for o caso.

14.13. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico: <https://cbaplang.corpodebombeiros.sp.gov.br/internetCB/#/Licitacoes>

14.15. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.16.1. ANEXO I – Termo de Referência;

14.16.1.1. **ANEXO I.1 – Projeto básico Nº GBMar-001/500/26;**

14.16.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

14.16.3. ANEXO III – Cópia do ato normativo sobre sanções aplicável;

14.16.4. ANEXO IV – Modelos referente a planilha de proposta;

14.16.4.1. **ANEXO IV.1 – Cronograma Físico Financeiro;**

14.16.5. ANEXO V – Modelos de Declaração;

14.16.5.1. **ANEXO V.1. - Modelo de Declaração Ministério do Trabalho e Previdência;**

14.16.5.2. **ANEXO V.2. - Modelo de Declaração Marco Legal Anticorrupção;**

14.16.5.3. **ANEXO V.3. – Modelo de Declaração Microempresas ou Empresa de Pequeno Porte;**

14.16.5.4. **ANEXO V.4. – Modelo de Declaração Cooperativa;**

14.16.6. ANEXO VI – Modelos referentes à vistoria prévia;

14.16.6.1. **ANEXO VI.1. – Declaração de conhecimento do local e das condições da realização do objeto da licitação precedida de vistoria;**

14.16.6.2. **ANEXO VI.2. – Declaração de conhecimento de local e das condições da realização do objeto da licitação;**

14.16.6.3. **ANEXO VI.3. – Declaração de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;**

14.16.7. ANEXO VII – Avaliação de Execução de Serviços;

14.16.8. ANEXO VIII – Planilha orçamentária.

....., de de 20....

[IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE]

ANEXO I – Termo de Referência



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO CORPO DE BOMBEIROS

GRUPAMENTO DE BOMBEIROS MARÍTIMO

(Processo Administrativo nº 057.00016122/2026-91)

01. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de escritório ou profissional especializado em engenharia naval, visando a elaboração do Anteprojeto e do Projeto Executivo destinados à reforma, manutenção e adequação dos sistemas da embarcação Governador Fleury, serviço especializado para realização de manutenção corretiva, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO (se não for sigiloso)	VALOR TOTAL (se não for sigiloso)
1	SERVIÇO DE ESTUDO E PROJETOS DE INDUSTRIA NAVAL	671	SERVIÇO	01	R\$ 292.500,00	R\$ 292.500,00

- 1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.
- 1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o [Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023](#).
- 1.1.3. O objeto desta contratação não inclui o emprego de bens de luxo, nos termos do [Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023](#).
- 1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do [Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023](#).
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias, a contar da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 1.4. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação

Subcontratação

1.5. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [ANO], nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 46377800000127-0-000116/2026

II) Data de publicação no PNCP: 25/06/2025

III) Id do item no PCA:

IV) Classe/Grupo: 33.90.39

V) Identificador da Futura Contratação:

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Projeto Básico, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Garantia da contratação

4.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.2. No prazo de convocação para formalização da contratação, e anteriormente à celebração da contratação, o fornecedor deverá prestar garantia, podendo optar por uma das seguintes modalidades:

I - Caução em dinheiro. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada mediante depósito bancário em favor do Contratante no Banco do Brasil, em conta que contemple a correção monetária do valor depositado;

II - Caução em títulos da dívida pública. Serão admitidos apenas títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente;

III - Fiança bancária. Feita a opção pela fiança bancária, no instrumento deverá constar a renúncia expressa do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil. Será admitida fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

IV - Seguro-garantia. A apólice de seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados em conformidade com a subdivisão posterior, observada a legislação que rege a matéria. Caso tal cobertura não conste expressamente da apólice, o fornecedor vencedor poderá apresentar declaração firmada pela seguradora emitente afirmando que o seguro-garantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos os eventos indicados em conformidade com a subdivisão posterior, observada a legislação que rege a matéria;

V - Título de capitalização. Serão admitidos apenas títulos de capitalização conforme a modalidade instrumento de garantia custeados por pagamento único, com resgate pelo valor total, emitidos com observância da legislação que rege a matéria.

4.2.1. A não prestação da garantia equivale à recusa injustificada de formalização da contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida e sujeitando o fornecedor vencedor às sanções previstas nas normas pertinentes.

4.3. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.4. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9:00 horas às 17:00 horas.

4.5. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.6. Para a vistoria, o representante legal do fornecedor ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pelo fornecedor comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.7. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal de seu representante legal de que conhece o local e as condições da realização do objeto, ou declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.8. O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que será realizado o objeto da contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: a contar da emissão da ordem de serviço;

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho: estão contidas no Projeto Básico em anexo.

5.1.3. Cronograma de realização dos serviços: em anexo a este edital.

Especificação da garantia do serviço

5.2. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), sem prejuízo da responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nos termos da legislação aplicável.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.3. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, *caput*).

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, § 1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.11. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso III).

6.12. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, incisos II e III).

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.17. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.18. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução observará o disposto nesta seção utilizará [o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) conforme previsto no Anexo VII para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.1.1.1. Não tenha produzido os resultados acordados;

7.1.1.2. Tenha deixado de executar as atividades contratadas, ou não as tenha executado com a qualidade mínima exigida; ou

7.1.1.3. Tenha deixado de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os tenha utilizado com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. Cronograma físico-financeiro anexo a este Edital;

Do recebimento

7.4. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.4.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.4.2. O Contratado também apresentará, a cada medição:

I. quando o caso, declaração, sob as penas da lei, afirmando que a madeira utilizada no serviço é, exclusivamente, de origem exótica, ou, no caso de utilização de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no art. 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, declaração, sob as penas da lei, afirmando que realizou as respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA;

II. quando o caso, as guias de transporte federais integradas ao Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais - SINAFLOR/DOF, acompanhadas das respectivas notas fiscais de aquisição dos produtos e subprodutos referidos no art. 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, e o registro de sua destinação final;

III. quando for o caso de utilização de produtos ou subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do art. 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, declaração, sob as penas da lei, afirmando que realizou as respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO;

IV. quando o caso, as notas fiscais de aquisição dos produtos e subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do art. 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO;

V. as faturas e notas fiscais, demais comprovantes da legalidade da madeira utilizada no serviço, quando o caso, tais como Guias Florestais, Documentos de Origem Florestal ou outros eventualmente criados para o controle de produtos e subprodutos florestais, e demais comprovantes da legalidade dos produtos e subprodutos de origem mineral utilizados no serviço, quando o caso, tais como documentos eventualmente criados para o controle desses produtos, acompanhados das respectivas cópias, que serão autenticadas pelo servidor responsável pela recepção.

7.4.3. Caberá ao fiscal administrativo do contrato, após cada medição, conferir junto ao CADMADEIRA a situação cadastral do fornecedor dos produtos e subprodutos referidos no art. 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, e conferir junto ao CADMINÉRIO a situação cadastral do

fornecedor dos produtos e subprodutos referidos no § 1º do art. 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, bem como instruir o processo administrativo com os comprovantes das respectivas inscrições validadas e com as cópias de documentos indicadas na subdivisão anterior, quando o caso.

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **05 dias**, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021, e arts. 17, X e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.5.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.5.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.5.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.5.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.5.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, que observará a *periodicidade mensal*, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.5.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.5.7. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.5.8. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

7.5.9. ***O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.***

7.5.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.6. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.7. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **10 dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e

quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.7.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VI);

7.7.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.7.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.7.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.7.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.9. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.11. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022](#), c/c o [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.11.1. *O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).*

7.12. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.13. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

7.14. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.15. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018](#) c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.16. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.20. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#).

7.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#), c/c o art. 1º do [Decreto estadual nº 32.117, de 1990](#)), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.22.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

7.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.24. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.24.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.25. *O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.*

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. *O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.*

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será *empreitada por preço global*.

Critérios de aceitabilidade de preços

8.3. *O critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação. No momento adequado, o licitante que estiver mais bem colocado na disputa será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborado pela Administração (integrante da documentação que compõe a presente contratação), para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021).*

Exigências de habilitação

8.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.5. *Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;*

8.6. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.7. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.8. **Sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial,

agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020](#);

8.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.12. Sociedade cooperativa: *ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à [Lei nº 12.690, de 2012](#); documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da [Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#);*

8.13. Ato de autorização para o exercício da atividade, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. *Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas; ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;*

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital **quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS** e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. *O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.*

Qualificação Econômico-Financeira

8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de *pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023)*, ou de sociedade simples;

8.24. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

Qualificação Técnica

8.25. *Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia;*

8.25.1. *A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;*

8.25.2. *Registro ou inscrição do licitante na entidade profissional relativa a parcela de maior relevância (projeto executivo em embarcações);*

8.25.3. *Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista na subdivisão acima por meio da apresentação, no momento da celebração da contratação, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil;*

8.26. *Apresentação do(s) profissional(is) abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço(s) de características semelhantes, também abaixo indicado(s):*

a) Para o Engenheiro Naval: serviços de projeto executivo em embarcações.

8.26.1. *O(s) profissional(is) indicado(s) na forma da subdivisão acima deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissional(is) de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.*

8.26.2. *Por ocasião do início da execução do contrato, a comprovação do vínculo do(s) profissional(is) a que se refere a subdivisão anterior poderá se dar mediante a apresentação de contrato de trabalho, de anotações da CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social, ou, no caso de prestador de serviços autônomo, do respectivo contrato de prestação de serviços, ou, no caso de sócio(s), de cópia do contrato social atualizado.*

8.27. *Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão ou atestado, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;*

8.27.1. *Para fins da comprovação de que trata a subdivisão acima, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s):*

8.27.1.1. *Engenharia Naval – serviços de projeto executivo em embarcações;*

8.27.2. *Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante.*

8.27.3. *Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.*

8.27.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Outras comprovações

8.28. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

- a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;

8.29. *Tratando-se de consórcio:*

8.29.1. *Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:*

- a) *Designação do consórcio e sua composição;*
- b) *Finalidade do consórcio;*
- c) *Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;*
- d) *Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;*
- e) *Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;*
- f) *Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;*
- g) *Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;*
- h) *Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão.*

8.29.2. O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

8.29.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.29.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

8.30. *Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:*

8.30.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.30.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.30.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.30.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.30.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.30.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

8.30.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado total da contratação é de **R\$ 292.500,00 (Duzentos e noventa e dois mil, quinhentos reais)**, conforme custos unitários apostos em Anexo do Edital. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, c/c a Instrução Normativa SEGES/ME nº 91, de 16 de dezembro de 2022, e o Decreto estadual nº 67.888, de 2023.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) **Gestão/Unidade: 0001 – Governo do Estado de São Paulo / 180201 – Grupamento de Bombeiros Marítimo;**

II) **Fonte de Recursos: 150010001 - TESOURO;**

III) **Programa de Trabalho: 180505;**

IV) **Elemento de Despesa: 33.90.39-99;**

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

ERIC GAZOLA SIVIERO VALLE
Autoridade competente

FERNANDO NISHIHARA ADÃO
Cap. PM Requisitante

ANEXO I.1



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORPO DE BOMBEIROS
GRUPAMENTO DE BOMBEIROS MARITIMOS

PROJETO BÁSICO PARA CONTRATAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO

1. DO OBJETIVO

1.1. A presente especificação tem por objetivo estabelecer as características mínimas necessárias para a contratação de empresa, escritório ou profissional especializado em engenharia naval, visando a elaboração do Anteprojeto e do Projeto Executivo destinados à reforma, manutenção e adequação dos sistemas da embarcação Governador Fleury, registrada sob o patrimônio CB 17.785 e pertencente à flotilha do Grupamento de Bombeiros Marítimo.

1.2. O projeto executivo a ser elaborado deverá contemplar, de forma detalhada e conforme as normas técnicas vigentes para que a empresa contratada em licitação futura possa compreender todas as intervenções necessárias para garantir a plena operacionalidade, segurança e conformidade regulamentar da embarcação, incluindo, mas não se limitando a: Pintura geral, Docagem e serviços de caldeiraria, Sistema de combate e proteção contra incêndio, Sistema hidráulico e guincho, Sistema de navegação, vistoria, comunicação e segurança, assegurando a modernização dos equipamentos e a conformidade com padrões nacionais e internacionais; Sistema de ar condicionado, Revestimento e acabamento interno, Sistema pneumático, Sistema elétrico, abrangendo adequação de painéis, quadros, circuitos, iluminação e dispositivos de proteção; Sistema de propulsão e governo, incluindo motores, eixos, hélices, leme, comandos e sistemas de timoneira.

1.3. O projeto deverá estar em estrita conformidade com a legislação marítima vigente, com destaque para a observância das Normas da Autoridade Marítima (NORMAM-01), e possibilitar, ao término de sua execução, a regularização documental perante a autoridade marítima, especialmente quanto **à obtenção ou renovação do Certificado de Segurança da Navegação (CSN).**

DADOS DA EMBARCAÇÃO:

Nome da Embarcação:	GOVERNADOR FLEURY;
Fabricante da embarcação:	TRINIT MARINE GROUP;
Tipo de embarcação:	COMBATE à INCÊNDIO;
Material Construtivo:	FERRO e AÇO;
Ano de construção:	1992;
Comprimento:	106 pés ou 32,31 m;
Arqueação Bruta:	220 ton;
Arqueação Líquida:	66 ton
Largura da Boca Moldada:	7,10 m;
Altura do Pontal Moldado:	3,85 m;
Cor Predominante:	VERMELHA e BRANCA;
Motores de Propulsão:	CATERPILLAR C-18 670 HP, ANO 2010;
Numeração dos Motores	T2P01050 e T2P01033;
Número de Inscrição:	401.076942-4; e
Patrimônio:	CB 17.785.

2. DA JUSTIFICATIVA:

2.1. A embarcação em questão possui mais de 33 (trinta e três) anos de operação contínua em ambiente altamente agressivo, submetida a constantes exposições à água salgada, intempéries e condições adversas de mar e tempo. Dessa forma, é imprescindível que o anteprojeto e o projeto executivo a ser elaborado contenham todos os dados técnicos detalhados, completos e precisos, permitindo o correto planejamento, especificação e execução das seguintes intervenções de manutenção como: Serviços de pintura, Docagem, Serviços de caldeiraria, Manutenção dos motores propulsores e respectivos sistemas de suporte (combustível, arrefecimento, exaustão), Avaliação e manutenção dos sistemas de combate e proteção contra incêndio, Revisão e recuperação dos sistemas hidráulico, pneumático, de guincho, navegação, comunicação, vistoria e segurança, Substituição do sistema de ar condicionado, Readequação e substituição do revestimento e acabamento interno, Atualização e modernização do sistema elétrico, incluindo geradores, circuitos, painéis, dispositivos de proteção e iluminação, Avaliação e manutenção do sistema de propulsão e governo (leme, hélices, eixos, timoneira etc.).

2.1.1. Adicionalmente, o projeto deve contemplar todas as pendências levantadas em vistoria em seco, buscar a atualização de todas as soluções técnicas de acordo com as Normas da Autoridade Marítima (NORMAM-01), e obrigatoriedade para a empresa, ao final da execução

dos serviços, a **obtenção ou renovação do Certificado de Segurança da Navegação (CSN)** atualmente vencido. Todas as especificações e orientações constantes no projeto visam subsidiar a futura licitação e garantir efetividade e regularidade na execução das intervenções.

2.2. A contratação visa proporcionar ao SGB Náutico as condições necessárias para manter as atividades desempenhadas pela embarcação Governador Fleury. Considerando sua construção há mais de 33 (trinta e três) anos, torna-se indispensável que sejam realizadas as readequações técnicas e estruturais mencionadas no item 2.1, de modo a garantir o cumprimento seguro e eficiente de suas funções.

2.3. É fundamental assegurar que a embarcação esteja com todos os sistemas: elétrico, hidráulico, pneumático, mecânico e de combate a incêndio plenamente atualizados e modernizados, incluindo a substituição de materiais, equipamentos e componentes que se apresentam obsoletos e fora dos padrões atuais de segurança, eficiência e confiabilidade.

2.4. Destaca-se ainda que toda a carpintaria da embarcação necessita de readequação completa, uma vez que os materiais atualmente instalados não apresentam mais condições de uso, sobretudo devido à infestação por cupins e à consequente perda das características estruturais e funcionais.

3. DO SERVIÇO:

3.1. Contratação de escritório e/ou empresa especializada em engenharia naval (obrigatório que tenha um engenheiro naval responsável que deve assinar o projeto) para elaboração de Anteprojeto e Projeto Executivo completo, contemplando os seguintes sistemas:

- 3.1.1. Elaboração de Projeto Executivo do Sistema Elétrica;
- 3.1.2. Elaboração de Projeto Executivo do Sistema Hidráulica;
- 3.1.3. Elaboração de Projeto Executivo do Sistema de Resfriamento de MCP, MCA e Bomba de Incêndio;
- 3.1.4. Elaboração de Projeto Executivo do Sistema de Esgoto;
- 3.1.5. Elaboração de Projeto Executivo do Sistema de Água Potável;
- 3.1.6. Elaboração de Projeto Executivo do Sistema de Óleo Combustível e Suspiro;
- 3.1.7. Elaboração de Projeto Executivo do Sistema Mecânica;
- 3.1.8. Elaboração de Projeto Executivo do Sistema de Propulsão e Linhas de Eixo;
- 3.1.9. Elaboração de Projeto Executivo do Sistema de Navegação Segurança da Navegação, Comunicação e Segurança;
- 3.1.10. Elaboração de Projeto Executivo do Sistema Pneumático e Sistema de Ar Comprimido de Serviços Gerais;

3.1.11. Elaboração de Projeto Executivo do Sistema de Recarga de Cilindros de Mergulho e EPR;

3.1.12. Elaboração de Projeto Executivo do Sistema Combate a Incêndio;

3.1.13. Elaboração de Projeto Executivo do Processo de Caldeiraria, Soldagem e Proteção Catódica;

3.1.14. Elaboração de Projeto Executivo do Projeto Executivo de Docagem e Lançamento;

3.1.15. Elaboração de Projeto Executivo do Projeto Executivo Carpintaria Naval;

3.1.16. Elaboração de Projeto Executivo de Substituição de Equipamentos;

3.1.17. Elaboração de Projeto Executivo de Tratamento de Pintura;

3.1.18. Elaboração de Projeto Executivo de Patamar de Popa.

3.1.19. todos os serviços citados nos itens anteriores (3.1.1. ao 3.1.18.) devem compreender:

3.1.19.1. Anteprojeto;

3.1.19.2. Projeto Executivo detalhado;

3.1.19.3. Memorial Descritivo completo;

3.1.19.4. Cronograma Físico-Financeiro;

3.1.19.5. Planilha de Composição de Custos detalhada;

3.1.19.6. Lista de Materiais com especificações técnicas;

3.1.19.7. 01 (um) Orçamento estimativo baseado em valores de mercado atual, com pelo menos uma cotação de referência;

3.1.19.8. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), obrigatório que seja Engenheiro Naval, devidamente recolhida junto ao CREA;

3.1.19.9. Parecer técnico fundamentado do Engenheiro Naval, contendo justificativas para as soluções adotadas e estimativa de custos para a realização dos serviços.

3.2. Requisitos do Anteprojeto:

3.2.1. A Contratada deverá elaborar o anteprojeto para reformas, manutenção, substituição, modernização e atualização tecnológica da embarcação "Governador Fleury", pertencente à flotilha do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo. O anteprojeto deverá fundamentar-se nos estudos técnicos preliminares, assegurando a viabilidade técnica das intervenções, considerando as características estruturais atuais da embarcação, e possibilitando a avaliação precisa dos custos da obra, bem como a definição dos métodos construtivos e do cronograma de execução;

3.2.2. Durante o desenvolvimento dos projetos, a Contratada deverá realizar reuniões técnicas semanais com o representante designado pela Contratante e com o representante do Comando do Corpo de Bombeiros, a fim de alinhar todas as necessidades operacionais, requisitos técnicos e prioridades da manutenção da embarcação, garantindo que os produtos finais atendam plenamente às expectativas institucionais;

3.2.3. Programa de Necessidades: Previamente à elaboração do anteprojeto, a Contratada deverá executar detalhado programa de necessidades, identificando o conjunto de parâmetros, requisitos técnicos e exigências normativas a serem atendidos pela embarcação. Este levantamento visa proporcionar condições ideais de operação, atender às exigências da Autoridade Marítima para obtenção do Certificado de Segurança da Navegação (CSN) e satisfazer às necessidades operacionais específicas do Grupamento de Bombeiros Marítimo (GBMar);

3.2.3.1. Em um primeiro estágio, a contratada deverá realizar o levantamento e apresentação de informações básicas sobre as necessidades e da embarcação para que a mesma possa receber o Certificado de Segurança da Navegação (CSN) da Autoridade Marítima e das necessidades de atualização, manutenção e substituição de sistemas e peças exigidas pelo contratante;

3.2.4. Na fase inicial, a Contratada deverá realizar minucioso levantamento e apresentação de informações técnicas fundamentais sobre:

3.2.4.1. As adequações necessárias para que a embarcação atenda plenamente os requisitos para obtenção do Certificado de Segurança da Navegação (CSN) emitido pela Autoridade Marítima;

3.2.4.2. As necessidades de atualização tecnológica, manutenção preventiva/corretiva e substituição de sistemas, equipamentos e componentes conforme exigências operacionais da Contratante;

3.2.4.3. Estado atual de conservação e funcionalidade de todos os sistemas da embarcação;

3.2.5. Concluído o Programa de Necessidades, a Contratada deverá apresentar ao Contratante o estudo preliminar contendo a concepção técnica e a representação gráfica preliminar das intervenções propostas, atendendo aos parâmetros e exigências estabelecidos. Esta etapa permitirá avaliar o padrão e os métodos das intervenções que serão recomendados para cada sistema da embarcação para que os estudos possam ser aprofundados no Projeto Executivo;

3.2.6. Após a apresentação dos estudos preliminares e mediante aprovação formal destes estudos por todas as partes envolvidas, serão detalhadas as soluções técnicas e propostas executivas que comporão o Projeto Executivo, conforme representado no anteprojeto;

3.2.7. O anteprojeto deverá representar de forma detalhada e tecnicamente fundamentada as soluções adotadas para as manutenções, atualizações, substituições, plano de docagem e eventuais adaptações, contemplando representações gráficas e especificações técnicas pormenorizadas, incluindo:

3.2.7.1. Definição precisa das tecnologias e soluções técnicas que serão implementadas, com justificativa para cada escolha;

3.2.7.2. Concepção detalhada dos sistemas elétricos, mecânicos, hidráulicos, de navegação, propulsão, navegação, docagem, Carpintaria Naval e de combate a incêndio, com informações técnicas abrangentes que permitam avaliações criteriosas da qualidade do projeto e estimativa precisa do custo da obra;

3.2.8. O anteprojeto deverá, entre outras peças técnicas, desenvolver:

3.2.8.1. Plantas técnicas detalhadas das alterações que serão realizadas em todos os sistemas da embarcação, contendo dimensionamento, cálculos, cotas parciais e totais, indicação de materiais, equipamentos, componentes e demais elementos necessários para a compreensão qualitativa e quantitativa dos serviços propostos;

3.2.8.2. Memorial de cálculo e tabela com levantamento preliminar dos quantitativos de materiais e de serviços para cada tipo de intervenção, acompanhado do respectivo orçamento baseado em preços atualizados de mercado. Todas as peças, componentes e equipamentos especificados deverão ser originais e certificados pelos órgãos competentes, quando aplicável;

3.2.8.3. Todas as peças técnicas deverão ser acompanhadas das respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) do Engenheiro Naval responsável, devidamente registrada junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), contemplando os diferentes sistemas abrangidos pelo projeto.

3.3. DO PROJETO EXECUTIVO:

Em conformidade com a Lei 14.133/21 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), o Projeto Executivo deverá constituir o conjunto completo e detalhado de elementos técnicos necessários e suficientes à execução integral da obra, atendendo rigorosamente às normas pertinentes, incluindo:

- NORMAM 01/DPC (Normas da Autoridade Marítima para Embarcações Empregadas na Navegação em Mar Aberto);

- Normas e regras internacionais de navegação e construção naval;
- Normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);
- Normas da Sociedade Classificadora;
- Demais regulamentações nacionais e internacionais pertinentes.

3.3.1. Desenvolvimento do Projeto Executivo

3.3.1.1. Com base nos anteprojetos formalmente aprovados pela Contratante, a Contratada deverá elaborar o Projeto Executivo completo, contemplando todas as intervenções técnicas necessárias, incluindo:

- Manutenções preventivas e corretivas;
- Modernização tecnológica de sistemas e equipamentos;
- Adaptações estruturais e funcionais;
- Substituição dos sistemas, equipamentos, peças e componentes identificados no anteprojeto como críticos ou obsoletos;
- Adequações às exigências da Autoridade Marítima para obtenção do CSN.

3.3.2. Requisitos Técnicos do Projeto Executivo

3.3.2.1. A Contratada deverá observar com rigor técnico os seguintes aspectos:

3.3.2.1. Utilização de simbologias padronizadas de representação gráfica, conforme prescritas nas normas técnicas específicas da engenharia naval e marítima;

3.3.2.2. Aplicação de escalas adequadas que permitam a visualização clara e precisa de todos os elementos do projeto, observando as proporções corretas e normas técnicas aplicáveis;

3.3.2.3. Detalhamento minucioso dos sistemas e processos construtivos, incluindo interfaces, conexões e procedimentos de instalação, com representações isométricas quando necessário;

3.3.2.4. Especificação técnica completa e detalhada de todos os equipamentos e componentes que serão utilizados, incluindo:

- Marca e modelo de referência;
- Parâmetros técnicos de desempenho;
- Dimensões e peso;
- Requisitos de instalação e operação;

- Certificações exigidas (nacionais e internacionais);
- Compatibilidade com os sistemas existentes.

3.3.2.5. Detalhamento técnico completo de todos os materiais de acabamento, incluindo pisos, revestimentos, forros, divisórias e demais elementos construtivos, com especificações precisas quanto à resistência, durabilidade, manutenção e adequação ao ambiente marítimo;

3.3.2.6. Apresentação de plantas detalhadas com proposta de layout interno, incluindo disposição ergonômica de mobiliário, equipamentos operacionais e de segurança, considerando fluxos de circulação, áreas de escape e otimização do espaço disponível;

3.3.2.7. Inclusão de notas técnicas explicativas, desenhos de referência e carimbos padronizados em todas as pranchas do projeto, obedecendo às normas vigentes de documentação técnica;

3.3.2.8. As pinturas deverão ser detalhadas nas plantas e no memorial descritivo: tipo e especificações de tinta, cores, número de demãos etc;

3.3.2.9. Todos os detalhamentos e especificações técnicas deverão obedecer rigorosamente:

- Normas Técnicas vigentes aplicáveis ao setor naval;
- Código de Obras do Município onde a embarcação será docada;
- Normas internas da Polícia Militar do Estado de São Paulo e do Corpo de Bombeiros;
- Requisitos da Autoridade Marítima;
- Padrões internacionais de qualidade e segurança marítima.

3.3.2.10. O anteprojeto poderá sofrer alterações durante a elaboração dos projetos executivos, conforme o surgimento de novas necessidades técnicas ou operacionais identificadas durante o desenvolvimento do trabalho, mediante aprovação formal da Contratante.

3.3.3. Os materiais, equipamentos, componentes e métodos de manutenção definidos deverão ser minuciosamente detalhados no projeto executivo, incluindo:

- Especificações técnicas completas;
- Procedimentos de instalação, montagem e teste;
- Parâmetros de ajuste e calibração;
- Requisitos de manutenção preventiva;
- Vida útil estimada;
- Garantias técnicas exigidas;

- Certificações necessárias.

3.3.4. A elaboração deverá contemplar todos os sistemas da embarcação como:

- Sistema Elétrico;
- Sistema Hidráulico;
- Sistema de Resfriamento de MCP, MCA e Bomba de Incêndio;
- Sistema de Esgoto;
- Sistema de Água Potável;
- Sistema de Óleo Combustível e Suspiro;
- Sistema Mecânico;
- Sistema de Propulsão e Linhas de Eixo;
- Sistema de Navegação, Segurança da Navegação, Comunicação e Segurança;
- Sistema de Governo;
- Sistema Pneumático e Sistema de Ar Comprimido de Serviços Gerais;
- Sistema de Recarga de Cilindros de Mergulho e EPR;
- Sistema Combate a Incêndio;
- Processo de Caldeiraria, Soldagem e Proteção Catódica;
- Projeto Executivo de Docagem e Lançamento;
- Projeto Executivo Carpintaria Naval;
- Substituição de Equipamentos;
- Tratamento de Pintura;
- Patamar de Popa.

3.3.5. SISTEMA ELÉTRICO

3.3.5.1. Estudo de Demanda Energética;

3.3.5.1.1. A Contratada deverá realizar um estudo técnico completo da demanda energética da Embarcação Governador Fleury, contemplando:

- Levantamento detalhado de todos os equipamentos consumidores instalados a bordo, com suas respectivas potências nominais, tensões de alimentação e regimes de operação;
- Análise das cargas simultâneas em diferentes condições operacionais (navegação, atracado, emergência, etc.);

- Elaboração de relatório técnico de dimensionamento da alimentação de energia, considerando fatores de demanda, fator de potência e crescimento futuro;
- Cálculo das quedas de tensão nas diversas partes do circuito, conforme requisitos normativos;
- Dimensionamento dos materiais e equipamentos que devem ser utilizados como: fios, condutores, conectores, disjuntores, contactores, etc... conforme NBR 5410, IEC 60092 e NORMAM.

3.3.5.2. Emendas, Derivações e Identificação de Cabos

3.3.5.2.1. A Contratada deverá especificar tecnicamente e apontar as normas vigentes sobre o tema como:

- Proibição expressa de emendas e derivações em cabos elétricos fora de caixas de passagem apropriadas;
- Utilização exclusiva de caixas metálicas com fechamento estanque para quaisquer conexões ou derivações;
- Aplicação de conectores certificados para ambiente marítimo, do tipo SINDAL, BLINDEX ou similar de qualidade superior, com certificação para uso náutico;
- Metodologia detalhada para identificação dos cabos através de anilhas ou etiquetas permanentes e resistentes ao ambiente marinho;
- Sistema de acomodação dos cabos em calhas, eletrocalhas, eletrodutos ou bandejamentos adequados, permitindo acesso direto e individualizado a qualquer um deles;
- Requisitos para segregação dos circuitos por nível de tensão e tipo de utilização;
- Metodologia para revisão completa da rede de alimentação de energia de terra, não sendo previsto paralelismo dos geradores com a energia de terra;
- Dimensionamento da capacidade de alimentação por energia externa suficiente para suportar todas as condições operacionais da embarcação quando atracada.

3.3.5.3. Sistema de Aterramento

3.3.5.3.1. A Contratada deverá especificar tecnicamente e apontar as normas vigentes sobre o referido tema como:

- Metodologia completa para o aterramento de todas as caixas de distribuição, tomadas e componentes metálicos do sistema elétrico;
- Projeto e dimensionamento de um terminal principal de aterramento do casco, conforme normas marítimas aplicáveis;

- Cálculos de secção mínima dos condutores de proteção;
- Especificação dos materiais a serem utilizados, considerando a resistência à corrosão em ambiente marinho;
- Sistema de aterramento para equipamentos sensíveis e eletrônicos;
- Metodologia para testes e verificação da continuidade e resistência do sistema de aterramento.

3.3.5.4. Sistema de Captação de Energia Externa (Shore Connection)

3.3.5.4.1. A Contratada deverá redimensionar completamente as instalações de conexão entre o cais e a embarcação, contemplando:

- Projeto de sistema moderno de captação e alimentação de energia "shore connection" (conexão com terra), observando as normas ISO/IEC/IEEE 80005-3 ou equivalente;
- Especificação técnica completa dos componentes do sistema, incluindo cabos, conectores, dispositivos de proteção e quadros de distribuição;
- Dimensionamento para atendimento da demanda total de todos os componentes e equipamentos elétricos e eletrônicos de bordo, sem necessidade de utilização das fontes internas de energia (geradores e baterias);
- Sistema de proteção contra surtos, sobretensão e sobrecargas.

3.3.5.4.2. Requisitos do Sistema de Conexão com Terra

3.3.5.4.2.1. O sistema deverá:

- Atender integralmente aos padrões impostos pelos órgãos reguladores e normas técnicas aplicáveis quanto à segurança elétrica em ambiente naval;
- Utilizar exclusivamente materiais certificados e recomendados para esta finalidade específica;
- Incorporar instrumentação que permita monitoramento contínuo da carga, recarga e qualquer tipo de oscilação ou defeito que possa comprometer o sistema elétrico da embarcação;
- Dispor de dispositivos de proteção contra inversão de fase, variação de frequência e sobretensão;
- Incorporar sistema de intertravamento que impeça a conexão simultânea entre a energia de terra e geradores.

3.3.5.5. Conexões e Terminações

3.3.5.5.1. A Contratada deverá especificar tecnicamente, com fundamentação normativa:

- Metodologia detalhada para a execução de todas as conexões e terminações de cabos elétricos;

- Utilização obrigatória de terminais prensados de alta qualidade, tipo AMP (reforçado – com anel de cobre) ou similar superior, com certificação para uso naval;

- Procedimentos para prensagem dos terminais utilizando exclusivamente ferramentas e métodos recomendados e certificados pelo fabricante do terminal;

- Requisitos de torque para as conexões parafusadas;

- Aplicação de elementos antivibração e anticorrosão nas conexões;

- Metodologia de inspeção e verificação da qualidade das conexões.

3.3.5.6. Quadro de Luzes de Navegação

3.3.5.6.1. A Contratada deverá detalhar completamente:

- Distribuição e especificação técnica de todos os equipamentos elétricos do Quadro de Luzes de Navegação de 24 VDC, localizado no Passadiço a Bombordo (BE);

- Elaboração de diagrama unifilar completo, identificando com precisão o número do circuito e a carga conectada;

- Especificação dos dispositivos de proteção, controle e sinalização;

- Dimensionamento dos condutores conforme normas aplicáveis;

- Definição do sistema de monitoramento de falhas das luzes de navegação;

- Confeção de cópia plastificada deste diagrama para ser colocada na parte interna da porta da caixa do quadro, permitindo rápida consulta pela tripulação.

3.3.5.7. Sistema de Acionamento do Pannel de Ar Comprimido da Rede de Incêndio

3.3.5.7.1. A Contratada deverá detalhar tecnicamente:

- Substituição completa do sistema de acionamento do pannel de ar comprimido da rede de incêndio, localizado no Console de Comando do Passadiço;

- Especificação detalhada de todos os equipamentos elétricos a serem utilizados, incluindo dispositivos de proteção, controle e sinalização;

- Sistema de monitoramento e alarme;

- Diagrama elétrico de comando e potência;

- Procedimentos de testes e comissionamento.

3.3.5.8. Pannel de Luzes de Navegação

3.3.5.8.1. A Contratada deverá especificar tecnicamente:

- Procedimentos detalhados para manutenção do sistema de teste de funcionamento de luzes do Painel de Luzes de Navegação;
- Metodologia para substituição de componentes, se identificada a necessidade durante a inspeção;
- Especificação técnica completa para substituição do alarme sonoro atualmente inoperante, incluindo marca, modelo, características técnicas e procedimentos de instalação;
- Compatibilidade do sistema com as normas marítimas internacionais.

3.3.5.9. Quadro de Alarme Geral

3.3.5.9.1. A Contratada deverá elaborar e especificar tecnicamente:

- Sistema completo para um Quadro de Alarme Geral da embarcação, a ser instalado no console de comando do passadiço;
- Projeto detalhado da interface homem-máquina, com indicação clara e inequívoca de todos os alarmes;
- Arquitetura do sistema de monitoramento e alarmes, incluindo sensores, transmissores, cabeamento e unidade central;
- Especificação técnica dos componentes, priorizando equipamentos de alta confiabilidade e certificados para uso naval;
- Sistema de registro de alarmes (data logger);
- Procedimentos de teste e validação.

3.3.5.10. Sistema de Alarme de Emergência

3.3.5.10.1. A Contratada deverá detalhar e especificar tecnicamente, seguindo as normas marítimas:

- Substituição completa do sistema de alarme de emergência da embarcação;
- Sistema de detecção de alagamento para todos os compartimentos abaixo da linha d'água;
- Especificação dos sensores, transmissores, unidades de processamento e dispositivos de alarme;
- Configuração para emissão de alarmes luminosos e sonoros simultaneamente no compartimento alagado e no passadiço;
- Procedimentos de instalação, teste e manutenção;
- Redundância do sistema para garantir operação em situações críticas.

3.3.5.11. Interruptores de Parada de Emergência

3.3.5.11.1. A Contratada deverá detalhar e especificar tecnicamente, seguindo as normas marítimas:

- Metodologia para substituição dos interruptores ON/OFF externos para parada de emergência dos exaustores da Praça de Máquinas;
- Especificação de interruptores de alta qualidade, resistentes ao ambiente marinho e com certificação de estanqueidade conforme norma IEC 60529 (IPX6 no mínimo);
- Posicionamento ergonômico e devidamente sinalizado;
- Sistema de cabeamento adequado às condições de emergência;
- Procedimentos de teste periódico.

3.3.5.12. Quadro de Distribuição da Cozinha

3.3.5.12.1. A Contratada deverá detalhar tecnicamente:

- Especificação completa de todos os componentes do Quadro de Distribuição de 120 VCA localizado na Cozinha;
- Especificação completa de todos os eletrodomésticos que devem possuir uma cozinha de embarcação desse porte para substituição e readequação dos antigos;
- Elaboração de diagrama unifilar detalhado, identificando claramente o número do circuito e a carga conectada;
- Dimensionamento dos dispositivos de proteção conforme as cargas alimentadas;
- Confecção de cópia plastificada deste diagrama para ser colocada na parte interna da porta da caixa do quadro, permitindo rápida consulta pela tripulação.

3.3.5.13. Quadro de Distribuição da Dispensa

3.3.5.13.1. A Contratada deverá detalhar e especificar tecnicamente:

- Metodologia para substituição completa de todos os disjuntores existentes no Quadro de Distribuição da dispensa;
- Especificação de disjuntores certificados para uso naval, compatíveis com as cargas alimentadas;
- Dimensionamento da capacidade de interrupção de curto-circuito;
- Verificação da seletividade da proteção.

3.3.5.14. Holofotes do Convés Superior e Tijupá

3.3.5.14.1. A Contratada deverá detalhar e especificar tecnicamente:

- Metodologia completa para substituição de todos os holofotes existentes no convés superior e tijupá;

- Redimensionamento do sistema de iluminação externa, com modernização e aprimoramento dos padrões existentes;
- Especificar detalhadamente 02 (dois) faróis de buscas marítimos de alta intensidade e de longo alcance (mínimo de 1.000m de alcance efetivo), sendo um de cada bordo com a finalidade de buscas de náufragos e de pessoas perdidas em costeira;
- Especificação técnica dos novos holofotes, com tecnologia LED de alta eficiência e resistência ao ambiente marinho;
- Substituição completa de tomadas, interruptores, lâmpadas e carcaças em geral;
- Estudo luminotécnico para garantir cobertura adequada das áreas externas;
- Requisitos de proteção contra intempéries (mínimo IPX6).

3.3.5.15. Luzes de Emergência

3.3.5.15.1. A Contratada deverá detalhar e especificar tecnicamente:

- Metodologia para substituição completa das luzes de emergência localizadas no Passadiço, na Enfermaria, na Praça de Máquinas, na Praça dos Geradores e na Área Molhada;
- Especificação técnica para instalação adicional de duas luzes na Praça de Máquinas, uma na Praça dos Geradores e uma na Área Molhada;
- Detalhamento do sistema de alimentação e comutação automática;
- Autonomia mínima requerida em caso de falta de energia;
- Nível de iluminamento conforme normas aplicáveis;
- Certificação para uso naval.

3.3.5.16. Sistema de Fonoclama

3.3.5.16.1. A Contratada deverá detalhar e especificar tecnicamente:

- Metodologia para substituição completa do Sistema de Fonoclama com alto-falantes internos e externos para disseminação de avisos e chamadas de pessoal;
- Especificação de equipamentos certificados para uso naval, com resistência apropriada ao ambiente marinho.

3.3.5.16.2. Detalhamento das manutenções e substituições de equipamentos nos seguintes locais:

- Sala de Estar;
- Enfermaria;

- Cozinha;
- Praça de Máquinas;
- Área Molhada;
- Convés Principal a Bombordo (BE);
- Convés Principal a Boreste (BB);
- Convés Principal a Ré.

3.3.5.16.3. Dimensionamento de potência sonora para cada ambiente;

3.3.5.16.4. Especificação da central de comando e interface com outros sistemas de comunicação;

3.3.5.16.5. Procedimentos de teste e ajuste.

3.3.5.17. Sensores de Alagamento

3.3.5.17.1. A Contratada deverá detalhar e especificar tecnicamente:

3.3.5.17.2. Metodologia para substituição completa dos sensores de alagamento nos seguintes compartimentos:

- Tanque de Colisão de Vante;
- Espaço Vazio entre as cavernas 14 e 32;
- Espaço Vazio entre as cavernas 32 e 44;
- Praça de Máquinas;
- Praça dos Geradores;
- Área Molhada;
- Compartimento de Máquina do Leme;
- Especificação de sensores de alta confiabilidade, específicos para uso

naval;

- Sistema de cabeamento resistente à água e corrosão;
- Unidade de processamento e interface com o sistema de alarme geral;
- Métodos de teste e verificação periódica;
- Redundância para detectores em áreas críticas.

3.3.5.18. Bomba de Água Potável

3.3.5.18.1. A Contratada deverá detalhar e especificar tecnicamente:

- Metodologia para substituição da bomba de água potável, implementando sistema de funcionamento automatizado;

- Dimensionamento da bomba considerando vazão, pressão e regime de operação requeridos;
- Especificação de equipamento certificado para uso naval e apropriado para água potável;
- Sistema de automação com sensores de pressão, nível e controle eletrônico;
- Proteções elétricas e mecânicas;
- Dispositivos de alarme para falhas;
- Procedimentos de manutenção preventiva.

3.3.5.19. Iluminação da Agulha Magnética

3.3.5.19.1. A Contratada deverá elaborar e especificar tecnicamente:

- Projeto detalhado para instalação de uma lâmpada com interruptor exclusivo para iluminação da agulha magnética com controlador da luminosidade;
- Especificação de iluminação não magnética e de baixa intensidade, compatível com a operação noturna;
- Sistema de proteção para garantir que a luminosidade não incida sobre o para-brisas e não interfira na visão noturna;
- Circuito elétrico dedicado com proteção apropriada;
- Posicionamento ergonômico do interruptor.

3.3.5.20. Luminárias Internas

3.3.5.20.1. A Contratada deverá detalhar e especificar tecnicamente:

- Metodologia para substituição completa de todas as luminárias internas da embarcação;
- Especificação de luminárias LED de alta eficiência, certificadas para uso naval;
- Conformidade com as normas marítimas internacionais;
- Cálculo luminotécnico para cada ambiente;
- Temperatura de cor apropriada para cada área específica;
- Proteção contra umidade e vibração;
- Requisitos de instalação e manutenção.

3.3.5.21. Luminárias do Convés

3.3.5.21.1. A Contratada deverá detalhar e especificar tecnicamente:

- Metodologia para substituição de todas as luminárias do convés por lâmpadas LED compactas;

- Especificação completa das luminárias, incluindo globo ou arandela, blindagem e grau de proteção contra água (mínimo IPX6) e própria para uso marítimo;

- Detalhamento da instalação adicional de uma luminária na antepara de proa;

- Cálculo luminotécnico para garantir iluminação adequada de toda a área do convés;

- Proteção contra corrosão e impactos;

- Sistema de fixação apropriado para embarcação marítima;

3.3.5.22. Arranjo de Cabos de Baterias

3.3.5.22.1. A Contratada deverá detalhar e especificar tecnicamente:

- Metodologia para otimização do arranjo dos cabos de baterias da Praça dos Geradores;

- Projeto visando melhoria na manutenção e facilitação da troca de baterias;

- Especificação para substituição dos cabos flexíveis de mesma capacidade, se necessário;

- Detalhamento dos terminais a serem utilizados;

3.3.5.22.2. Composição Atual do Sistema

3.3.5.22.3. O projeto deverá considerar a substituição de componentes conforme as quantidades atuais:

- 30 (trinta) metros de cabo flexível para baterias de 90 mm²;

- 20 (vinte) terminais solda prata para cabo 90 mm²;

- 12 (doze) terminais de bateria com estojo para terminal solda prata.

3.3.5.23. Quadro de Distribuição Geral dos Geradores

3.3.5.23.1. A Contratada deverá detalhar e especificar tecnicamente:

- Metodologia para substituição completa do quadro de distribuição geral dos geradores;

- Dimensionamento e especificação dos disjuntores principais e auxiliares;

- Projeto do painel de controle manual de carga;

- Especificação de instrumentos de medição: amperímetros, voltímetros e frequencímetros;

- Detalhamento das chaves comutadoras;

- Sistema de sinalização e alarmes;
- Dispositivos de proteção contra sobrecarga, curto-circuito e sub/sobretensão;

- Diagrama unifilar detalhado.

3.3.5.24. Retificador/Carregador de Baterias da Praça dos Geradores

3.3.5.24.1. A Contratada deverá detalhar e especificar tecnicamente:

- Metodologia para substituição do retificador/carregador de baterias localizado na Praça dos Geradores;

- Especificação de equipamento totalmente automático, 120 VCA, monofásico;

- Corrente nominal adequada para sistema de 24 volts;

- Capacidade para alimentar duas baterias de 12 VCC com capacidade de 200 Ah cada;

- Certificação específica para uso náutico, similar ao padrão atualmente utilizado;

- Proteções contra sobrecarga, curto-circuito e temperatura;

- Instrução detalhada para fornecimento e aplicação.

3.3.5.25. Retificador/Carregador de Baterias de Serviço Geral

3.3.5.25.1. A Contratada deverá detalhar e especificar tecnicamente:

- Metodologia para substituição do retificador/carregador de baterias de serviço geral localizado no Compartimento do Ar Condicionado;

- Especificação de equipamento totalmente automático, 120 VCA, monofásico;

- Corrente nominal adequada para sistema de 24 volts;

- Capacidade para alimentar duas baterias de 12 VCC com capacidade de 200 Ah cada;

- Certificação específica para uso náutico, similar ao padrão atualmente utilizado;

- Proteções elétricas e térmicas;

- Instrução detalhada para fornecimento e aplicação.

3.3.5.26. Retificador/Carregador de Baterias do Compartimento Abaixo do Passadiço

3.3.5.26.1. A Contratada deverá detalhar e especificar tecnicamente:

- Metodologia para substituição do retificador/carregador de baterias localizado no Compartimento abaixo do passadiço;

- Especificação de equipamento totalmente automático, 120 VCA, monofásico;

- Corrente nominal adequada para sistema de 12 volts;

- Capacidade para alimentar duas baterias de 12 VCC, sendo uma com capacidade de 200 Ah e outra com 150 Ah;

- Certificação específica para uso náutico, similar ao padrão atualmente utilizado;

- Sistema de monitoramento de carga e aviso de falhas;

- Instrução detalhada para fornecimento e aplicação.

3.3.5.27. Retificador/Carregador de Baterias para MCPs

3.3.5.27.1. A Contratada deverá detalhar e especificar tecnicamente:

- Metodologia para substituição do retificador/carregador de baterias na praça de máquinas para as baterias de partida dos Motores de Combustão Principal (MCPs);

- Especificação de equipamento totalmente automático, 120 VCA, monofásico;

- Corrente nominal adequada para sistema de 24 volts;

- Capacidade para alimentar quatro baterias de 12 VCC com capacidade de 200 Ah, separadas em dois bancos independentes;

- Certificação específica para uso náutico, similar ao padrão atualmente utilizado;

- Sistema de equalização de carga entre bancos de baterias;

- Instrução detalhada para fornecimento e aplicação.

3.3.5.28. Substituição de Baterias

3.3.5.28.1. A Contratada deverá detalhar e especificar tecnicamente:

- Metodologia para substituição de todas as baterias existentes, mantendo o padrão atual de voltagem, carga e capacidade.

3.3.5.28.2. Especificação técnica completa para:

- 10 (dez) baterias de 12 VCC e 200Ah, livres de manutenção e exclusivas para uso náutico

- 02 (duas) baterias de 12 VCC e 150Ah, livres de manutenção e exclusivas para uso náutico

- Requisitos de garantia e vida útil
- Procedimentos de instalação e teste
- Recomendações para descarte adequado das baterias substituídas

3.3.5.29. Cabrestantes Elétricos

3.3.5.29.1. A Contratada deverá detalhar e especificar tecnicamente:

- Metodologia para substituição completa dos cabrestantes elétricos de popa (um a Bombordo e outro a Boreste);
- Especificação de equipamentos de alta resistência ao ambiente marinho;
- Dimensionamento de potência e capacidade de carga;
- Detalhamento dos interruptores blindados a serem instalados na antepara situada na Popa;
- Sistema de proteção elétrica dedicado;
- Procedimentos de instalação, ajuste e teste.

3.3.5.30. Grupos Geradores

3.3.5.30.1. A Contratada deverá:

- Realizar dimensionamento técnico completo para novos Grupos Geradores, bem como seus respectivos motores primários;
- Especificar detalhadamente todos os equipamentos para substituição dos 02 (dois) Grupos Geradores existentes e seus respectivos motores primários, que estão obsoletos na embarcação;
- Apresentar laudo técnico de compatibilidade com a infraestrutura da embarcação, incluindo fundações, sistemas de exaustão, refrigeração e combustível;
- Emitir relatório técnico detalhado por profissional habilitado;
- Recolher a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do engenheiro responsável pelo dimensionamento e especificação;
- Especificar requisitos de instalação, comissionamento e testes de aceitação;
- Definir procedimentos de manutenção preventiva e preditiva.

3.3.6. SISTEMA HIDRÁULICO

3.3.6.1. Avaliação Técnica e Mapeamento do Sistema

3.3.6.1.1. A Contratada deverá realizar um levantamento técnico abrangente das condições operacionais de todos os subsistemas componentes do Sistema Hidráulico da embarcação, observando rigorosamente os seguintes requisitos:

- Inspeção Não-Destrutiva (END): Executar vistoria técnica minuciosa com utilização de equipamentos de ensaios não-destrutivos, como o Ultrassom industrial com capacidade para medição de espessura remanescente de tubulações e componentes;

3.3.6.1.2. Escopo da Inspeção: A inspeção deverá abranger todos os componentes do sistema hidráulico, incluindo:

- Tubulações (principais e secundárias);
- Flanges e conexões;
- Válvulas de controle e bloqueio;
- Juntas de expansão e elementos flexíveis;
- Bombas e atuadores hidráulicos;
- Reservatórios e tanques;
- Filtros e trocadores de calor;
- Instrumentos de medição e controle.

3.3.6.1.3. Documentação Técnica: Elaborar relatório técnico detalhado com os resultados das inspeções, contendo:

- Mapeamento completo do sistema com identificação de todos os componentes;
- Medições de espessura remanescente das tubulações;
- Identificação precisa de componentes comprometidos, com registro fotográfico;
- Análise comparativa com os parâmetros estabelecidos pelas normas aplicáveis;
- Recomendações técnicas fundamentadas para substituição ou recuperação de componentes.

3.3.6.2. Procedimentos de Desmontagem e Montagem

3.3.6.2.1. A Contratada deverá detalhar tecnicamente todos os procedimentos de desmontagem e montagem dos componentes do sistema hidráulico, contemplando:

3.3.6.2.1.1. Documentação Técnica Preliminar:

- Elaboração de diagramas isométricos detalhados com identificação de todos os componentes;

- Desenvolvimento de procedimentos operacionais específicos para cada subsistema;
- Sequência lógica de desmontagem e montagem para minimizar interferências;
- Identificação de pontos críticos que requeiram cuidados especiais.

3.3.6.2.1.2. Procedimentos de Desmontagem:

- Metodologia para isolamento seguro dos sistemas, incluindo procedimentos de drenagem e despressurização;
- Técnicas de remoção de componentes preservando as conexões e interfaces;
- Procedimentos para identificação e catalogação de todos os componentes removidos;
- Requisitos de proteção temporária para superfícies e conexões expostas;
- Metodologia para preservação das linhas durante a intervenção.

3.3.6.2.1.3. Procedimentos de Montagem:

- Especificação de torques de aperto para todas as conexões flangeadas, conforme ASME PCC-1;
- Sequenciamento de aperto de parafusos para garantir selagem uniforme;
- Alinhamento preciso de tubulações e componentes, com tolerâncias específicas;
- Requisitos de limpeza e preparação prévia à montagem;
- Especificação de lubrificantes e compostos vedantes apropriados para ambiente marítimo;
- Metodologia para minimização de tensões nas tubulações.

3.3.6.2.1.4. Controle de Qualidade:

- Pontos de inspeção e aprovação durante o processo de montagem;
- Critérios de aceitação claros para cada etapa do processo;
- Documentação fotográfica das etapas críticas;
- Sistema de rastreabilidade de componentes e materiais.

3.3.6.3. Metodologia de Testes e Comissionamento

3.3.6.3.1. A Contratada deverá detalhar tecnicamente os procedimentos de teste e comissionamento para verificação da integridade e funcionalidade do sistema após as intervenções, incluindo:

3.3.6.3.1.1. Testes de Estanqueidade:

- Teste hidrostático das tubulações e componentes conforme ASME B31.1, com pressão de teste igual a 1,5 vezes a pressão de projeto;
- Teste pneumático de baixa pressão para verificação inicial de vazamentos (quando aplicável);
- Metodologia detalhada para pressurização gradual e monitoramento;
- Critérios de aceitação conforme normas aplicáveis;
- Instrumentação calibrada para registro preciso dos parâmetros de teste.

3.3.6.3.1.2. Testes Funcionais:

- Teste de funcionamento de bombas (vazão, pressão, consumo energético, temperatura);
- Comparação com parâmetros de projeto e especificações originais;
- Análise de vibração em equipamentos rotativos;
- Verificação de perdas de carga e eficiência do sistema.
- Verificação de interfaces com outros sistemas (elétrico, pneumático, etc.);
- Testes operacionais em diferentes condições de carga;
- Registro e documentação de todos os parâmetros iniciais para referência futura.

3.3.6.4. Modernização do Piano de Válvulas

3.3.6.4.1. A Contratada deverá detalhar e especificar tecnicamente a modernização completa do Piano de Válvulas, contemplando:

3.3.6.4.1.1. Análise Técnica:

- Avaliação do sistema atual de válvulas de gaveta e suas limitações operacionais;
- Estudo de viabilidade técnica para implementação de válvulas de esfera (¼ de volta);
- Análise de compatibilidade com tubulações e espaços existentes;

- Avaliação de impacto nas condições de pressão e fluxo do sistema.

3.3.6.4.1.2. Especificação Técnica:

- Detalhamento do novo sistema de válvulas de esfera com acionamento por alavanca de ¼ de volta.

3.3.6.4.1.3. Especificação completa dos materiais conforme normas aplicáveis:

- Corpo: Aço inoxidável AISI 316L ou bronze naval CuSn10;
- Esfera: Aço inoxidável AISI 316 polido a espelho;
- Vedações: PTFE reforçado ou similar, compatível com fluido operacional;

- Haste: Aço inoxidável AISI 316 com sistema anti-expulsão;
- Requisitos de certificação específicos para uso naval;
- Classe de pressão adequada à aplicação (mínimo PN16);
- Mecanismo de travamento em posição aberta/fechada;
- Sistema de identificação visual da posição da válvula;
- Revestimento externo resistente à corrosão em ambiente marinho.

3.3.6.4.1.4. Projeto de Execução:

- Desenhos detalhados do novo arranjo do plano de válvulas;
- Detalhamento de adaptadores e conexões necessárias para interfaces com tubulações existentes;
- Projeto de suporte e fixação do conjunto;
- Ergonomia e acessibilidade para operação e manutenção;
- Identificação clara e permanente das válvulas conforme o sistema controlado.

3.3.6.4.1.5. Procedimentos de Instalação:

- Sequência detalhada de remoção do sistema antigo e instalação do novo;
- Requisitos de alinhamento e posicionamento;
- Especificação de torques de aperto para conexões flangeadas ou roscadas;
- Procedimentos de teste individual de cada válvula antes da integração.

3.3.6.5. Quantificação de Componentes

3.3.6.5.1. A Contratada deverá apresentar levantamento quantitativo preciso e detalhado de todos os componentes que deverão ser substituídos ou submetidos à manutenção:

- Metodologia de Quantificação;
- Memorial de Cálculo;
- Planilha Quantitativa;
- Compatibilidade.

3.3.6.6. Especificação Técnica de Componentes

3.3.6.6.1. A Contratada deverá fornecer especificação técnica detalhada de todos os componentes a serem substituídos, incluindo:

- Tubulações;
- Flanges;
- Válvulas;
- Conexões;
- Elementos de Fixação;
- Elementos de Vedação;
- Suportes e Fixações;
- Bombas e Equipamentos.

3.3.6.7. Cada componente especificado deverá ser acompanhado de sua justificativa técnica para seleção, considerando aspectos de durabilidade, resistência à corrosão, facilidade de manutenção e disponibilidade no mercado nacional.

3.3.7. SISTEMA DE RESFRIAMENTO DE MCP, MCA E BOMBA DE INCÊNDIO:

3.3.7.1. Avaliação Técnica e Diagnóstica do Sistema

3.3.7.1.1. A Contratada deverá realizar um levantamento técnico abrangente e detalhado das condições operacionais de todos os subsistemas que compõem o Sistema de Resfriamento dos Motores de Combustão Principal (MCP) e Motores de Combustão Auxiliar (MCA), atendendo rigorosamente aos seguintes requisitos:

- Inspeção Técnica Especializada: Executar vistoria técnica minuciosa e detalhada, utilizando métodos de ensaios não-destrutivos, os mesmos métodos do item 3.3.6.

3.3.7.1.2. Delimitação do Escopo de Inspeção: A inspeção deverá abranger todos os componentes do sistema de resfriamento, incluindo:

3.3.7.1.2.1. Circuito de água salgada (primário):

- Caixas de mar (alta e baixa);
- Bombas de circulação de água salgada;
- Filtros e strainers;
- Tubulações, válvulas e conexões;
- Lado primário dos trocadores de calor;
- Sistema de descarga.

3.3.7.1.2.2. Circuito de água doce (secundário):

- Tanques de expansão;
- Bombas de circulação de água doce;
- Tubulações, válvulas e conexões;
- Lado secundário dos trocadores de calor;
- Circuitos internos de resfriamento dos motores;
- Termostatos, sensores e instrumentação.

3.3.7.1.3. Documentação Técnica: Elaborar relatório técnico detalhado com os resultados das inspeções, contendo:

- Mapeamento completo do sistema com identificação de todos os componentes e instrumentos;
- Medições de espessura remanescente das tubulações e componentes;
- Identificação precisa dos componentes comprometidos, com registro fotográfico;
- Análise comparativa com os parâmetros estabelecidos pelo fabricante dos motores e normas aplicáveis;
- Análise de eficiência térmica do sistema atual;
- Recomendações técnicas fundamentadas para substituição ou recuperação de componentes.

3.3.7.2. Procedimentos de Desmontagem e Montagem

3.3.7.2.1. A Contratada deverá detalhar tecnicamente todos os procedimentos de desmontagem e montagem dos componentes do sistema de resfriamento, contemplando:

- Planejamento Preliminar;
- Procedimentos de Preservação e Preparação;
- Procedimentos de Desmontagem;
- Procedimentos de Montagem;
- Critérios Técnicos Específicos;

- Controle de Qualidade durante a Execução.

3.3.7.3. Procedimentos de Testes e Comissionamento

3.3.7.3.1. A Contratada deverá detalhar tecnicamente os procedimentos de teste e comissionamento para verificação da integridade e funcionalidade do sistema após as intervenções, incluindo:

- Testes Preliminares;
- Testes Hidrostáticos;
- Testes Funcionais em Bancada;
- Testes Funcionais Integrados;
- Comissionamento a Quente.

3.3.7.4. Quantificação e Especificação de Componentes

3.3.7.4.1. A Contratada deverá apresentar levantamento quantitativo preciso e detalhado de todos os componentes que deverão ser substituídos ou submetidos à manutenção, incluindo:

3.3.7.4.1.1. Especificação Técnica Detalhada de Componentes:

- Tubulações;
- Bombas de Circulação;
- Trocadores de Calor;
- Válvulas;
- Elementos de Vedação;
- Instrumentação e Controle;
- Tanques de Expansão;
- Elementos de Fixação;
- Aditivos e Tratamentos Químicos;
- Documentação Técnica de Suporte.

3.3.7.5. Documentação Final e Certificação

3.3.7.5.1. A Contratada deverá fornecer documentação técnica completa, incluindo:

- Documentação As-Built;
- Diagramas atualizados do sistema completo;
- Isométricos detalhados com identificação de todos os componentes;
- Manuais de operação e manutenção;
- Catálogos técnicos de todos os componentes instalados;

- Procedimentos de Manutenção;
- Rotinas de manutenção preventiva com periodicidade definida;
- Procedimentos de limpeza dos trocadores de calor;
- Critérios para substituição de aditivos e tratamentos químicos;
- Lista de verificação para inspeções periódicas.

3.3.7.6. Certificação e Garantia:

- Certificados de conformidade dos materiais e componentes;
- Relatórios de testes e comissionamento;
- Termos de garantia dos componentes e serviços;
- Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do engenheiro

responsável pelo projeto e especificações.

3.3.7.8. A execução de todos os serviços, desde o levantamento inicial até o comissionamento final, deverá ser supervisionada por profissional habilitado com comprovada experiência em sistemas de resfriamento naval, sendo obrigatório o recolhimento de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) junto ao CREA por parte do engenheiro responsável pela especificação técnica e pela validação final do sistema instalado.

3.3.8. SISTEMA DE ESGOTO

3.3.8.1. A Contratada deverá realizar um levantamento técnico abrangente e detalhado das condições operacionais de todos os subsistemas que compõem o Sistema de Esgoto da embarcação, atendendo rigorosamente aos seguintes requisitos:

- Inspeção Técnica Especializada: Executar vistoria técnica minuciosa e detalhada, utilizando métodos de ensaios não destrutivos e técnicas de inspeção adequadas, os mesmos métodos do item 3.3.6.

3.3.8.2. Delimitação do Escopo de Inspeção: A inspeção deverá abranger todos os componentes do sistema de esgoto, incluindo:

- Redes de coleta de águas servidas (cinzas) provenientes de Lavatórios, Chuveiros, Pias de cozinha e copa, Ralos de piso;
- Redes de coleta de águas negras provenientes de Sanitários e Mictórios;
- Sistemas de tratamento como: tanques sépticos, unidades de tratamento biológico (quando existentes) e Caixas de gordura para cozinha;
- Sistemas de bombeamento e maceração como: Bombas de esgoto, Maceradoras, Painéis de controle e automação;

- Sistemas de descarga como: Tubulações de descarga, Válvulas de casco, Válvulas de retenção e Suspiros e respiros;

- Tanques de armazenamento como: Tanques de águas negras, Tanques de águas cinza, Indicadores de nível e Sistemas de ventilação.

3.3.8.3. Documentação Técnica: Elaborar relatório técnico detalhado com os resultados das inspeções, contendo:

- Mapeamento completo do sistema com identificação de todos os componentes e instrumentos;

- Medições de espessura remanescente das tubulações e componentes;

- Identificação precisa dos componentes comprometidos, com registro fotográfico;

- Análise comparativa com os parâmetros estabelecidos pelas normas aplicáveis;

- Análise de capacidade de vazão do sistema atual versus demanda operacional;

- Recomendações técnicas fundamentadas para substituição ou recuperação de componentes.

3.3.8.4. Procedimentos de Desmontagem e Montagem

3.3.8.4.1. A Contratada deverá detalhar tecnicamente todos os procedimentos de desmontagem e montagem dos componentes do sistema de esgoto, contemplando:

- Planejamento Preliminar;
- Procedimentos de Preservação e Preparação;
- Procedimentos de Desmontagem;
- Procedimentos de Montagem;
- Critérios Técnicos Específicos;
- Controle de Qualidade durante a Execução.

3.3.8.5. Procedimentos de Testes e Comissionamento

3.3.8.5.1. A Contratada deverá detalhar tecnicamente os procedimentos de teste e comissionamento para verificação da integridade e funcionalidade do sistema após as intervenções, incluindo:

- Testes Preliminares;
- Testes de Estanqueidade;
- Testes Funcionais em Bancada;

- Testes Funcionais Integrados;
- Testes de Desempenho;
- Documentação de Testes e Comissionamento.

3.3.8.6. Quantificação e Especificação de Componentes

3.3.8.6.1. A Contratada deverá apresentar levantamento quantitativo preciso e detalhado de todos os componentes que deverão ser substituídos ou submetidos à manutenção, incluindo a Metodologia de Quantificação para especificação Técnica Detalhada de Componentes:

- Tubulações;
- Bombas de Esgoto e Maceradoras;
- Válvulas;
- Tanques e Reservatórios;
- Elementos de Vedação;
- Sistemas de Tratamento (quando aplicável);
- Instrumentação e Controle;
- Elementos de Fixação;
- Conexões e Acessórios.

3.3.8.7. Sistema de Esgoto Sanitário

3.3.8.7.1. A Contratada deverá desenvolver projeto detalhado para o sistema de esgoto sanitário, atendendo às seguintes exigências técnicas e normativas:

3.3.8.7.1.1. Requisitos de Projeto:

- Dimensionamento conforme população máxima da embarcação;
- Consideração de fatores de uso simultâneo;
- Garantia de declividades mínimas para escoamento gravitacional;
- Prevenção de retorno de odores e gases;
- Facilidade de manutenção e limpeza;
- Atendimento às exigências da MARPOL Anexo IV.

3.3.8.7.1.2. Requisitos Construtivos:

- Separação física entre sistemas de águas negras e cinzas quando aplicável;
- Instalação de pontos de inspeção e limpeza em locais estratégicos;
- Proteção contra embuchamento e obstrução;

- Sistema de ventilação adequado para alívio de pressões e prevenção de sifonagem;

- Isolamento acústico para bombas e equipamentos.

3.3.8.7.1.3. Sistemas de Tratamento e Descarga:

- Especificação de sistemas de tratamento conforme requisitos da MARPOL Anexo IV;

- Dimensionamento de tanques de retenção com capacidade adequada;
- Sistemas de descarga controlada conforme regulamentações;
- Dispositivos de segurança para prevenção de descargas acidentais;
- Instrumentação e controle para monitoramento de parâmetros críticos.

3.3.8.7.2. Documentação Final e Certificação

3.3.8.7.2.1. A Contratada deverá fornecer documentação técnica completa, incluindo:

- Documentação As-Built;
- Diagramas atualizados do sistema completo;
- Isométricos detalhados com identificação de todos os componentes;
- Manuais de operação e manutenção;
- Catálogos técnicos de todos os componentes instalados;
- Registro fotográfico das instalações concluídas;
- Procedimentos de Manutenção;
- Certificação e Garantia.

3.3.7.8.3. A execução de todos os serviços, desde o levantamento inicial até o comissionamento final, deverá ser supervisionada por profissional habilitado com comprovada experiência em sistemas sanitários navais, sendo obrigatório o recolhimento de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) por parte do engenheiro responsável pela especificação técnica e pela validação final do sistema instalado.

9.3.9. SISTEMA DE ÁGUA POTÁVEL

3.3.9.1. A Contratada deverá realizar um levantamento técnico abrangente e detalhado das condições operacionais de todos os subsistemas que compõem o Sistema de Água Potável da embarcação, atendendo rigorosamente aos seguintes requisitos:

- Inspeção Técnica Especializada

- Ultrassom industrial com capacidade para medição precisa de espessura remanescente de tubulações e componentes, identificando pontos de desgaste, corrosão e/ou obstrução;

- Teste de estanqueidade por pressão hidrostática em todos os trechos do sistema;
- Análise microbiológica e físico-química da água armazenada e em pontos estratégicos do sistema;

- Verificação de integridade dos sistemas de vedação, flanges e conexões.
- Análise da funcionalidade e eficiência das bombas, pressurizadores e sistemas de tratamento;

- Inspeção dos tanques de armazenamento, incluindo revestimentos internos, entradas de ar e dispositivos de medição de nível.

3.3.9.2. Delimitação do Escopo de Inspeção: A inspeção deverá abranger todos os componentes do sistema de água potável, incluindo:

3.3.9.2.1. Sistema de captação e abastecimento:

- Conexões para abastecimento a partir do cais;
- Filtros primários;
- Válvulas de retenção e bloqueio.

3.3.9.2.2. Sistema de armazenamento:

- Tanques de água potável;
- Isolamentos e revestimentos internos;
- Sistemas de ventilação e respiros;
- Dispositivos de medição de nível;
- Bocas de visita e acessos para inspeção.

3.3.9.2.3. Sistema de tratamento:

- Unidades de desinfecção (cloração, UV, ozônio, etc.);
- Filtros (partículas, carvão ativado, etc.);
- Sistemas de mineralização ou correção de pH (quando existentes);
- Equipamentos de monitoramento de qualidade.

3.3.9.2.4. Sistema de distribuição:

- Bombas e pressurizadores;
- Vasos de expansão/hidropneumáticos;
- Tubulações de distribuição principal e ramificações;
- Válvulas de controle e bloqueio;

- Pontos de consumo (torneiras, chuveiros, etc.);
- Aquecedores de água (quando existentes).

3.3.9.2.2. Sistemas de controle e automação:

- Painéis de controle;
- Sensores de pressão, fluxo e nível;
- Dispositivos de proteção contra funcionamento a seco;
- Alarmes e sistemas de monitoramento.

3.3.9.3. Documentação Técnica: Elaborar relatório técnico detalhado com os resultados das inspeções, contendo:

- Mapeamento completo do sistema com identificação de todos os componentes e instrumentos;
- Medições de espessura remanescente das tubulações e componentes;
- Resultados das análises microbiológicas e físico-químicas;
- Identificação precisa dos componentes comprometidos, com registro fotográfico;
- Análise comparativa com os parâmetros estabelecidos pelas normas aplicáveis;
- Análise de capacidade de armazenamento e distribuição do sistema atual versus demanda operacional;
- Recomendações técnicas fundamentadas para substituição ou recuperação de componentes.

3.3.9.4. Procedimentos de Desmontagem, Montagem e Testes

3.3.9.4.1. A Contratada deverá detalhar tecnicamente todos os procedimentos de desmontagem e montagem dos componentes do sistema de água potável, assim como o detalhamento técnico dos procedimentos de teste e comissionamento para verificação da integridade e funcionalidade do sistema após as intervenções, contemplando:

- Planejamento Preliminar;
- Procedimentos de Preservação e Preparação;
- Procedimentos de Desmontagem;
- Procedimentos de Montagem;
- Critérios Técnicos Específicos;
- Controle de Qualidade durante a Execução;
- Testes Preliminares;
- Testes de Estanqueidade;

- Procedimentos de Limpeza e Desinfecção;
- Testes Funcionais em Bancada;
- Testes Funcionais Integrados;
- Testes de Qualidade da Água;
- Documentação de Testes e Comissionamento.

3.3.9.5. Quantificação e Especificação de Componentes

3.3.9.5.1. A Contratada deverá apresentar levantamento quantitativo preciso e detalhado de todos os componentes que deverão ser substituídos ou submetidos à manutenção, incluindo: Metodologia de Quantificação e Especificação Técnica Detalhada de Componentes:

- Tubulações;
- Bombas e Pressurizadores;
- Vasos de Expansão/Hidropneumáticos;
- Válvulas;
- Tanques de Armazenamento;
- Sistemas de Tratamento;
- Elementos de Vedação;
- Instrumentação e Controle;
- Elementos de Fixação;
- Documentação Técnica de Suporte.

3.3.9.6. Documentação Final e Certificação

3.3.9.6.1. A Contratada deverá fornecer documentação técnica completa, incluindo:

3.3.9.6.1.1. Documentação As-Built;

- Diagramas atualizados do sistema completo;
- Isométricos detalhados com identificação de todos os componentes;
- Manuais de operação e manutenção;
- Catálogos técnicos de todos os componentes instalados;
- Registro fotográfico das instalações concluídas;
- Certificados de qualidade e potabilidade.

3.3.9.6.1.2. Procedimentos de Manutenção:

- Rotinas de manutenção preventiva com periodicidade definida;
- Procedimentos de limpeza e sanitização periódica;
- Procedimentos para análises de qualidade da água;
- Lista de verificação para inspeções periódicas;

- Guia de solução de problemas;
- Diretrizes para preservação da potabilidade.

3.3.9.6.1.2. Certificação e Garantia:

- Certificados de conformidade dos materiais e componentes;
- Relatórios de testes e comissionamento;
- Laudos de análise de qualidade da água;
- Termos de garantia dos componentes e serviços;
- Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do engenheiro responsável pelo projeto e especificações;
- Certificados de calibração dos instrumentos de medição.

3.3.9.7. A execução de todos os serviços, desde o levantamento inicial até o comissionamento final, deverá ser supervisionada por profissional habilitado com comprovada experiência em sistemas de água potável para embarcações, sendo obrigatório o recolhimento de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) por parte do engenheiro responsável pela especificação técnica e pela validação final do sistema instalado.

3.3.9.7.1. A certificação final do sistema deverá incluir laudo técnico atestando a conformidade com todas as normas aplicáveis e a potabilidade da água fornecida, conforme exigências da Autoridade Marítima para obtenção do Certificado de Segurança da Navegação (CSN).

3.3.10. SISTEMA DE ÓLEO COMBUSTÍVEL E SUSPIRO

3.3.10.1. A Contratada deverá realizar um levantamento técnico abrangente e detalhado das condições operacionais de todos os subsistemas que compõem o Sistema de Óleo Combustível e Suspiro da embarcação, atendendo rigorosamente aos seguintes requisitos:

3.3.10.1.1. Inspeção Técnica Especializada: Executar vistoria técnica minuciosa e detalhada, utilizando métodos de ensaios não-destrutivos e técnicas de inspeção adequadas, incluindo:

- Ultrassom industrial com capacidade para medição precisa de espessura remanescente de tubulações, tanques e componentes, identificando pontos de desgaste, corrosão e/ou fadiga;
- Líquido penetrante para detecção de trincas e discontinuidades superficiais em componentes críticos;
- Teste de estanqueidade por pressão controlada em todos os trechos do sistema;

- Análise físico-química de amostras de combustível dos tanques para avaliação de contaminação e degradação;
- Verificação da integridade estrutural dos tanques de armazenamento, incluindo soldas, reforços e suportes;
- Análise da funcionalidade e eficiência das bombas, filtros e sistemas de purificação.

3.3.10.2. Delimitação do Escopo de Inspeção: A inspeção deverá abranger todos os componentes do sistema de óleo combustível e suspiro, incluindo:

- Sistema de armazenamento;
- Sistema de abastecimento;
- Sistema de transferência e circulação;
- Sistema de filtragem e purificação;
- Sistema de alimentação dos motores;
- Sistema de suspiro e ventilação;
- Sistemas de controle e monitoramento;

3.3.10.3. Mapeamento completo do sistema com identificação de todos os componentes e instrumentos

- Medições de espessura remanescente das tubulações, tanques e componentes;
- Resultados das análises físico-químicas do combustível;
- Identificação precisa dos componentes comprometidos, com registro fotográfico;
- Análise comparativa com os parâmetros estabelecidos pelas normas aplicáveis;
- Análise de capacidade de armazenamento e distribuição do sistema atual versus demanda operacional;
- Recomendações técnicas fundamentadas para substituição ou recuperação de componentes;
- Avaliação de conformidade com requisitos ambientais e de segurança.

3.3.10.4. Procedimentos de Desmontagem e Montagem e deverá detalhar tecnicamente todos os procedimentos de desmontagem e montagem dos componentes do sistema de óleo combustível e suspiro, assim como detalhar tecnicamente os procedimentos de teste e comissionamento para verificação da integridade e funcionalidade do sistema após as intervenções, contemplando:

- Planejamento Preliminar e Segurança;
- Procedimentos de Preparação;

- Procedimentos de Desmontagem;
- Procedimentos de Montagem;
- Critérios Técnicos Específicos;
- Controle de Qualidade durante a Execução;
- Testes Preliminares;
- Testes de Estanqueidade;
- Testes Funcionais em Bancada;
- Testes Funcionais Integrados;
- Testes de Desempenho;
- Teste de resposta a cargas máximas e variações de demanda;
- Teste de capacidade de transferência entre tanques;
- Teste de funcionamento dos sistemas redundantes (quando existentes);
- Testes de Segurança Específicos;
- Teste de funcionamento das válvulas de fechamento rápido;
- Teste dos sistemas de detecção de vazamentos (quando existentes);
- Documentação de Testes e Comissionamento;
- Certificados de conformidade com requisitos de segurança e ambientais.

3.3.10.5. Quantificação e Especificação de Componentes

3.3.10.5.1. A Contratada deverá apresentar levantamento quantitativo preciso e detalhado de todos os componentes que deverão ser substituídos ou submetidos à manutenção, incluindo: Metodologia de Quantificação e Especificação Técnica Detalhada de Componentes:

- Tubulações:
- Bombas de Combustível:
- Filtros e Separadores:
- Válvulas:
- Tanques de Armazenamento e Serviço:
- Sistema de Suspiro:
- Instrumentação e Controle:
- Elementos de Vedação:
- Elementos de Fixação:
- Documentação Técnica de Suporte:
- Memorial de cálculo para dimensionamento hidráulico
- Verificação de capacidade de armazenamento conforme autonomia requerida

- Cálculos de perda de carga e dimensionamento de bombas
- Análise de flexibilidade das tubulações considerando dilatação térmica
- Diagramas isométricos com identificação de todos os componentes
- Análise de classificação de áreas conforme normas aplicáveis

3.3.10.6. Documentação Final e Certificação

3.3.10.6.1. A Contratada deverá fornecer documentação técnica completa, incluindo:

- Documentação As-Built;
- Procedimentos de Operação e Manutenção;

3.3.11. SISTEMA MECÂNICO

3.3.11.1. Revisão dos Motores Caterpillar C18

3.3.11.1.1. A Contratada deverá realizar um levantamento técnico abrangente e detalhado das condições operacionais dos dois motores CATERPILLAR C18 ACERT TURBO (números de série T2P01050 e T2P01032) instalados na embarcação Governador Fleury, definindo com precisão os itens que deverão integrar a revisão completa dos propulsores, atendendo rigorosamente às especificações do fabricante e aos requisitos técnicos estabelecidos neste memorial descritivo.

3.3.11.1.1.1. Escopo da Avaliação Técnica Inicial:

- Diagnóstico eletrônico completo utilizando software especializado Caterpillar;
- Análise de parâmetros de funcionamento, incluindo pressões, temperaturas e rotações;
- Verificação de códigos de falha ativos e passivos armazenados nas unidades de controle;
- Registro de dados operacionais históricos através da ECM (Electronic Control Module);
- Análise de fluidos (óleo lubrificante, líquido de arrefecimento e combustível) com emissão de laudos laboratoriais;
- Inspeção visual detalhada de todos os componentes acessíveis;
- Teste dinâmico de potência e torque (quando aplicável);
- Análise termográfica para identificação de pontos de sobreaquecimento;
- Análise de vibração para avaliação de condição de componentes rotativos;
- Avaliação da integridade estrutural dos suportes e fundações.

3.3.11.1.2. Desenvolvimento do Plano de Manutenção

3.3.11.1.2.1. A Contratada deverá apresentar um plano detalhado para a execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos motores C18, que deverá ser elaborado por empresa especializada e oficialmente credenciada pela CATERPILLAR, observando a descrição dos serviços mínimos que devem ser incluídos no plano de revisão:

- Motor – Limpeza completa;
- Medidor de Nível de Óleo do Motor – Calibrar;
- Procedimento de Armazenamento do Motor – Verifique;
- Sistema de Combustível – Limpeza total / Escorve;
- Permutador/trocador de Calor - substituir todo o sistema;
- Recomendações de Manutenção
- Tela Filtrante da Água do Mar – Substituir todas;
- Anodos de Sacrifício – Substituir todos;
- Indicador de Serviço do Purificador de Ar do Motor – Substituir todos;
- Cárter do Motor – troca do Óleo;
- Sistema de Combustível - Drenar o Separador de Água e substituir os

filtros;

- Inspeção ao Redor da Máquina;
- Correias – substituição de todas as correias existentes no motor por de

mesma especificação, marca, modelo e que seja original do fabricante do motor;

- Pós-arrefecedor - Inspeção/Limpe a Válvula de Drenagem da

Condensação com substituição da vedação;

- Tela Filtrante da Água do Mar – Substituir todas;
- Anodos de Sacrifício – Substituição de todos;
- Corte de Suprimento de Ar – Teste;
- Colmeia do Pós-arrefecedor – substituição de todas;
- Sistema de Arrefecimento - Troque o Líquido de Vida Útil Prolongada

(ELC) – Líquido original;

- Folga das Válvulas do Motor - Inspeção/Ajuste;
- Rotadores das Válvulas do Motor – Inspeção/Ajuste;
- Injetor de Combustível – Inspeccionar, limpeza e Ajuste com substituição

de no mínimo 06 (seis) unidades Injetores, por motor;

- Bomba de Água Auxiliar – Substituição;

- Bateria- Substituição de todas as baterias da embarcação por de mesma especificação, marca e modelo;

- Correias - Substituição;

- Sistema de Arrefecimento - Substituição do Aditivo Suplementar do Líquido Arrefecedor do Sistema;

- Arrefecimento (SCA) – Substituição;

- Elemento do Purificador de Ar do Motor – Substituir;

- Respiro do Cáster do Motor – Limpeza e manutenção;

- Óleo do Motor e Filtro – Troca (óleo original);

- Sistema de Combustível – Troca do Filtro Primário e o Elemento

(Separador de Água);

- Sistema de Combustível – Substituição do Filtro Secundário;

- Tanque de Combustível - Drenar a Água e os Sedimentos e limpeza dos 03 (três) tanques e armazenamento do combustível;

- Mangueiras e Braçadeiras – substituição de todas as mangueiras e braçadeiras deve ser de aço inox 316;

- Permutador de Calor – Inspeccionar substituir se necessário;

- Turbo alimentador – Inspeccione substituir se necessário;

- Bomba de Água Auxiliar (Impulsor de Bronze) – substituir por de mesma especificação, marca e modelo;

- Sistema de Arrefecimento - Troque o Líquido Arrefecedor DEAC;

- Sistema de Arrefecimento – Substituir o Termostato por de mesma especificação, marca e modelo;

- Amortecedor de Vibrações do Virabrequim – Substituir por de mesma especificação, marca, modelo e que seja original da marca do fabricante dos motores;

- Suportes do Motor – substituição;

- Sensor de Rotação e Regulagem do Motor – Substituição por de mesma especificação, marca e modelo;

- Folga das Válvulas do Motor - Inspeccione/Ajuste;

- Rotadores das Válvulas do Motor – Inspeccione e substituição por de mesma especificação, marca e modelo;

- Motor de Partida – substituição por de mesma especificação, marca e modelo;

- Alternador – Substituição por de mesma especificação, marca e modelo;
- Colmeia do Arrefecedor de Óleo - Verificar/Limpar/Testar;
- Revisão geral;
- Revisão (Extremidade Superior).

3.3.11.1.2. Observar que quando da execução de todos os serviços deverão ser realizadas por empresa oficialmente credenciada pela Caterpillar, com técnicos certificados pelo fabricante e experiência comprovada em manutenção de motores marítimos da linha C18 ACERT. Todos os procedimentos deverão seguir rigorosamente as especificações técnicas do fabricante, utilizando ferramentas especiais homologadas e métodos de trabalho que garantam a preservação da integridade dos equipamentos e a segurança das operações.

3.3.12. SISTEMA DE PROPULSÃO LINHAS DE EIXO

3.3.12.1. A Contratada deverá desenvolver e apresentar um plano técnico detalhado para a execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva das linhas de eixo e conjunto propulsor da embarcação Governador Fleury, compreendendo um par de hélices e respectivos componentes associados. O plano deverá contemplar metodologias específicas, cronograma de execução, recursos necessários e protocolos de verificação, observando rigorosamente as normas técnicas aplicáveis e as melhores práticas da engenharia naval.

3.3.12.1.1. Desmontagem e Remoção das Linhas de Eixo

- Procedimentos Preliminares;
- Elaboração de procedimento específico para desmontagem segura dos componentes;
- Elaboração de plano de içamento considerando as cargas e centros de gravidade;
- Definição de interfaces com outros sistemas a serem preservados durante a operação;
- Elaboração de plano de Desmontagem e remoção completa das duas linhas de eixo, cada uma com diâmetro de 5" (127 mm) e comprimento de 9,35 metros;
- Identificação e catalogação de todos os componentes removidos;
- Especificações Técnicas.

3.3.12.1.2. Recuperação e Verificação dos Eixos Propulsores

- Análise e Diagnóstico Inicial;
- Inspeção visual detalhada com documentação fotográfica;

- Medição dimensional precisa para documentação do estado atual;
- Verificação de desgastes, corrosão, trincas ou deformações;
- Análise específica das regiões críticas (moentes dos mancais, regiões das caixas de gaxetas, rasgos de chaveta);
- Determinação da estratégia de recuperação baseada nas condições encontradas;
- Elaboração de plano de procedimentos de Recuperação.

3.3.12.1.3. Manutenção das Luvas de Acoplamento

- Elaboração de plano de procedimentos de Inspeção e Recuperação;
- Elaboração de plano de substituição completa de todos os parafusos de acoplamento por novos elementos de fixação com especificação igual ou superior aos originais;
- Elaboração de especificações Técnicas detalhada;
- Elaboração de plano de torque de aperto conforme especificação do fabricante, com controle e registro;
- Elaboração de documentação Técnica.

3.3.12.1.4. Verificação e Correção de Alinhamento

- Elaboração de plano de procedimentos de Verificação;
- Elaboração de plano de método ótico de alta precisão para verificação do alinhamento entre todos os componentes da linha propulsora;
- Elaboração de relatório detalhado com medições e desvios encontrados;
- Desenvolvimento de plano de correção baseado nas medições realizadas
- Elaboração de plano de procedimentos de Correção;
- Elaboração de plano de ajuste preciso durante a instalação das novas buchas para correção de desalinhamentos identificados;
- Elaboração de especificações Técnicas.

3.3.12.1.5. Elaboração de plano de Manutenção dos Hélices Propulsores

- Elaboração de plano de procedimentos de Remoção e Inspeção;
- Elaboração de plano de remoção criteriosa dos hélices propulsores preservando superfícies de contato e marcações de balanceamento;
- Elaboração de plano de limpeza técnica utilizando métodos não abrasivos para preservação do acabamento superficial;
- Elaboração de plano de procedimentos de Recuperação;

- Elaboração de plano de correção de empenos dentro dos limites técnicos aceitáveis;

- Elaboração de especificações Técnicas.

3.3.12.1.6. Elaboração de plano de Montagem e Ajustes de Precisão

- Elaboração de plano de procedimentos de Fitting;
- Elaboração de plano para execução de fitting mínimo de 75% entre o eixo e o hélice, através de técnicas de ajuste por raspagem;

- Elaboração de plano para execução de fitting mínimo de 75% entre o eixo e a luva de acoplamento;

- Elaboração de plano de substituição e Instalação de Buchas;
- Elaboração de plano de recuperação de Componentes Auxiliares;
- Elaboração de plano de substituição completa dos estojos e das gaxetas utilizando materiais específicos para aplicação naval;

- Elaboração de plano de intervenção no Tubo Telescópico;
- Elaboração de plano de limpeza interna completa do tubo telescópico utilizando métodos não abrasivos;

- Elaboração de plano de remontagem do Sistema;
- Elaboração de plano de montagem sequencial de todos os componentes conforme plano detalhado;

- Elaboração de plano de instalação de novas gaxetas dos eixos propulsores de Bombordo e Boreste utilizando material específico para aplicação naval;

- Elaboração de especificações Técnicas.

3.3.12.2. A execução de todos os serviços deverá ser realizada por empresa especializada com comprovada experiência em manutenção de sistemas propulsores navais, sob supervisão de engenheiro naval devidamente habilitado, com emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao CREA. Todos os procedimentos deverão seguir rigorosamente as especificações técnicas e normas aplicáveis, utilizando ferramentas e métodos adequados que garantam a qualidade e durabilidade dos serviços executados.

3.3.13. SISTEMA DE NAVEGAÇÃO, SEGURANÇA DA NAVEGAÇÃO, COMUNICAÇÃO E SEGURANÇA:

3.3.13.1. Elaborar um plano para revisão, aferição e calibração da agulha magnética. Deverá ser inserir no plano uma Tabela de desvios de Agulha assinada por profissional credenciado;

3.3.13.2. Elaborar um plano com base em todas as pendências a serem listadas pela Capitania dos Portos, durante a realização das vistorias em seco e flutuando, para renovação do certificado de CSN, conforme Capítulo 3 da NORMAN 01/DPC;

3.3.13.3. Elaborar um plano para serviços de manutenção e revisão em todo equipamento eletrônico de navegação existente na embarcação, por representante do fabricante;

3.3.13.4. Elaborar um plano para serviços de revisão do rádio de comunicação Rádio SSB Icom 802 CDSB, no Passadiço, com todos os seus componentes e acessórios incluindo a Antena SSB Glomex. Providenciar sua homologação junto aos Órgãos competentes do Ministério das Comunicações;

3.3.13.5. Elaborar especificação técnica detalhada para aquisição e instalação técnica de 01 (uma) sonda (profundímetro) e todos os seus acessórios, tipo CHIRP que deverá conter:

- Alimentação de 12 VDC;
- Consumo médio de 3 W;
- Temperatura de operação de 0° C a +55° C;
- Padrão de proteção a ingresso de água: IPX7 e IPX7;
- Profundidade mínima de 183m (600 pés); e
- Fornecimento de manual em português.

3.3.13.5.1. Elaborar especificação técnica detalhada para aquisição e instalação técnica de 01 (uma), sonda tipo SideScan sendo:

- alimentação 12 VDC; consumo máximo de 5,6 W;
- temperatura de operação de 0° C a +55° C, padrão de Proteção a Ingresso de água: IPX6 e IPX7;
- alcance mínimo de 183 m (600 pés). Deve ser fornecido manual em português.

3.3.13.5.2. Os dois sonares devem em conjunto formarem uma imagem em 3D do fundo, propiciando a identificação do relevo, de objetos e de um possível corpo de uma vítima;

3.3.13.5.3. Todo o sistema, desde os equipamentos como a instalação devem seguir as recomendações dos órgãos competentes, como NORMAM, ABNT entre outros.

3.3.13.6. Elaborar plano de especificação técnica detalhada para substituição e homologação de equipamento EPIRB, com GPS interno e transponder radar com capacidade de transmitir um sinal de socorro pelo serviço de satélite em 406 MHz, que tenha livre flutuação no mar. Providenciar sua homologação junto aos Órgãos competentes do Ministério das Comunicações;

3.3.13.7. Elaborar plano para aferir o indicador do ângulo do leme, revisando suas instalações elétricas desde o Compartimento da Máquina do Leme até ao Passadiço e elaborar especificação técnica detalhada para a substituição do sensor e mostrador;

3.3.13.8. Elaborar plano para manutenção e revisão do funcionamento do mecanismo de acionamento à distância das válvulas de fechamento rápido dos tanques de óleo diesel, fazendo os reparos necessários. Elaborar plano para confecção de duas chaves de acionamento de comando a distância em forma de T;

3.3.13.9. Elaborar plano para substituição de três limpadores de pára-brisa com funcionamento elétrico com braço e armação da palheta em aço inox para janela vidro de dimensões 1300 mm x 800 mm;

3.3.13.10. Elaborar plano para substituição e homologação de 01 (um) SART radar transponder que opera na frequência de 9 GHz;

3.3.13.11. Elaborar plano para manutenção e revisão do rádio VHF Raymarine 240 C/DSC;

3.3.13.12. Elaborar plano de especificação técnica detalhada para substituição de todas as luzes de navegação incluindo a de alcançado e reboque, conforme legislação da marinha vigente;

3.3.13.13. Elaborar plano de especificação técnica detalhada para substituição de todos os extintores de incêndio portáteis respeitando sua classe, todos os compartimentos obrigatórios da embarcação que deverão estar estivados em suportes apropriados, com sua respectiva capacidade, validade e localização demarcada conforme plano de segurança aprovado pela instituição classificadora;

3.3.13.14. Elaborar plano de especificação técnica detalhada para substituição de todas as cartas náuticas atualizadas que deverão abranger toda a região da cobertura de atuação do Grupamento de Bombeiros Marítimo inclusive aquisição das cartas náuticas de aproximação dos portos de atuação;

3.3.13.15. Elaborar plano de especificação técnica detalhada para aquisição dos quadros de regras de Governo e Navegação, Luzes e Marcas, Balizamentos e Primeiros Socorros;

3.3.13.16. Elaborar plano de especificação técnica detalhada para aquisição das seguintes publicações, Lista de Faróis, Tabua de Marés e Ripeam-72 sendo que todas deverão estar atualizadas com o ano vigente;

3.3.13.17. Elaborar plano de especificação técnica detalhada para confecção de Quadro de Comando de Plano de Segurança aprovado pela Entidade reconhecida ou pela Capitania dos Portos de Jurisdição da Embarcação;

3.3.13.18. Elaborar plano de ação para prover a Embarcação dos Certificados Estatutários, emitido pela Organização Reconhecida ou pela Capitania dos Portos de Jurisdição da Embarcação;

3.3.13.18.1. Elaborar plano de ação para cumprir os requisitos para obtenção das Licenças de Alteração e respectivos Certificados Estatutários tais como:

- Certificado de Segurança de Navegação (CSN);
- Certificado Nacional de Arqueação (CSA);
- Certificado Nacional de Borda Livre (CNBL, aplicável em embarcações propulsoras com AB > 50, conforme prescrito no item 0312, Cap. 3, NORMAM 02/DPC), os quais emitidos por Organização Reconhecida por delegação de Competência pela DPC (Entidade Certificadora) ou pela Capitania dos Portos de Jurisdição da Embarcação;
- Requerimento Junto a Capitania dos Portos de jurisdição da embarcação, conforme preconiza no item 0103 Cap. 1 NORMAM 02/DPC, para solicitação de pericia para emissão do Cartão de Tripulação de Segurança (CTS); e
- Após a aprovação do Plano de Segurança, posicionar nos locais conforme indicado no plano, dos extintores de incêndio, estações de incêndio, coletes salva vidas, e outros materiais de salvatagem e segurança.

3.3.13.19. Elaborar plano de especificação técnica detalhada para substituição de 01 (uma) balsa salva vidas CLASSE I certificada por empresa homologada pela DPC, com o respectivo certificado a bordo de acordo com o plano de segurança aprovado pela certificadora, e prover a mesma com dispositivo hidrostático de (HRU), salientando ainda que a balsa Salva-vidas a ser adquirida pela contratada deverá abrigar no mínimo 10 pessoas, ser equipada com pacote de emergência do tipo SOLAS “A” e satisfazer todas as exigências da Convenção para Salvaguarda de Vida Humana no Mar (SOLAS 1974 e emendas);

3.3.13.20. Elaborar plano de ação para solicitação junto a Capitania dos Portos a vistoria de Pré Operação, conforme preconizado na NORMAM – 15/DPC;

3.3.13.21. Elaborar plano de especificação técnica detalhada para substituição e aquisição de coletes salva vidas na quantidade de 100% para lotação prevista para o navio, de acordo com os planos e documentos técnicos aprovados;

3.3.13.22. Elaborar plano de especificação técnica detalhada para confecção e instalação técnica de retrovisores de BB e BE, de forma a melhorar a visibilidade do Comandante da embarcação durante a operação de manobra;

3.3.13.23. Elaborar plano de especificação técnica detalhada para adquirir os seguintes artefatos pirotécnicos, quatro (04) facho manuais luzes vermelhas, quatro (04) fumígenos flutuantes laranjas e seis (06) foguetes estrelas na cor vermelha com paraquedas, conforme legislação vigente;

3.3.13.24. Elaborar plano de especificação técnica detalhada para substituição do mastro da embarcação seguindo as normas regentes de segurança que determina a NORMAM 02/DPC.

3.3.14. SISTEMA DE GOVERNO

3.3.14.1. A Contratada deverá realizar um levantamento técnico abrangente e detalhado das condições operacionais do Sistema de Governo da embarcação Governador Fleury, compreendendo todos os componentes mecânicos e hidráulicos envolvidos na manobrabilidade do navio, incluindo:

3.3.14.1.1. Elaborar um plano de executar análise dimensional das madres e buchas e as folgas correspondentes, com emissão de relatório;

3.3.14.1.2. Elaborar um plano de manutenção na madre de leme, incluindo ensaio de líquido penetrante, verificação de empeno, e executar reparo caso necessária;

3.3.14.1.3. Elaborar um plano de substituição das buchas das madres, gaxetas, e os discos dos mancais de escora;

3.3.14.1.4. Elaborar um plano de manutenção nos cilindros hidráulicos, substituir o-rings e retentores, reparar pistões e as camisas dos cilindros, se necessário. Testar os cilindros;

3.3.14.1.5. Elaborar um plano de substituição do Tie Bar;

3.3.14.1.6. Elaborar um plano de para substituir os mangotes hidráulicos;

3.3.14.1.7. Elaborar um plano de manutenção montagem geral do sistema e teste de funcionamento.

3.3.14.2. Elaborar Plano de Substituição da Rede Toda Hidráulica do Bow Thruster

3.3.14.2.1. A Contratada deverá elaborar um plano detalhado para substituição e montagem de toda a rede hidráulica que compõe o sistema do Bow Thruster (propulsor de proa), inclusive com a substituição do Bow Thruster, contemplando:

- Escopo do Levantamento;
- Especificações Técnicas Detalhada dos Materiais e Equipamentos;
- Procedimentos de Instalação;
- Procedimentos de Teste.

3.3.14.2.2. Plano de Substituição de todo o Sistema Elétrico/Eletrônico e Bow Thruster

3.3.14.2.2.1. A Contratada deverá elaborar um plano detalhado para substituição completa do sistema elétrico/eletrônico e do Bow Thruster (propulsor de proa) inoperante, contemplando:

- Especificações Técnicas Detalhada para a aquisição Bow Thruster;
- Especificações Técnicas Detalhada do Tipo de Propulsor de proa em túnel, com tecnologia atual de mercado;
- Especificações Técnicas Detalhada do Sistema de acionamento: elétrico ou hidráulico, conforme análise de viabilidade;
- Especificações Técnicas Detalhada da Potência: mínima de 22 kW (29,9 HP), podendo chegar até 500 kW (679,8 HP), compatível com as necessidades da embarcação;
- Especificações Técnicas Detalhada do Empuxo: mínimo de 20 kN, podendo chegar até 63 kN, conforme requisitos operacionais;
- Especificações Técnicas Detalhada do Diâmetro do propulsor: entre 400 mm e 1400 mm, adequado ao túnel existente;
- Especificações Técnicas Detalhada do Comprimento do túnel: entre 1.000 mm e 2.000 mm, compatível com a estrutura da embarcação;
- Especificações Técnicas Detalhada do Material da hélice: bronze naval de alta resistência;
- Especificações Técnicas Detalhada do Sistema de controle do Bow Thruster: tecnologia atual com comando por joystick.

3.3.14.2.3. Elaborar o Escopo do Sistema Elétrico/Eletrônico, contemplando:

- Quadros elétricos de proteção e controle;
- Cabeamento marítimo certificado;
- Conversores de frequência para controle de velocidade;

- Sistemas de monitoramento e proteção;
- Painéis de controle no passadiço e estações auxiliares;
- Interfaces com sistemas existentes na embarcação;
- Metodologia para remoção do equipamento existente;
- Técnicas para adaptação do túnel existente (quando necessário);
- Procedimentos para instalação do novo propulsor;
- Métodos para implementação do sistema elétrico/eletrônico;
- Técnicas para integração com sistemas existentes;
- Metodologia para avaliação técnico-econômica das opções;
- Critérios para comparação entre sistemas hidráulicos e elétricos.

3.3.14.2.4. Elaborar Especificações Detalhadas do Bow Thruster, contemplando:

O plano deverá incluir especificações detalhadas para o Bow Thruster, considerando as Características Operacionais:

- Propulsor de proa em túnel dimensionado para navios, rebocadores e megayachts;
- Capacidade para operações de atracação e manobras precisas;
- Compatibilidade com sistemas de Posicionamento Dinâmico (quando aplicável);
- Durabilidade e confiabilidade em operações intensivas;
- Propulsor completo com hélice em bronze naval;
- Motor elétrico ou hidráulico de alto desempenho;
- Painel principal com conversor de frequência pré-programado de fábrica;
- Painel de controle para instalação no passadiço;
- Painéis auxiliares opcionais conforme necessidade operacional;
- Sistema de monitoramento e diagnóstico;
- Adaptação ao túnel existente na embarcação;
- Interfaces mecânicas, elétricas e de controle;
- Sistema de comando por joystick ergonômico;
- Integração com sistemas de navegação existentes.

3.3.14.2.5. A Contratada deverá elaborar um plano detalhado para testes, comissionamento e documentação final de todo o sistema, contemplando:

- Metodologia para testes parciais durante implementação;
- Técnicas para testes integrados de todo o sistema;

- Critérios de aceitação para cada subsistema;
- Verificação de parâmetros operacionais em diferentes condições;
- Procedimentos para colocação em serviço progressiva;
- Treinamento da tripulação para operação e manutenção básica;
- Diagramas atualizados (as-built);
- Certificados de conformidade e garantia;
- Recomendações para manutenção preventiva;
- Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do engenheiro responsável.

3.3.14.2.6. Todos os planos, especificações, procedimentos e documentos técnicos elaborados pela Contratada deverão ser submetidos à análise e aprovação da Comissão Gestora do Projeto antes da implementação. A execução de todas as intervenções deverá ser realizada por empresa especializada com comprovada experiência em sistemas navais, sob supervisão de engenheiro naval devidamente habilitado, com emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao CREA;

3.3.14.2.7. O projeto e especificação do sistema completo deverão ser entregue com todos os planos de testes e ajustes, documentação técnica completa e manutenção básica. A modernização deverá garantir maior confiabilidade, eficiência e facilidade de operação em relação ao sistema original, utilizando componentes de alta qualidade e tecnologia atual.

3.3.15. SISTEMA PNEUMÁTICO E SISTEMA DE AR COMPRIMIDO DE SERVIÇOS GERAIS:

3.3.15.1. Levantamento Técnico e Diagnóstico do Sistema Pneumático

3.3.15.1.1. A Contratada deverá realizar um levantamento técnico minucioso e abrangente sobre as condições operacionais do Sistema Pneumático da embarcação Governador Fleury, abrangendo todos os componentes mecânicos, hidráulicos e pneumáticos vinculados às operações do navio. O plano de inspeção deverá contemplar de forma detalhada os seguintes subsistemas:

- Elabora inventário completo dos componentes do sistema pneumático: compressores (principais e auxiliares), vasos de pressão, reservatórios, painéis de controle, dutos, válvulas de segurança, manômetros, registros de entrada e saída, linhas de distribuição, conexões, mangueiras, painéis de operação dos sistemas de mergulho e quaisquer equipamentos acessórios;

- Análise de documentação técnica existente, manuais de operação e histórico de manutenção.

3.3.15.2. Elaborar plano para realização de serviços nos Vasos de Pressão (Reservatórios de Ar Comprimido), contemplando:

3.3.15.2.1. Praça de Máquinas

- Abertura dos dois vasos de pressão localizados na Praça de Máquinas, ambos com capacidade de 150 galões cada;
- Limpeza interna e externa, remoção de incrustações, ferrugem ou resíduos, utilizando métodos aprovados para vasos de pressão (hidrojateamento, escovação mecânica, etc.);
- Tratamento anticorrosivo das superfícies internas e externas, aplicação de primer e pintura, conforme norma técnica para vasos sujeitos a pressão e ambiente marinho;
- Inspeção visual e dimensional das soldas, flanges e acessórios;
- Realização de teste hidrostático conforme ABNT NBR 13.537 e ASME Boiler and Pressure Vessel Code, Section VIII, para certificação da integridade estrutural após os serviços;
- Revisão e testes das válvulas de segurança, manômetros, válvulas de entrada e saída, substituindo componentes com sinais de desgaste ou não conformidade;
- Emissão de relatório técnico detalhado do serviço, incluindo laudos dos testes hidrostáticos, registro fotográfico das etapas críticas e recolhimento de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) por engenheiro habilitado.

3.3.15.2.2. Sala Molhada (Praça dos Compressores)

- Procedimentos idênticos aos descritos acima, porém deve seguir as normas para ar respirável, aplicados aos 03 (três) vasos de pressão localizados na sala molhada, garantindo padronização dos métodos e registros;
- Especial atenção à compatibilidade dos materiais e revestimentos com o ambiente úmido e potencialmente salino desta área da embarcação e para armazenamento de ar respirável.

3.3.15.3. Elaborar Plano para Substituição de peças e Manutenção completa dos 03 (três) Compressores de Ar Respirável, localizados na sala molhada: dois dedicados à alimentação da Câmara Hiperbárica e um ao sistema de mergulho dependente para os seguintes serviços:

- Manutenção conforme procedimentos e periodicidade recomendados pelo fabricante, em função das horas de operação registradas;

- Manutenção e revisão geral de todos os compressores de ar respirável da embarcação, com verificação do número de série, identificação do fabricante e consulta aos manuais técnicos de manutenção;

- Serviços de manutenção preventiva e corretiva em todos os compressores de ar respirável da embarcação, incluindo obrigatoriamente:

- Troca de óleo lubrificante para ar respirável, por produto homologado ao equipamento e compatível com aplicações marítimas;

- Substituição de todos os elementos filtrantes (filtros de ar e óleo) conforme normas do fabricante para ar respirável;

- Inspeção de todos os componentes móveis e mancais.

- Substituição das peças que apresentem desgaste ou vida útil comprometida, conforme manual do fabricante;

- Ajuste e regulagem dos sistemas de controle de pressão e temperatura;

- Substituição de todos os sensores, pressostatos e manômetros;

- Substituição de todos os trocadores de calor integrados aos compressores;

- Execução de testes funcionais pós-montagem, verificando ruídos, vibrações, variações de pressão e estanqueidade do sistema;

- Emissão de relatório dos serviços executados, laudo do teste funcional e recolhimento de ART do engenheiro responsável.

- substituição de peças sujeitas a desgaste (válvulas, segmentos, anéis de vedação, etc.);

- Inspeção e reparo dos sistemas de segurança e substituição de todos os pressostatos, válvulas de retenção e controle;

- Teste funcional para garantir elevação e manutenção das pressões necessárias para operação segura da câmara hiperbárica e dos equipamentos de mergulho;

- Emissão de relatório e ART referente à manutenção dos equipamentos críticos para a operação subaquática.

3.3.15.4. Elaborar Plano para Manutenção, substituição de peças e revisão geral de todos os dutos e linhas de ar comprimido, com foco em identificar pontos de vazamento, corrosão, perda de seção, obstruções ou conexões inadequadas, contendo os seguintes serviços:

- Teste de estanqueidade, utilizando pressurização controlada e detecção de vazamentos por solução sabão ou método eletrônico, seguindo ABNT NBR 13.537;

- Reparo ou substituição de trechos comprometidos, garantindo conformidade dimensional e do material;

- Atenção especial aos comandos pneumáticos localizados na área do passadiço, verificando funcionalidade, sinalização e resposta dos sistemas remotos.

3.3.15.5. Elaborar Plano de Revisão Completa no Sistema de Recarga de Cilindros, contemplando os serviços:

- Revisão completa do compressor de recarga de cilindros de mergulho, com inspeção e substituição de peças danificadas ou fora das tolerâncias recomendadas;

- Realização de testes hidrostáticos em todos os cilindros que compõem a cascata de recarga, de acordo com normas técnicas vigentes, com emissão de laudos de conformidade de cada cilindro, com identificação de eventuais unidades reprovadas e registro detalhado do serviço, evidenciando rastreabilidade dos cilindros e cronograma de testes periódicos.

3.3.14.6. Elaborar Plano para manutenção e especificação Técnica Detalhada, Normas e Diretrizes.

3.3.14.6.1. O plano de manutenção e especificação técnica dos serviços que deverão ser executados em estrita conformidade com as normas técnicas e orientações da autoridade marítima e dos fabricantes, incluindo, mas não se limitando a:

- ABNT NBR 13.537 (Inspeção, manutenção e ensaio de vasos de pressão, em especial para serviços em ambiente marítimo);

- ABNT NBR 10.297 (Compressores de ar de baixa e alta pressão – Segurança);

- NR-13 (Caldeiras, vasos de pressão e tubulações em ambiente industrial e marítimo);

- NR-34 (Condições e meio ambiente de trabalho na indústria naval);

- ASME Boiler and Pressure Vessel Code, Section VIII (Projetos e inspeção de vasos de pressão);

- ISO 8573 (Air quality – Partes aplicáveis à qualidade do ar comprimido);

- ISO 9809 (Gas cylinders – Design, construction and testing);

- ISO 1217 (Rotary positive displacement compressors – Acceptance tests);

- SOLAS/IMO Guidelines para sistemas pneumáticos de apoio à navegação e operações subaquáticas;

- Especificação dos fabricantes dos compressores e vasos.

3.3.14.7. O plano dos serviços deverá respeitar as melhores práticas técnicas de segurança e confiabilidade, com observância rigorosa às diretrizes da NORMAM-01/DPC, normas internacionais e especificações dos respectivos fabricantes dos equipamentos. A entrega deverá contemplar o sistema completamente operacional, seguro e documentado, atendendo a todos os requisitos das autoridades marítimas e normas de segurança em vigor.

3.3.16. SISTEMA DE RECARGA DE CILINDROS DE MERGULHO E EPR

3.3.16.1. A contratada deverá elaborar plano de especificação técnica detalhado para substituição do compressor de ar respirável autônomo (mako), contemplando as características gerais:

- compressor deverá possuir as últimas inovações da engenharia da atualidade;
- compressor deverá possuir estrutura montada sobre chassi com base rígida de material anticorrosivo e amortecimento para absorver vibrações, alças de transporte, função de drenagem automática, desligamento automático e painel de comando acoplado ao mesmo;
- Fácil e amplo acesso aos locais que contenham fluídos e/ou líquidos e indicadores que necessitem de serviços e verificações de manutenção periódica;
- Equipamento de fácil e intuitiva operação;
- Não serão permitidas soldas em partes que devam ser removidas para serviços periódicos;
- Deverá ser construído de forma que as partes e peças possam ser removidas para reparo com ferramentas comuns e padronizadas em território brasileiro;
- Caso seja necessário utilização de ferramentas específicas, o fabricante deverá fornecer uma ferramenta para cada equipamento respectivamente;
- Os materiais utilizados deverão ser da mais alta qualidade e poderão ser inspecionados em todas as fases do processo de fabricação;
- Deverá ser construído a partir de técnicas e materiais que protejam o sistema contra corrosão;
- Todas as peças e materiais deverão ser encontrados facilmente e prontamente no mercado nacional, através de distribuidores não afiliados ao fabricante, permitindo preços competitivos.
- O sistema de recarga de cilindros deverá ser interligado ao compressor e

terá de ser composto por uma câmara de contenção contra deflagração de cilindros contendo; válvulas de segurança, mangueiras e/ou anéis de vedação, devendo obedecer aos regulamentos e normas de construção de acordo com a norma NFPA 1901, ed. 2016 ou EN13463-1, EN1127-1 (CE);

- O sistema deverá ser capaz de realizar recarga segura de pelo menos 02 (dois) cilindros simultaneamente;
- Os adaptadores para recarga deverão ser do tipo rígido fixados no vaso de proteção e que possa suportar, mesmo com os adaptadores, cilindros de composite (equipamento autônomo 9 litros) ou alumínio (cilindro para equipamento de mergulho 12 Litros);
- Cada câmara de proteção deverá ter adaptadores para recarga de cilindros modelo DIN e adaptadores CGA e Yoke, de engate rápido apropriado para montagem e aperto;
- Para a recarga de cilindros de 300 e de 200 bar, o painel de comando do sistema de recarga, deverá ter comando para ajuste rápido de pressão e fluxo de ar, previamente calibrado para que no final da recarga de cada cilindro, não exceda a pressão de trabalho;
- As tampas de proteção do sistema de recarga deverão ser de fácil e rápido manuseio e trava mecânica com bloqueio de fluxo de ar quando a trava estiver na posição “aberta”;
- Deverá possuir saídas de excesso de ar, direcionadas por canais de fácil vazão e opostos aos operadores;
- O sistema de recarga deverá ter certificação em conformidade com NFPA 1901, ed. 2016 ou EN12100 (CE), para garantia da segurança do operador durante a recarga e apresentar certificado de laboratório acreditado indicando o seu cumprimento;
- O carregamento dos cilindros deverá ser feito por uma porta frontal que só permite a operação de recarga se estiver fechada;
- A estação de recarga deverá incorporar uma válvula de segurança que impeça a recarga de cilindros em pressão superior a 300 bar.

3.3.16.2. O plano de especificação técnica detalhado deve atentar para um sistema fixo para recarga de cilindros de ar respirável deverá possuir um compressor de ar, um sistema de tratamento de ar respirável, um sistema de armazenamento, um painel de comando com múltiplas funções e um sistema de recarga de cilindros, como segue:

3.3.16.2.1. O plano de especificação técnica do Compressor de ar respirável deve contemplar as características gerais mínimas:

- Compressor de ar respirável de alta pressão, refrigerado a ar, pressão de trabalho de no mínimo 330 bar (4.800 psi), vazão de no mínimo 500 LPM, RPM (rotações por

minutos) não poderá ultrapassar a rotação máxima estipulada pelo fabricante, serpentinas de resfriamento fabricadas em aço inoxidável, válvulas de segurança após cada estágio de compressão;

- O sistema de compressão deverá ser de propulsão elétrica, motor de 220V/60Hz trifásico com potência mínima de 7 HP (5 KW) e amperagem mínima necessária para a vazão e pressão solicitada a partir do fornecimento de energia elétrica no Estado de São Paulo;

- O propulsor deverá possuir um sistema de pressostato eletropneumático, permitindo o ajuste de pressão de 0 a 330 bar, através do painel de comando;

- Deverá possuir proteção elétrica conforme o padrão internacional;

- Todo o sistema de interligação pneumática deverá ser construído com tubos de aço inoxidável, sem costura, para pressão de trabalho de no mínimo 4.800 psi após o estágio final de compressão;

- Após os separadores de umidade deverá possuir uma válvula de não retorno;

- Após a(s) torre(s) de filtragem deverá possuir uma válvula mantenedora de pressão e uma válvula de não retorno.

3.3.16.2.2. O plano de especificação técnica do sistema de tratamento de ar respirável:

- Deverá possuir torre(s) de filtragem de ar com elementos purificadores que proporcionem a qualidade final do ar compatível para respiração humana, para a garantia da pureza do ar respirável em conformidade com a NFPA 1989, ed. 2013 ou versão mais atual, ou EN 12.021:2014 ou versão mais atual, e CGA grau E;

- Deverá possuir separadores de óleo/umidade (condensados) e purgadores automáticos controlados por temporizador, com regulagem eletrônica através do painel de comando para o tempo de abertura e intervalos de descargas de impurezas (em minutos e segundos);

- O(s) cartucho(s) de purificação deverá ser blindado pelo fabricante, ser de fácil substituição, descartável, possuir três estágios de filtragem (secador, neutralizador e micro filtrador) e ter capacidade de filtragem de aproximadamente 90 m³ antes da troca dos elementos;

- A admissão de ar no sistema de compressão deverá ter um tubo de captação construído de forma protegida de intempéries;

- As câmaras devem ser construídas em aço inoxidável 304 para aumentar a segurança e resistência à corrosão e estar dimensionadas para a pressão de 4.800 psi

(330 bar);

• Este sistema deverá prevenir a quebra do compressor se for ligado sem cartuchos;

• Este sistema purificador deverá conter:

• Uma câmara de separação final conectada ao sistema automático de drenagem;

• Uma válvula de retenção que previna retorno de pressão ao compressor;

• Uma câmara com cartucho com elemento descartável para secagem e purificação;

• Uma válvula de alívio automática na saída do filtro de condensação e na câmara de pressão final;

• Manômetros indicando a pressão correspondente de cada estágio, os mesmos deverão estar acoplados no painel de comando;

• Um manômetro para cada posição de enchimento;

• A câmara de purificação deverá possuir um encaixe único para não permitir a inserção do elemento filtrante incorretamente.

3.3.16.2.3. O plano de especificação técnica do sistema de armazenamento de ar respirável (cascata):

• Deverá ser composto por no mínimo 04 (quatro) cilindros padrão DOT ou NBR ISO com pressão de trabalho de aproximadamente 4.800 psi, 330 bar, volume interno a uma atmosfera de no mínimo 50 litros e válvula de fechamento lento;

• Deverá ser previsto uma válvula de segurança, válvula anti retorno e válvula de espera para fechamento do sistema;

• Os cilindros deverão ser fixados de maneira que possam ser facilmente acessados para inspeção periódica;

• O suporte do conjunto de cilindros deverá estar montado em racks ou fixado na parede através de abraçadeiras;

• Os cilindros fornecidos deverão possuir ano de fabricação igual ao ano da proposta.

3.3.16.2.4. O plano de especificação técnica do painel de comando com múltiplas funções:

• Comando pneumático: Contendo válvulas de fechamento lento para

controle de fluxo de ar, interligando o sistema de compressão, sistema de adução de ar, manômetros de aferição dos estágios de compressão e sistema de recarga;

- Comando eletroeletrônico: Contendo chave de partida do compressor, botão de desligamento de emergência, lâmpadas de sinalização dos sensores de monitoramento do compressor, como nível de lubrificante e outros periféricos necessários para o desempenho normal do equipamento, também deverá possibilitar ajuste eletrônico de pressão e ajuste de drenagem;

- Horímetro digital: Totalizador de horas de funcionamento do equipamento, utilizado para controle de manutenção preventiva;

- No painel de monitoramento eletroeletrônico, deverá existir um controlador de monitoramento que informe através de um painel digital, aos operadores, a hora da troca dos elementos filtrantes, troca de lubrificantes e manutenções preventivas, utilizando também de um sensor para desligar o compressor quando o filtro estiver saturado.

3.3.16.2.5. O plano de especificação técnica de proteção de segurança e contra falhas do sistema:

- Deverá possuir um pressostato que pare automaticamente o compressor;

- Deverá possuir um interruptor para indicar baixa pressão de óleo;
- Deverá possuir partida magnética com proteção de sobrecarga;
- Deverá possuir manômetros para todos os estágios da compressão;
- Luz indicativa de operação da drenagem automática;
- Interruptor com luz indicativa de falha geral;
- Interruptor de parada de emergência;
- Deverá possuir sistema que proteja contra inversão de fase e/ou a falta dela, para evitar a queima do motor e danos ao compressor;

- Válvulas de segurança entre estágios de compressão;
- Válvulas de segurança pressão final.

3.3.16.2.6. O plano de instalação técnica do sistema:

- A interligação entre o compressor, sistema de armazenamento e o sistema de recarga de cilindros;

- A entrada de ar deverá ser posicionada de forma a minimizar a introdução de contaminantes no sistema;

- Uma placa de sinalização deverá ser posicionada próximo da entrada

de ar;

- Todos os controles e elementos de operação deverão ser identificados por placa de identificação no idioma português e impressos em adesivo de alta resistência ou em plaquetas de alumínio, com inscrições em língua portuguesa.

3.3.16.2.7. O plano de especificação técnica das tubulações e segurança:

- Todas as adaptações pneumáticas, tubulações, mangueiras, conexões e terminais deverão estar dimensionadas para o máximo estipulado para as pressões de trabalho que possa ocorrer, com margem de segurança 04 (quatro) vezes maior que a pressão de trabalho;

- A tubulação utilizada na interligação do sistema deverá ser em aço inoxidável, devendo atender a necessidade do distanciamento da instalação entre o compressor e a câmara contra deflagração, respeitando a distância de no máximo 10 (dez) metros;

- As mangueiras utilizadas no sistema de recarga deverão possuir alma atóxica com gravação externa para ar respirável e identificação da pressão de trabalho.

3.3.16.2.8. Documentação técnica:

- diagrama de todo sistema com respectivas legendas deverá compor a documentação técnica relativa ao equipamento;

- Laudos de comprovação das exigências das NFPA 1901, ed. 2016 e 1989, ed. 2013 ou EN 12.021:2014 (CE);

- Deverá possuir manual de operação e manutenção, em português juntamente com as certificações da unidade entregue.

3.3.17. SISTEMA DE COMBATE A INCÊNDIO

3.3.17.1. A contratada deverá elaborar plano de substituição e especificação da tubulação de incêndio da embarcação que após a desmontagem e revisão apontem falha. A previsão de substituição mínima de 75% (setenta e cinco) do total das válvulas distribuídas entre os diversos tipos de tubulação e conexões;

3.3.17.2. Elaborar plano para substituição e especificação de todas as válvulas do sistema, utilizando válvulas com os mesmos materiais das originais;

3.3.17.3. Elaborar plano para substituição das árvores de hidrantes de incêndio existentes no convés principal, localizadas na proa e popa da embarcação em ambos os bordos (BB e BE) do convés principal e todas as tomadas de incêndio deverão atender as necessidades das conexões existentes a bordo;

3.3.17.3.1. Elaborar plano para substituição e especificação dos 02 (dois) canhões existentes na proa no convés principal (BB e BE) e 02 (dois) canhões existentes no convés superior na parte da popa (BB e BE) da embarcação, saliento que o plano de substituição deverá ser analisado e aprovado por um representante legal designado pelo do Corpo de Bombeiros.

3.3.17.4. Elaborar plano para substituição e especificação de todo o Conjunto de Moto Bomba para sistema de combate a incêndio da embarcação de combate a incêndio Governador Fleury;

3.3.17.4.1. O conjunto bomba e motor visa a substituição completa do conjunto existente;

3.3.17.4.2. Este sistema, basicamente consta de dois elementos acoplados para a obtenção do rendimento de uma vazão de até 3500 GPM (13.230 LPM) e de uma pressão de 150 PSI (10,3 BAR), baseando-se na norma NBR 14096 ou NFPA 1901.

3.3.17.5. Bomba de Incêndio:

3.3.17.5.1 Elaborar plano para substituição e especificação das 02 (duas) bombas de incêndio e todos seus acessórios e uma vazão mínima de até 3500 GPM (13.230 LPM) e de uma pressão de 150 PSI (10,3 BAR), baseando-se na norma NBR 14096 ou NFPA 1901:

- Bomba para combate a deverá ser Voluta em bronze em peça única, com resistência mínima à tração de 2.060 bar;
- A bomba deve passar por ensaio hidrostático para pressão de 600 PSI. O corpo da bomba será bipartido verticalmente para maior facilidade de manutenção;
- A caixa multiplicadora tem uma capacidade de transmitir um torque de 2.522 N.m, compatível com os motores diesel de grande potência;
- Suas engrenagens são em aço cromo níquel, do tipo helicoidal para baixo ruído e com tratamento térmico para maior resistência;
- O impulsor terá no mínimo 12.5” de diâmetro, com uma sucção de diâmetro de 8”;
- A descarga será de um diâmetro mínimo de 6”;
- A seleção da relação correta de multiplicação em relação ao motor é de responsabilidade total do fornecedor do conjunto;
- A bomba deve sair da fábrica com os acoplamentos corretos para conexão ao volante de 14” do motor. Esses acoplamentos devem possuir um grau de elasticidade para não transmitir golpes na partida do motor;

- Projeto que permite total manutenção sem remoção do equipamento;
- Deve possuir acionamento por cardan ou por PTO;
- Impulsores em bronze com granulação fina e rigorosamente balanceado; Aletas dos impulsores polidas manualmente para total fluidez da água;
- Vedação por selo mecânico, auto ajustável e lubrificação permanente;
- Todos rolamentos para serviço pesado e longa vida;
- Eixo em aço inoxidável, peça única, tratada termicamente para alta resistência;
- Anéis espaçadores em bronze e substituíveis;
- 02 (duas) Admissão (caixa de mar) no casco da embarcação de 10” para maximizar a entrada de água, sendo uma para cada Bomba de incêndio, deve possuir uma grade de inox para evitar a entrada de sujeira;
- Expedição de 6” para alto desempenho;
- Caixa multiplicadora com engrenagens que suportam um torque de 2.100 Kg x m;
- Todas engrenagens em aço cromo níquel, com tratamento térmico;
- Possui 5 relações de multiplicação para melhor adequação aos motores diesel.

3.3.17.5.2. Garantia de 5 anos para peças e 3 anos para serviço. O equipamento poderá ser com características semelhantes ou superiores ao descrito acima, desde que aprovado pelo Contratante, devendo ser nova, marca reconhecida e consolidada na área e que seja de alta qualidade (1º linha). Todo equipamento deve atender as exigências das Normas vigentes.

3.3.17.5.3. Elaborar plano para substituição e especificação de 02 (duas) Válvulas de alívio compatíveis com as bombas de incêndio, deve possuir ajuste variável, de forma a manter ampla capacidade para prevenir aumento indesejável da pressão, conforme NBR 14096 e NFPA 1901;

- A válvula de alívio está normalmente fechada e deve abrir contra a pressão da bomba, sinalizando por uma luz instalada no painel de operação;

- Na eventualidade de uma falha no controle da válvula, a bomba permanecerá operável em todo o campo de vazões e pressões nominais, sem a necessidade de fechar qualquer válvula de emergência.

3.3.17.5.4. Elaborar plano para substituição de 03 (três) Válvulas manuais de 2 1/2";

- Fabricada em latão com esfera em polímero;
- Adaptadores P1S + M1S e alavanca para abertura e fechamento modelo TS.

3.3.17.5.5. Elaborar plano para substituição de 03 (três) válvulas manuais 4";

- Fabricada em latão com esfera em polímero, adaptadora P1S + M1S e volante para abertura e fechamento modelo GA.

3.3.17.5.6. Elaborar plano para substituição de 03 (três) válvulas borboleta com adaptadores acionada por volante; Especificações:

- Peso: 35 1/2 lbs (16,1 kg);
- Tipo: Borboleta Material: Alumínio "Pirolite";
- Comprimento: 10" (254 mm);
- Tamanho: 6" (152 mm);
- Características de Operação: 250 psi.

3.3.17.6.1. Na elaboração dos planos de substituição e especificação a contratada deverá atentar para que todos os componentes do sistema de combate a incêndio, incluindo as bombas, redes de incêndio, válvulas, hidrantes, deverão atender aos requisitos ou exceder aos critérios previstos para embarcações do Tipo II conforme capítulo 5 da NFPA 1925-Standard on Marine Fire-fighting Vessels, edição 2013, para bombeamento (capacidade para controle de incêndio), com exceção das dimensões das tubulações e velocidades de vazão. A instalação do sistema deverá ser feita de forma a prevenir a corrosão eletrostática.

- Todas as tubulações da rede de combate de incêndio deverão ser de alumínio naval, atendendo as normas atuais;

- É requisito que o sistema de combate a incêndio tenha a capacidade mínima de 6.000 GPM a 150 psi.

3.3.17.7. Elaborar plano para substituição e especificação dos 02 (dois) canhões da popa do convés superior por 02 (dois) novos canhões monitores de combate a incêndio:

- Deve ser construído em bronze, admissão de 4" Flange e expedição de 3,5" NPSH ou 4" NH;
- Vazão nominal máxima de 2.000 GPM;
- Rotação de 360° na horizontal e 150° na vertical, sendo de 90° para cima e 60° para baixo;
- Cada canhão deve possuir 01 (um) esguicho manual Akron modelo Akromatic 5071;
- Fabricado em bronze, diâmetro 3,5", vazão ajustável de 500-2000 GPM.

3.3.17.8. Motor

3.3.17.8.1. Elaborar plano para substituição e especificação dos 02 (dois) motores marítimos da bomba de incêndio, deve possuir as características mínimas de:

- Deve ser marítimo;
- Movido a combustível a diesel;
- 6 cilindros em linha;
- 13 litros de cilindrada;
- Potência mínima de 500 HP;
- Sistema de injeção de combustível com unidades injetoras e sistema de controle eletrônico EMS;
- Filtro de combustível;
- Pré-filtro de combustível com separador de água;
- Filtro centrífugo de óleo lubrificante;
- Turbo compressor;
- Radiador do ar de admissão (Intercooler);
- Sistema de arrefecimento com Trocador de calor volante SAE 14" furo guia de Ø 80mm; carcaça do volante em alumínio SAE1;
- Motor de partida de 2 polos, 7,0kW, 24Vcc;
- Alternador de 2 polos, 100A, 28Vcc; sensor do nível de refrigerante;
- Drenagem de óleo por bomba elétrica.

3.3.17.9. Painel de Controle

3.3.17.9.1. Elaborar plano para substituição e especificação do painel de controle do motor:

- Deverá ser todo painel de controle digital;
- Caixa remota, com acelerador e instrumentos de partida e controle.
- Bomba de incêndio deve contar com um governador eletrônico de pressão (TPG) e manômetros analógico da pressão da expedição;
- Sensor do acelerador com cabo de extensão de 8m e cabo adicional de extensão para 24m.

3.3.18. PROCESSOS DE CALDEIRARIA, SOLDAGEM E PROTEÇÃO CATÓDICA.

3.3.18.1. Caldeiraria

3.3.18.1.1. Elaborar plano para cálculo de quantidade de chapas, substituição e especificação do chapeamento da embarcação das seguintes regiões:

- Casco;
- Costado;
- Anteparas da superestrutura;
- Convés superior;
- Praça de máquinas;
- Sala dos geradores;
- Sala dos compressores;
- Deck de popa;
- Casa do leme;
- Tanque de lastro;
- Castelo de proa;
- Quilha do casco;
- Cavernas;
- Tanques de combustível;
- Tanque de água potável;
- Tanque de esgoto; e
- Convés principal.

3.3.18.1.1.1. A contratada deverá considerar para elaboração dos planos para cálculo de quantidade de chapas, substituição e especificação do chapeamento, sendo que nas regiões cuja espessura esteja com uma redução maior do que 15% da espessura original da região, usado como base os desenhos estruturais originais e o relatório de ultrassom.

- Deverá ser utilizado na substituição de chapas, aço carbono ASTM-A-131 Grau A;

- Sempre que possível, os limites das substituições deverão ser posicionados sobre soldas já existentes no chapeamento; quando isso não for possível, a distância mínima dos limites da substituição até as soldas existentes deverá ser de 75 mm e todos os cruzamentos que ocorrerem com as soldas já existentes deverão ser a 90 graus;

- A menor dimensão permissível de qualquer substituição de chapa deverá ser de no mínimo 300 mm x 300 mm;

- As substituições de chapas de forma retangular deverão ser dotadas de cantos arredondados com raio de, no mínimo, 100 mm, exceto onde o limite da substituição coincidir com uma solda já existente no chapeamento;

- O menor diâmetro permissível para substituições de chapas circulares em fechamento de eventuais furos é de 200 mm;

- Na ocorrência de dois ou mais furos que necessitem ser fechados e estejam separados por uma distância menor que 75 mm, entre suas arestas, deverá ser previsto um fechamento único redondo envolvendo tais furos;

- A menor substituição permissível em perfis laminados deverá ser de 600 mm de comprimento.

3.3.18.1.1.2. A contratada deverá considerar para elaboração dos planos para cálculo de quantidade de chapas, substituição e especificação do chapeamento para o **casco da embarcação**, como material a ser utilizado:

- Previsão de substituição de chapas no casco – espessura 3/8” – 2.500 Kg - 40 m²;

- Previsão de substituição de chapas no convés principal, superior – espessura 1/4 ” – 7.000 Kg – 250 m²; e

- Previsão de substituição de chapas no casco e costado– espessura 5/16” – 2.000 Kg - 50 m²;

- Recuperação e fixação das placas de Identificação da Corporação;

- Substituição de todas as seções dos corrimãos, escadas, balaustradas e balaústres existente na embarcação por tubos de aço carbono ASTM-A-53, com diâmetro equivalente (1” ou 1 1/4”) de sch 40.

3.3.18.1.1.2. A contratada deverá considerar para elaboração dos planos para cálculo de quantidade de chapas, substituição e especificação dos **tubos da estrutura da embarcação**, como material a ser utilizado:

- Tubo de aço carbono ASTM-A-53 DN 1” – 450 metros;
- Tubo de aço carbono ASTM-A-53 DN 1 ¼ ” – 400 metros;
- As seções substituídas deverão ter no mínimo 500mm de comprimento;

- As soldas deverão ser esmerilhadas e lixadas com disco rotativo de granulação Nº 100 de forma a ter o melhor acabamento possível, sem imperfeições e/ou carapas resultante do processo.

3.3.18.1.1.3. A contratada deverá considerar para elaboração dos planos para cálculo de quantidade de chapas, substituição e especificação das chapas **superestrutura**, como material a ser utilizado:

- Previsão de substituição de chapas – espessura ¼” – 3.000 Kg - 60 m².

3.3.18.1.1.3.1. A contratada deverá considerar para elaboração dos planos de substituição das chapas superestrutura:

- Realização de hidrojateamento nas chapas da embarcação, com pressão de 30.000 psi;

- Nas anteparas externas da superestrutura deverão ser identificadas às regiões que apresentarem corrosão, substituindo o chapeamento destas regiões por chapa de aço ASTM-A-36.

3.3.18.1.1.4. A contratada deverá considerar para elaboração dos planos para cálculo de quantidade de chapas, substituição e especificação das chapas das **portas estanques e agulheiros** na região de sustentação das borrachas de vedação assim como nas suas respectivas golas.

- Peso de aço das chapas que deverão ser substituídas – 1.600 Kg.

3.3.18.1.1.5. A contratada deverá considerar para elaboração dos planos para cálculo de quantidade de chapas, substituição e especificação das chapas com seções danificadas da barra chata do **suporte do verdugo**:

- Retirada total de todos os verdugos;
- Tratamento de todo o suporte e chapas;
- Pintura da parte interna do suporte;
- Barra chata de aço ASTM A36 de 100 x ¼” – 700 metros.

3.3.18.1.1.6. A contratada deverá considerar para elaboração dos planos recuperação total e completa de todas as **portas estanques** abaixo listadas, incluindo a substituição das vigias, da borracha de vedação, recuperação dos sistemas de fechamento rápido, manutenção e substituição das chapas das portas estanques com tratamento das chapas e pintura, revisão dos atracadores incluindo a substituição das graxeiras com possível substituição dos diamantes danificados:

- Porta de acesso à superestrutura a vante por boreste (24” x 54”, com 4 atracadores);
- Porta de acesso à superestrutura a vante por bombordo (24” x 54”, com 4 atracadores);
- Porta de acesso à superestrutura a ré (48” x 66”, dupla, com 6 atracadores);
- Porta de acesso ao Passadiço (24” x 60”, com 3 atracadores);
- Porta externa de acesso à Praça de Máquina (30” x 54”, com 6 atracadores);
- Porta de acesso ao armário de equipamentos a bombordo (48” x 66”, dupla, com 6 atracadores);
- Porta de acesso ao armário de equipamentos a boreste (48” x 66”, dupla, com 6 atracadores);
- Porta de acesso ao compartimento de área molhada (26” x 54”, com fechamento rápido);
- Porta da antepara estanque da caverna 86 (24” x 54”, com fechamento rápido);
- Porta da antepara estanque da caverna 74 (24” x 54”, com fechamento rápido);
- Porta da antepara estanque da caverna 44 (24” x 54”, com fechamento rápido); e
- Porta da antepara estanque da caverna 32 (24” x 54”, com fechamento rápido);
- Barra chata de aço ASTM A36 de 50 x ¼”- 400 metros.

3.3.18.1.1.7. A contratada deverá considerar para elaboração dos planos recuperação total e completa de todos **agulheiros estanques** abaixo listados, incluindo a

substituição de todas as borrachas de vedação com revisão e manutenção completa do sistema de fechamento:

- Agulheiro de escape localizado na Sala de Estar (diâmetro 20”, acionamento rápido);
- Agulheiro de escape localizado na Enfermaria (diâmetro 20”; acionamento rápido); e
- Agulheiro da casa do leme localizado a boreste na Área Molhada (diâmetro 20”; acionamento rápido)
- Agulheiro do paiol de amarra (pick-tanque de vante) diâmetro 20”; acionamento rápido.

3.3.18.1.1.8. A contratada deverá considerar para elaboração dos planos para substituição e especificação das **luvas e aspersores da rede de splinkrers** da borda falsa da embarcação, incluindo as seções de tubo danificadas.

- Tubo de aço carbono ASTM-A-53 DN 3” sch 80 – 300 metros;
- Aspersores de neblina de \square 3/8” em bronze (spray nozzles) – 70 unidades, 35 de jato sólidos e 35 de neblina;
- Luvas de \square 3/8” para alta pressão- 70 unidades.

3.3.18.1.1.9. A contratada deverá considerar para elaboração dos planos de recuperação total e completa da plataforma de popa que se encontra em avançado estado de corrosão.

- Peso de aço das chapas que deverão ser substituídas – 300 Kg.
- Tubo de aço carbono ASTM-A-53 \square 3” sch 80 – 35 metros.

3.3.18.2. Estruturas

3.3.18.2.1. A contratada deverá fazer uma análise minuciosamente detalhada em todas as estruturas das seções transversais e longitudinais que abranja as obras vivas da embarcação de proa a popa apresentando ao gestor dos serviços um laudo de ultrassom que deverá constar a necessidade da substituição das estruturas e chapas danificadas;

3.3.18.2.2. Para a elaboração dos planos de ação de substituição das estruturas e chapas que estejam em desconformidade para segurança da tripulação e embarcação e sendo necessária a substituição de no mínimo 70% das chapas dessas estruturas;

3.3.18.2.3. Elaborar plano de substituição e especificação para confeccionar novas ponteiros das saídas de gases (Chaminés) dos motores de BB bombordo e BE boreste em aço inoxidável “316”.

3.3.18.3. Soldagem

3.3.18.3.1. Elaborar o plano de soldagem de todo o serviço que será descrito para embarcação, incluindo os requisitos, a forma e tipo de solda conforme descrito abaixo:

- Exigir que seja apresentado os certificados de procedimentos de soldagem conforme a norma ASME Secção IX, cobrindo todas as diferentes soldagens previstas;
- As soldagens deverão ser executadas por soldadores qualificados, devendo ser complementadas pelas normas vigentes e referenciadas conforme a seguir;
- As juntas a serem soldadas deverão estar isentas de óleo, graxa, ferrugem, tinta, resíduos do exame por líquido penetrante, areia e fuligem do pré-aquecimento a gás, numa faixa de no mínimo 20 mm de cada lado das bordas;
- As irregularidades e escórias do oxicorte devem ser removidas;
- Na soldagem de juntas de topo verticais com eletrodos revestidos de baixo hidrogênio deve ser empregada apenas a progressão ascendente, exceto no passo de raiz, quando removido totalmente na goivagem;
- Durante a execução da soldagem, poros, escórias e outros defeitos visíveis devem ser removidos;
- A soldagem não deverá ser executada quando a superfície preparada, numa faixa de 150 mm, centrada na junta a ser soldada, estiver úmida ou a temperatura inferior a +5C;
- Para temperatura da peça inferior a +5C, a soldagem pode ser executada desde que a região a ser soldada seja aquecida a, no mínimo, 50C;
- A soldagem não deverá ser executada sob chuva ou vento forte, a menos que a junta esteja protegida;
- Os reparos de defeitos de solda devem ser executados por soldadores qualificados, sob orientação do encarregado;
- Os mesmos requisitos de inspeção requeridos para as juntas soldadas devem ser aplicados aos reparos destas.

3.3.18.3.2. Qualificação de pessoal para soldagens

3.3.18.3.2.1. Os soldadores deverão ser qualificados conforme Norma ASME Seção IX. A CONTRATADA emitirá relação de soldadores qualificados previamente ao início dos trabalhos.

3.3.18.3.3. Consumíveis: (eletrodos)

3.3.18.3.3.1. Considerar para a elaboração do plano de soldagem todo o material consumível que virá acompanhado dos certificados de qualidade dos mesmos, e sofrerão inspeção visual, dimensional e Análise do Certificado:

- Nenhum eletrodo será usado após a embalagem original ter sido aberta, sem que antes tenha sido tratado na estufa de secagem;
- Durante a armazenagem os consumíveis deverão ser mantidos em estufa com temperatura permanentemente mantida acima de 10° C da temperatura ambiente;
- Quando não forem utilizados em uma mesma jornada deverão receber nova secagem. Não é permitido efetuar mais do que uma ressecagem;
- No manuseio, os eletrodos em poder dos soldadores serão mantidos em estufas portáteis.

3.3.18.4. Proteção catódica

3.3.18.4.1. A contratada deverá considerar para elaboração dos planos para cálculo de quantidade de anodos, substituição e especificação dos anodos de sacrifício, atualmente a embarcação possui cerca de 200 kg de anodos de zinco distribuídos da região externa do casco.

3.3.18.4.2. A contratada deverá considerar para elaboração do plano de substituição e especificação dos anodos que a nova proteção catódica a ser instalada e dimensionada para:

- Acompanhar a duração do esquema de pintura por cinco anos;
- Deverá utilizar cerca de 250 kg de anodos de zinco;
- Apresentar um estudo do local que serão fixados os anodos com mapa do casco;
- O suporte de fixação dos anodos deverá ser através de porcas e parafusos se for executáveis tais serviços que permita que os anodos sejam substituídos na água por mergulhadores.

3.3.19. PROJETO EXECUTIVO DE DOCAGEM E LANÇAMENTO

3.3.19.1. A contratada deverá considerar para elaboração do plano de docagem e lançamento a providencia do traslado de ida da embarcação para o estaleiro e colocar como

responsável por toda a operação a empresa ganhadora, desde o planejamento, execução e todos os custos envolvidos, assim como o retorno, com uso de rebocador caso seja necessário.

3.3.19.1.1. Considerar no plano o acompanhamento da embarcação no traslado por uma tripulação de no mínimo 12 (doze) integrantes para ida e volta, o transporte da tripulação ficará a cargo da empresa.

3.3.19.1.2. Considerar no plano a hipótese da embarcação permanecer fora do estado de São Paulo, portanto deverá incluir a providencia de estadia, transporte e alimentação para 02 fiscalizadores/gestores durante todo esse período e a cada 15 dias deverão ser providenciados estadia, transporte e alimentação para o gestor do serviço a fim de fazer as medições.

3.3.19.2. A contratada deverá considerar para elaboração do plano de docagem e lançamento a realização da vistoria e a análise com ultrassom do casco para que possa atender as exigências das documentações constantes nas Normas da Autoridade Marítima (**NORMAM 01**).

3.3.19.3. Supervisão, Inspeções e Aprovação.

3.3.19.3.1. A contratada deverá considerar para elaboração do plano de docagem e lançamento que após a docagem da embarcação, a mesma deverá estar operando perfeitamente no atendimento de emergências marítimas em todo o Litoral Paulista. Em inúmeras situações será submetida a severas condições e os equipamentos não poderão apresentar falhas imprevisíveis. Por esta razão, a embarcação deverá passar nos testes de Mar, antes de ser aceita para operar no Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo;

3.3.19.3.2. Considerar no plano que todos os itens especificados neste memorial descritivo estarão sujeitos a inspeção pelo Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo;

3.3.19.3.3. Considerar no plano que durante todo o processo da docagem da embarcação poderá e será inspecionada durante todo seu processo por fiscais credenciados do Contratante e/ou de seu Agente credenciado;

3.3.19.3.3. Considerar no plano a disponibilização de um escritório mobiliado e com instalações de comunicação para ser utilizado pela equipe de fiscais do Contratante, no local da docagem da embarcação.

3.3.19.4. Vistorias Técnicas

3.3.19.4.1. A contratada deverá considerar para elaboração do plano de docagem e lançamento que o Estado de São Paulo realiza fiscalizações/visitas periódicas nesse tipo de processo e a previsão de reforma da embarcação durante todo o período do contrato;

3.3.19.4.2. A contratada deverá justificar no plano de visitação o Art. 4º da resolução SSP-5, de 05/04/2018, para as vistorias técnicas, as viagens nacionais ou internacionais, eventualmente necessárias no curso da execução contratual, deverão constar expressamente do edital e do respectivo termo de contrato;

3.3.19.4.3. A contratada deverá considerar para elaboração do plano de visitação o custeio (previsão em orçamento), durante toda a fase da reforma da embarcação, estadias de 02 (dois) representantes do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo para acompanhamento da Docagem da embarcação, sendo que os referidos representantes farão um revezamento a cada 15 dias;

3.3.19.4.4. A contratada deverá considerar para elaboração do plano de visitação o custeio (deve haver previsão orçamentária) a passagem de ida e volta do transporte Terrestre ou Aéreo a cada 15 dias para os dois representantes que estarão acompanhando o serviço bem como deverão custear (deve haver previsão orçamentária) a passagem de ida e volta do transporte Terrestre ou Aéreo a cada 15 dias para os dois representantes que irão fazer a substituição da equipe atual, salientando também que a contratada deverá atentar em custear (deve haver previsão orçamentária) a passagem de ida e volta do transporte Terrestre ou Aéreo a cada 15 dias para o gestor do contrato onde o mesmo irá realizar as medições dos serviços que foram realizados durante o período citado;

3.3.19.4.5. A contratada deverá considerar para elaboração do plano de visitação o custeio (deve haver previsão orçamentária) o deslocamento da rodoviária/aeroporto até o hotel e no decorrer dos dias de estadia, transporte do hotel até o local de reforma da embarcação e vice versa, de pelo menos 01 (uma) vez por dia e ao final de cada visita/inspeção, transporte do hotel até a rodoviária/aeroporto;

3.3.19.4.5.1. A contratada deverá considerar para elaboração do plano de visitação o custeio o transporte deve ser privativo, podendo ser por aplicativo, taxi ou até mesmo aluguel de carro;

3.3.19.4.6. A contratada deverá considerar para elaboração do plano de visitação o custeio (deve haver previsão orçamentária) (deve haver previsão orçamentária) a hospedagem das diárias/pernoite, com 03 (três) alimentações (café da manhã, almoço e jantar) por dia, para servir aos militares responsáveis pelo acompanhamento diário em todo processo da docagem e a cada 15 dias custear (deve haver previsão orçamentária) a hospedagem de 02 (duas) diárias/pernoite para o Gestor que irá gerenciar a medição dos serviços executados. Esclareço que a hospedagem deverá ser de boa qualidade, em local de “boa” vizinhança, próxima e de fácil acesso ao local de docagem da embarcação;

3.3.19.4.7. A contratada deverá considerar para elaboração do plano de visitação que na última vistoria/inspeção, a contratada deverá entregar o cronograma de entrega da embarcação no destino final (Guarujá-SP), com informações sobre a data de entrega.

3.3.19.2. Elaborar o plano dos processos de docagem e lançamento da embarcação, considerando as seguintes condições:

- Transferência para terra através de um elevador tipo “Syncrolift” que possa comportar o peso da embarcação;
- Obrigatoriedade de ser docagem em dique seco.

3.3.19.3. A contratada deverá utilizar o plano de docagem que se encontra na sede do SGB Náutico para obter as informações necessárias para realização do seu plano de docagem de acordo com as facilidades no Estaleiro.

3.3.19.4. A contratada deverá considerar no plano de docagem e lançamento os serviços preparatórios e serviços a serem executados durante o período em que a embarcação estiver em seco:

- Preparação dos picadeiros e berços;
- Docagem da embarcação;
- Limpeza do casco com hidrojato para retirada total das incrustações;
- Substituição dos anodos;
- Vistoria da Marinha do Brasil e/ou empresa certificado para o Certificado de Segurança da Navegação (CSN).

3.3.19.5. A contratada deverá considerar no plano de docagem e lançamento as medições de espessura do chapeamento do casco e membros estruturais do navio, incluindo costado e fundo, convés principal, anteparas estanques, tanques estruturais, e três anéis estruturais, por ultrassom com no mínimo cinco pontos de medição por chapa. Com emissão de relatório da medição assinado por firma credenciada por Sociedade Classificadora;

- Substituição de chapas e perfis, se necessário;
- Tratamento e pintura das obras vivas;
- Serviço de desmontagem do leme.

3.3.19.6. Elaborar o plano de serviço de desmontagem da linha de eixo com a execução de balanceamento e alinhamento estático e dinâmico no eixo de BB e BE com emissão de relatório técnico por profissional homologado com recolhimento de ART do engenheiro responsável;

3.3.19.7. Elaborar o plano de substituição e especificação de todo o sistema do propulsor lateral de vante (Bow Thruster), considerando os seguintes serviços:

- Remoção e instalação das válvulas de fundo e costado;
- Limpeza e tratamento e pintura das caixas de mar e das câmaras;
- Limpeza e tratamento dos tanques estruturais;
- Limpeza e tratamento do fundo dos diversos compartimentos;
- Execução de vistoria a seco por autoridade ou profissional competente

com cumprimento das exigências listadas.

3.3.19.8. Elabora plano detalhado do serviço de descida ou Lançamento da embarcação após a realização dos serviços, testes e vistorias flutuando sem pendências e/ou exigências serem cumpridas;

3.3.19.9. Elaborar plano detalhado para as vistorias e atendimento da certificadora para emissão do Certificado de Segurança da Navegação (CSN) para mar aberto por classificadora ou certificadora competente e credenciada pela autoridade marítima;

3.3.19.10. Elaborar plano para emissão de relatórios e desenhos “as-built” em meio eletrônico.

3.3.20. PROJETO EXECUTIVO DE CARPINTARIA NAVAL

3.3.20.1. A contratada deverá elaborar plano de desmontar e acondicionar todas as mobílias da embarcação bem como monta-las ao final dos serviços de elétrica, pintura e caldeiraria tendo que recuperar e ou substituir tudo que esteja em desconformidade.

3.3.20.2. A contratada deverá elaborar plano de substituição e especificação de todos os vidros e suporte/armação/moldura e os acrílicos das janelas do Passadiço, da Sala de Estar e da Enfermaria, por vidros laminados de 6 mm de espessura conforme relação abaixo, possibilitando o tratamento e pintura das molduras que deverão seguir o padrão da superestrutura incluindo a recomposição em caldeiraria e soldagem com reparo e substituição das bordas de aço das janelas.

3.3.20.3. Elaborar o plano de substituição e especificação detalhada de toda marcenaria da embarcação, considerando a substituição de todos os móveis da embarcação seguindo todos os padrões já existentes e utilizando para a construção dos móveis o material abaixo descrito:

- Compensado naval 100% Cedro Rosa com resina WBP (Weather and Boil Proof/ À prova de clima e fervura);

- Qualidade de colagem Classe 3 de acordo com EN 314-1 / 2 (fenólico);

- Tolerância dimensional Atende aos requisitos de EN 324-1 / 2;
- MOR (módulo de ruptura) / MOE (módulo de elasticidade) Atende aos requisitos da EN 310;

- Madeira reflorestada ou de manejo florestal.

3.3.20.3.1. Considerar na elaboração do plano de substituição e especificação detalhada de toda marcenaria da embarcação, todas as ferragens a serem aplicadas nos móveis devem ser de aço inoxidável 316, seguindo todos os padrões e normas vigentes de travas de segurança para móveis náuticos.

3.3.20.3.2. Considerar na elaboração do plano de substituição e especificação detalhada de toda marcenaria da embarcação, assim como os itens/ acessórios dos respectivos ambientes descritos abaixo:

- Passadiço;
- Convés Principal;
- Sala de Estar, incluir a substituição e especificação de uma televisão de 42”;
- Kitinete e Lavabo, incluir a substituição e especificação de toda a louça e eletrodoméstico;
- Sala de Atendimento Médico;
- Convés Inferior
- Camarote Tripulação:
- Banheiros e chuveiros;
- Cozinha, incluir a substituição e especificação de 01 (um) Cooktop de Indução 4 (quatro) Bocas Preto com Trava de Segurança 220V e 01 (um) Refrigerador Frost Free Duplex 386 Litros 220V na cor branco;
- Armazenagem;
- Refeitório.

3.3.20.3. Elaborar o plano de substituição e especificação detalhada de todo o **isolamento térmico e anti chama e do revestimento da embarcação.**

- Os camarotes terão isolamento térmico;
- A compartimentação será feita com divisórias em chapas de aço;
- Enchimento com lã de rocha;
- Acabamento com filme de PVC.

3.3.20.3.1. A contratada deverá considerar na elaboração do plano de substituição e especificação detalhada do isolamento térmico e anti chama e do revestimento da embarcação

3.3.20.3.2. O isolamento térmico será aplicado como segue:

Item	Aplicação	Material de Isolamento	Espessura Aprox. (mm)
Todos os compartimentos	Teto sob convés exposto ao tempo e anteparas de aço expostas ao tempo	Painel rígido ou feltro de lã de rocha 20 kg/m ³ / Lã de Rocha	10 mm
Compartimentos de banheiros	Teto sob convés exposto ao tempo e anteparas de aço expostas ao tempo	Painel rígido ou feltro de lã de rocha 20 kg/m ³ / Lã de Rocha	10 mm

3.3.20.4. Elaborar o plano de especificação detalhada e substituição de todo o ladrilho da cozinha e os banheiros terão piso de cimento com ladrilhos antiderrapante e anteparas pintadas.

3.3.20.5. Considerar na elaboração do plano de substituição e especificação detalhada de todo revestimentos de convés inferior:

- Composição de convés baixa densidade será aplicada nos compartimentos privativos, compartimentos públicos, banheiros, corredores e cozinha. Outros compartimentos e paíóis terão os pisos apenas pintados;
- Os pisos que receberão composição de convés de baixa densidade serão revestidos com vulcapiso ou tapete de borracha pastilhada antiderrapante;
- Todos os corredores, camarotes, sala de estar e o refeitório serão revestidos com placas vinílicas (vulcapiso ou similar);
- O passadiço será revestido com tapete de borracha pastilhada antiderrapante;
- Nenhum revestimento de placas vinílicas será aplicado nos espaços fechados sob móveis tais como beliches, guarda-roupas etc;
- Ladrilhos de cerâmica antiderrapante serão aplicados sobre a composição de convés de baixa densidade em todos os banheiros e cozinha;

- Os pisos em ladrilho serão limitados por rodapés, aplicados nas anteparas dos compartimentos.

3.3.20.6. Considerar na elaboração do plano de substituição e especificação detalhada de toda marcenaria da embarcação os trabalhos de carpintaria (anteparas, divisórias, forrações e tetos, moveis):

- Os painéis das anteparas divisórias, forrações das anteparas e tetos dos compartimentos serão construídos de material antichama, conforme as regras e regulamentos aplicados;
- Nas acomodações todas as juntas dos painéis de anteparas e tetos estarão de acordo com padrão do fabricante dos painéis;
- Os materiais da fabricação das camas serão em MDF de 25mm e 18mm com acabamento em Macchiato/Branco;
- Os materiais dos armários serão em MDF 18mm com acabamento em Macchiato;
- Os materiais das escrivaninhas serão em MDF 18mm com acabamento em Macchiato;
- A mesa dos refeitórios serão em MDF 25mm com acabamento Macchiato;
- Os consoles do passadiço serão em material MDF 25mm e 18mm com acabamento Macchiato e na parte superior serão acabamento em formica preto fosco;

3.3.20.7. Considerar na elaboração do plano de substituição e especificação detalhada de toda marcenaria da embarcação para os compartimentos das acomodações receberão os seguintes revestimentos:

Compartimento	Teto	Anteparas
- Compartimentos privativos, públicos e serviço	Painéis com “miolo” e revestimento de melanina.	Painéis com “miolo de lã de rocha e revestido de PVC decorativo no lado exposto, decorativo em ambas as faces quando forem anteparas divisórias.
- Outros compartimentos e paióis	Aço pintado, exceto os compartimentos que serão revestidos, com isolamento térmico,	Aço pintado, exceto os compartimentos que serão revestidos, onde receberão isolamento térmico, com tecido industrial lã de rocha.

	com tecido industrial lã de rocha.	
--	------------------------------------	--

3.3.20.8. Considerar na elaboração do plano de substituição e especificação detalhada de toda marcenaria da embarcação para os compartimentos dos **Lockers**

3.3.20.8.1. Considerar serviços de marcenaria e calderaria nos armários externos (LOCKERS) de BB e BE destinado aos equipamentos de mergulho com substituição de todas as prateleiras e reforma geral das portas de acesso, reforma da colmeia de cilindro de mergulho destinado a 15 cilindros e com o fornecimento dos mesmos.

3.3.20.8.2. Considerar serviços de marcenaria e calderaria nos armários externos (LOCKERS) de BE, destinado aos equipamentos de incêndio com substituição de todas as prateleiras e reforma geral das portas de acesso.

3.3.20.8.2.1. Considerar a especificação detalhada e substituição de 02 (dois) Esguicho para combate a incêndio, portátil 1 ½”, com forma de jato regulável e com opção de lançamento de água em jato pleno, neblina ou ambos combinados. Esguicho construído em liga leve de alumínio anodizado, denominada “PYROLITE”, com certificação de conformidade com a NFPA 1964. Orifício de jato sólido, com diâmetro de ½” (12) mm. Vazão constante de 95GPM (360 LPM) para 1 ½”. Empunhadura tipo pistola, apresenta dentes giratórios para uniformidade da neblina, possui acoplamento incorporado, STORZ 1 ½”, padrão brasileiro, no mesmo material de construção do esguicho;

3.3.20.8.2.2. Considerar a especificação detalhada e substituição de 02 (dois) Esguichos para combate a incêndio 1,5 com vazão regulável e manopla ergonômica redutora de momento de reação. Forma de jato regulável pleno / neblina; Material de Construção: Liga PYROLITE; Vazão regulável: 30-95-125-150-200 GPM; Controle de abertura / fechamento por alavanca em termoplástico; Esguicho com certificação de conformidade com NFPA 1964; Manopla tipo pistola com desenho curvo para balanceamento da força de reação, eliminando o torque.

3.3.21. SUBSTITUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS

3.3.21.1. Elaborar plano de especificação detalhada e substituição de equipamentos essenciais para o bom funcionamento operacional da embarcação.

3.3.21.2. Elaborar plano de especificação detalhada e substituição do **Guincho de carga da popa da embarcação**, contemplando as especificações mínimas abaixo:

- Com capacidade de carga mínima de 4.800 kg;
- Com raio de 4 mts;
- Com 02 lanças hidráulicas;
- Volume de óleo hidráulico total 150lts;
- Pressão de trabalho 180bar;
- Alcance Máximo 6mts;
- Peso Máximo do equipamento base 2900kgf.

3.3.21.3. A contratada deve considerar na elaboração do plano de especificação detalhada e substituição do Guincho de carga da popa da embarcação a retirada do equipamento antigo sendo a remoção do existente e instalação do guindaste adquirido de inteira responsabilidade da contratada:

3.3.21.4. Elaborar plano de especificação detalhada e substituição de todos os **aparelhos de ar condicionado** da embarcação

3.3.21.4.1. A contratada deve considerar na elaboração do plano de especificação detalhada e substituição que os atuais sistemas de ar condicionados deverão ser substituídos por sistemas modernizados aos existentes superando assim o padrão de qualidade e sendo que os devidos compressores serão instalados em bases metálicas confeccionadas em aço carbono seguindo os padrões de preparação soldagem e acabamento constante nos itens anteriores e instalados a uma altura mínima de 300 (trezentos) milímetros do respectivo convés, de forma a ter proteção máxima das intempéries e espaço suficiente para limpeza.

3.3.21.4.2. A contratada deve considerar na elaboração do plano de especificação detalhada e cálculo de potência dos equipamentos para a substituição dos aparelhos a serem substituídos dos seguintes compartimentos da embarcação:

- 02 no Passadiço;
- 02 na Sala de estar;
- 01 no Escritório;
- 02 na Sala da Câmara Hiperbárica;
- 01 no Refeitório;
- 02 nas Dependências da tripulação (02 camarotes).

3.3.21.5. Elaborar plano de especificação detalhada e substituição de todo o **sistema de molinete e ferro de fundeio** da embarcação:

- Substituição dos 02 (dois) molinetes por um sistema modernizado que seja superior ao existente e compatível para trabalho com 02 (dois) ferros (âncoras) de 250kg cada, deve ser feita também a manutenção em toda a rede hidráulica que compõe o acionamento do sistema de fundeio e a substituição completa dos 02 (dois) escovem;

- Substituição dos 02 (dois) ferros (âncoras) da embarcação por dois ferros de no mínimo 170kg (cento e setenta) cada do tipo Danforth e fabricado em aço especial próprio para âncoras em trabalho de água salgada e deve cumprir a regulamentação da NORMAM 01DPC;

- Substituição das 02 (duas) amarras (correntes) e acessórios, devendo a contratada calcular a especificação da corrente e dos distorcedores;

- Substituição dos trechos e conexões da rede de lavagem dos escovém, que se encontram em estado de corrosão, propiciando alagamento do compartimento;

- Sanar todos os vazamentos nas conexões de mangueiras no manete de controle do molinete.

3.3.21.6. Elaborar plano de especificação detalhada e substituição de todas as **amarras (cordas)** da embarcação:

- Considerar as amarras principais para segurar a embarcação atracada e medir as distâncias do píer que a embarcação fica atracada;

- Considerar as amarras secundárias para segurar a embarcação atracada e medir as distâncias do píer que a embarcação fica atracada;

- Considerar as amarras reserva para segurar a embarcação atracada e medir as distâncias do píer que a embarcação fica atracada.

3.3.22. TRATAMENTO E PINTURA

3.3.22.1. A contratada deve considerar para elaboração do plano de especificação e reforma de todo o serviço de pintura, devendo seguir o padrão de cores estabelecidas no plano de pintura constante da última docagem, sendo certo que o referido plano será disponibilizado pelo SGB NÁUTICO à empresa contratada, salientando ainda que todo material de pintura incluindo todas as tintas serão adquiridas pela contratada seguindo todos os padrões estabelecidos nesse memorial descritivo.

3.3.22.2. Tratamento da superfície

3.3.22.2.1. Antes da aplicação da pintura as superfícies deverão ser tratadas por limpeza mecânica grau de preparação St 3 da norma SIS 05 59 00;

3.3.22.2.2. As superfícies usinadas ou de aço inoxidável, bem como furações, vedações de borracha, etc., devem ser convenientemente protegidas.

3.3.22.3. Considerar para elaboração do plano de pintura da embarcação que todos os materiais que necessitam de pintura deverão ser tratados de acordo com as normas específicas e de acordo com as especificações relacionadas abaixo:

3.3.22.3.1. O preparo e aplicação das tintas deverão seguir rigorosamente as instruções do fabricante das mesmas, todos os componentes serem bem misturados, antes da aplicação, não devendo apresentar decantação nos recipientes durante a aplicação;

3.3.22.3.2. Todo o serviço deverá ser efetuado de maneira esmerada para que as superfícies fiquem isentas de escorrimentos, respingos, rugosidade, bolhas, ondas, recobrimentos e marcas de pincel. Todas as demãos deverão ser aplicadas de tal maneira a produzir uma película igual e uniforme, cobrindo todos os cantos, reentrâncias, bordas, etc. As linhas e cantos deverão ser aplicados a pincel. Apenas na última demão quando não exigido pelo fabricante poderá ser utilizado rolo ou pistola;

3.3.22.3.3. Sempre que houver paralisação dos serviços a sua continuidade posterior deverá ser feita com uma superposição mínima de 200 (duzentos) milímetros.

3.3.22.3.4. Os limites de umidade e temperatura ambiente deverão seguir rigorosamente as instruções dos fabricantes das tintas. Não será permitido, no entanto, pintura em ambiente cuja umidade relativa do ar ultrapasse 85% (oitenta e cinco por cento), para temperatura da superfície metálica acima de 50° C (cinquenta graus Celsius), ou quando a temperatura ambiente for menor que 5° C (cinco graus Celsius), ou inferior a 3° C (três graus Celsius) acima do ponto de orvalho. Cada demão de tinta deverá estar suficientemente seca e no estado de cura apropriado antes de receber a demão subsequente. O intervalo de tempo entre demãos deve seguir o estabelecido pelo fabricante de tintas. Antes da aplicação de uma nova demão de tinta a superfície já pintada deverá estar limpa de toda a poeira, óleo, graxa ou quaisquer resíduos e inteiramente isentas de água ou umidade, de modo a permitir perfeita aderência entre as diversas camadas de tinta. Entre todas as demãos de pintura, quando já tiver ocorrido a cura completa da camada anterior, deverá ser feita a limpeza da superfície com solvente, grau de preparação N5 da norma da Petrobrás.

3.3.22.3.5. As superfícies usinadas, as superfícies de aço inoxidável, bem como furações, vedações de borracha, etc., não deverão ser pintadas, devendo ser convenientemente protegidas durante as operações de limpeza e pintura. Os elementos de fixação

em aço carbono serão limpos adequadamente com escova, ar comprimido e solvente e conforme a prática usual para cada caso, protegidos com óleo, graxa ou duas demãos de verniz removível com espessura mínima de 35 micrômetros. As regiões de identificação das partes e marcas de montagem deverão ser protegidas quando da limpeza e proteção. Deverá ser deixada sem qualquer pintura uma faixa de 100 mm, para cada lado, em todos os locais onde existir soldas de campo. Após a soldagem deverá haver uma preparação da superfície e posterior pintura.

3.3.22.3.6. Especificação detalhada do sistema de pintura, contemplando nas plantas e no memorial descritivo:

- Tipo e especificações técnicas das tintas (primer, tinta intermediária e acabamento);
- Compatibilidade com o ambiente marinho;
- Cores padronizadas (com códigos de referência);
- Número de demãos necessárias;
- Espessura da película seca requerida;
- Processos de preparação de superfície;
- Métodos de aplicação recomendados;
- Intervalos de repintura;
- Tempo de cura;
- Vida útil estimada do sistema de pintura;

3.3.22.4. Considerar para elaboração do plano de tratamento e pintura das chapas de aço da embarcação, contemplando:

3.3.22.4.1. **Obras Vivas** (incluindo pés de galinha, bosso e guardas) – área = 250 m²

- Aplicação de hidrojato na pressão de 30.000 psi ou jateamento abrasivo padrão Sa 2. ½ em toda a superfície;
- Aplicação de uma demão de primer epóxi Intershield 300 (ou similar) na cor bronze espessura seca de 150 micra;
- Aplicação de uma demão de Intergard 263 (ou similar) na cor cinza com espessura de 75 micra;
- Aplicação de uma demão de antiincrustante Intersmooth 360 SPC (ou similar) na cor marrom com espessura seca de 125 micra; e
- Aplicação de uma demão de antiincrustante Intersmooth 360 SPC (ou similar) na cor vermelha com espessura seca de 125 micra.

3.3.22.4.2. **Costado** - área = 150 m2

- Aplicação de hidrojato na pressão de 30.000 psi ou jateamento abrasivo padrão Sa 2. ½ em toda a superfície;
- Aplicação de uma demão de primer epóxi Interplate 341 (ou similar) na cor vermelha oxido espessura seca de 15 micra;
- Aplicação de uma demão de primer epóxi Intershield 300 (ou similar) na cor bronze espessura seca de 150 micra; e
- Aplicação de uma demão de tinta de acabamento a base de poliuretano Interthane 990 (ou similar) na cor a ser determinada pelo GBMar e espessura seca de 50 micra.
- O nomes “CORPO DE BOMBEIROS”, “GOVERNADOR FLEURY” deverão ser pintados na cor branca nos dois bordos.

3.3.22.4.3. **Borda Falsa Externa** – área = 70 m2

- Aplicação de uma demão de primer epóxi Interplate 341 (ou similar) na cor vermelho oxido espessura seca de 15 micra;
- Aplicação de uma demão de primer epóxi Intershield 300 (ou similar) na cor bronze espessura seca de 150 micra; e
- Aplicação de uma demão de tinta de acabamento a base de poliuretano Interthane 990 (ou similar) na cor a ser determinada pelo GBMar e espessura seca de 50 micra.

3.3.22.4.4. **Borda Falsa Interna** – área = 80 m2

- Aplicação de uma demão de primer epóxi Interplate 341 (ou similar) na cor vermelho oxido espessura seca de 15 micra;
- Aplicação de uma demão de primer epóxi Intershield 300 (ou similar) na cor bronze espessura seca de 150 micra; e
- Aplicação de uma demão de tinta de acabamento a base de poliuretano Interthane 990 (ou similar) na cor a ser determinada pelo GBMar e espessura seca de 50 micra.

3.3.22.4.5. **Convés Principal e Hidrantes** - área = 95 m²

- Aplicação de hidrojato na pressão de 30.000 psi ou jateamento abrasivo padrão Sa 2. ½ em toda a superfície;
- Aplicação de uma demão de primer epóxi Interplate 341 (ou similar) na cor vermelho oxido espessura seca de 15 micra;

- Aplicação de uma demão de primer epóxi Intershield 300 (ou similar) na cor bronze espessura seca de 150 micra; e
- Aplicação de uma demão de tinta antiderrapante Intershield 417 (ou similar) na cor a ser determinada pelo GBMar e espessura seca de 500 micra.

3.3.22.4.6. **Superestrutura Anteparas Externa, Hidrantes, Chaminés e Balaustradas** - área = 250 m²

- Aplicação de hidrojato na pressão de 30.000 psi ou jateamento abrasivo padrão Sa 2. ½ em toda a superfície;
- Aplicação de uma demão de primer epóxi Interplate 341 (ou similar) na cor vermelho oxido espessura seca de 15 micra;
- Aplicação de uma demão de primer epóxi Intershield 300 (ou similar) na cor bronze espessura seca de 150 micra;
- Aplicação de uma demão de tinta de acabamento a base de poliuretano Interthane 990 (ou similar) na cor na cor a ser determinada pelo GBMar e espessura seca de 50 micra;
- Deverá ser pintado o emblema do Corpo de Bombeiros para fixação na antepara da superestrutura, nos dois bordos.

3.3.22.4.7. **Lockers de Bombordo e Boreste** - área = 60 m²

- Aplicação de hidrojato na pressão de 30.000 psi ou jateamento abrasivo padrão Sa 2. ½ em toda a superfície;
- Aplicação de uma demão de primer epóxi Interplate 341 (ou similar) na cor vermelho oxido espessura seca de 15 micra;
- Aplicação de uma demão de primer epóxi Intershield 300 (ou similar) na cor bronze espessura seca de 150 micra; e
- Aplicação de uma demão de tinta de acabamento a base de poliuretano Interthane 990 (ou similar) na cor na cor a ser determinada pelo GBMar e espessura seca de 50 micra.

3.3.22.4.8. **Convés Superior, Base dos Faróis** – área = 65 m²

- Aplicação de hidrojato na pressão de 30.000 psi ou jateamento abrasivo padrão Sa 2. ½ em toda a superfície;
- Aplicação de uma demão de primer epóxi Interplate 341 (ou similar) na cor vermelho oxido espessura seca de 15 micra;

- Aplicação de uma demão de primer epóxi Intershield 300 (ou similar) na cor bronze espessura seca de 150 micra; e

- Aplicação de uma demão de tinta antiderrapante Intershield 417 (ou similar) na cor a ser determinada pelo GBMar e espessura seca de 500 micra.

3.3.22.4.9. **Convés do Tijupá e Acessórios** – área = 15 m²

- Aplicação de hidrojato na pressão de 30.000 psi ou jateamento abrasivo padrão Sa 2. ½ em toda a superfície;

- Aplicação de uma demão de primer epóxi Interplate 341 (ou similar) na cor vermelho oxido espessura seca de 15 micra;

- Aplicação de uma demão de primer epóxi Intershield 300 (ou similar) na cor bronze espessura seca de 150 micra; e

- Aplicação de uma demão de tinta antiderrapante Intershield 417 (ou similar) na cor a ser determinada pelo GBMar, e espessura seca de 500 micra.

3.3.22.4.10. **Tanque de Colisão de Vante** – área = 35 m²

- Tratamento mecânico padrão St 3 nas áreas atacadas por corrosão e lixamento de toda a área;

- Aplicação de uma demão de tinta epóxi tolerante a superfície, Interseal 670 (ou similar) na cor cinza nas áreas atacadas por corrosão e espessura seca de 120 micra; e

- Aplicação de uma demão de tinta epóxi tolerante a superfície, Interseal 670 (ou similar) na cor branca e espessura seca de 120 micra.

3.3.22.4.11. **Paiol de Amarras** - área = 10 m²

- Reforma completa do Paiol de Amarras;

- Tratamento mecânico padrão St 3 nas áreas atacadas por corrosão e lixamento de toda a área;

- Aplicação de uma demão de primer epóxi Intershield 300 (ou similar) na cor bronze, nas áreas atacadas por corrosão, espessura seca de 125 micra; e

- Aplicação de uma demão de primer epóxi Intershield 300 (ou similar) na cor alumínio espessura seca de 125 micra.

3.3.22.4.12. **Espaço Vazio entre as Cavernas** 14 e 32 – área = 60 m²

- Limpeza com aplicação de hidrojato na pressão de 6000 psi;

- Tratamento mecânico padrão St 3 nas áreas atacadas por corrosão e lixamento de toda a área;

- Aplicação de uma demão de tinta epóxi tolerante a superfície, Interseal 670 (ou similar) na cor cinza nas áreas atacadas por corrosão e espessura seca de 120 micra; e

- Aplicação de uma demão de tinta epóxi tolerante a superfície, Interseal 670 (ou similar) na cor branca e espessura seca de 120 micra.

3.3.22.4.13. **Tanque de Água Potável** – área = 15 m²

- Abertura e fechamento da porta de visita, incluindo a substituição da borracha;

- Limpeza com aplicação de hidrojato na pressão de 6000 psi;

- Tratamento mecânico padrão St 3 nas áreas atacadas por corrosão e lixamento de toda a área;

- Aplicação de uma demão de tinta epóxi tolerante a superfície, Interseal 670 (ou similar) na cor cinza nas áreas atacadas por corrosão e espessura seca de 120 micra; e

- Aplicação de uma demão de tinta epóxi tolerante a superfície, Interseal 670 (ou similar) na cor branca e espessura seca de 120 micra.

3.3.22.4.14. **Espaço Vazio entre as Cavernas** 32 e 44 – área = 50 m²

- Limpeza com aplicação de hidrojato na pressão de 6000 psi;

- Tratamento mecânico padrão St 3 nas áreas atacadas por corrosão e lixamento de toda a área;

- Aplicação de uma demão de tinta epóxi tolerante a superfície, Interseal 670 (ou similar) na cor cinza nas áreas atacadas por corrosão e espessura seca de 120 micra; e

- Aplicação de uma demão de tinta epóxi tolerante a superfície, Interseal 670 (ou similar) na cor branca e espessura seca de 120 micra.

3.3.22.4.15. **Tanque Séptico** – área = 40 m²

- Abertura e fechamento da porta de visita, incluindo a substituição da borracha;

- Limpeza com aplicação de hidrojato na pressão de 6000 psi;

- Tratamento mecânico padrão St 3 nas áreas atacadas por corrosão e lixamento de toda a área;

- Aplicação de uma demão de tinta epóxi tolerante a superfície, Interseal 670 (ou similar) na cor cinza nas áreas atacadas por corrosão e espessura seca de 120 micra; e

- Aplicação de uma demão de tinta epóxi tolerante a superfície, Interseal 670 (ou similar) na cor branca e espessura seca de 120 micra.

3.3.22.4.16. **Praça de Máquinas:**

3.3.22.4.16.1. Abaixo do Estrado - área = 120 m2

- Limpeza geral dos resíduos oleosos nas dalas e desengraxamento de toda a praça de máquinas;

- Tratamento mecânico padrão St 3 nas áreas atacadas por corrosão e lixamento de toda a área;

- Aplicação de uma demão de primer epóxi Intershield 300 (ou similar) na cor bronze, nas áreas atacadas por corrosão, espessura seca de 125 micra; e

- Aplicação de uma demão de primer epóxi Intershield 300 (ou similar) na cor alumínio espessura seca de 125 micra.

3.3.22.4.16.2. Acima do Estrado – área = 150 m2

- Tratamento mecânico padrão St 3 nas áreas atacadas por corrosão e lixamento de toda a área;

- Aplicação de uma demão de primer epóxi Intershield 300 (ou similar) na cor bronze, nas áreas atacadas por corrosão, espessura seca de 125 micra;

- Aplicação de uma demão tinta alquídica na cor branca e espessura seca de 75 micra;

- Prover tubulação de ar comprimido, localizado abaixo dos estrados da praça de máquinas, de eficiente proteção e alocadas em suportes apropriados;

3.3.22.4.16. 3. **Área da Praça de Máquinas:**

- Substituição dos isolamentos acústicos que se encontra em mau estado;

- Devera ser feita toda revisão da parte elétrica, mantendo-as protegidas por meio de conduítes e prover os mesmos suportes ou chicotes apropriados, como também verificar as caixas de distribuição, as quais se encontram danificadas;

- Providenciar fixação dos estrados na praça de Máquinas, a fim de evitar acidentes (risco e queda) à tripulação;

- Providenciar isolamento térmico nas juntas de expansão da rede de descarga de dos MCA (motores de combustão auxiliares) e MCP (motores de combustão principais) de BB (Bombordo) e BE (Boreste);

- Manutenção e substituição se necessário do sistema de ventilação da praça de máquinas (exaustores);

- Prover pisos próximos aos painéis elétricos, de tapetes de borracha para efetiva proteção da tripulação.

- Providenciar a retirada de todo óleo combustível do tanque central, bombordo e boreste, devendo fazer o armazenamento em local apropriado e de inteira responsabilidade da empresa, sendo que ao final da docagem deverá a contratada fazer o reabastecimento do óleo que deve ser filtrado antes de deposita-lo nos tanques.

3.3.22.4.17. **Tanque de Óleo Diesel Central** – área = 45 m²

- Abertura e fechamento da porta de visita, incluindo a substituição da borracha;

- Limpeza e desgaseificação com certificado de gás free;

- Tratamento mecânico padrão St 3 nas áreas atacadas por corrosão e lixamento de toda a área; e

- Aplicação de uma demão de primer epóxi Interplate 341 (ou similar) na cor vermelho oxido espessura seca de 15 micra.

3.3.22.4.18. **Tanque de Óleo Diesel BB** – área = 25 m²

- Abertura e fechamento da porta de visita, incluindo a substituição da borracha;

- Limpeza e desgaseificação com certificado de gás free;

- Tratamento mecânico padrão St 3 nas áreas atacadas por corrosão e lixamento de toda a área; e

- Aplicação de uma demão de primer epóxi Interplate 341 (ou similar) na cor vermelho oxido espessura seca de 15 micra.

3.3.22.4.19. **Tanque de Óleo diesel BE** – área = 25 m²

- Abertura e fechamento da porta de visita, incluindo a substituição da borracha;

- Limpeza e desgaseificação com certificado de gás free;

- Tratamento mecânico padrão St 3 nas áreas atacadas por corrosão e lixamento de toda a área; e

- Aplicação de uma demão de primer epóxi Interplate 341 (ou similar) na cor vermelho oxido espessura seca de 15 micra.

3.3.22.4.20. **Praça dos Geradores:**

3.3.22.4.20.1. Abaixo do Estrado - área = 30 m2

- Limpeza geral e desengraxamento;
- Tratamento mecânico padrão St 3 nas áreas atacadas por corrosão e lixamento de toda a área;

- Aplicação de uma demão de primer epóxi Intershield 300 (ou similar) na cor bronze, nas áreas atacadas por corrosão, espessura seca de 125 micra; e

- Aplicação de uma demão de primer epóxi Intershield 300 (ou similar) na cor alumínio espessura seca de 125 micra.

3.3.22.4.20.2. Acima do Estrado- área = 60 m2

- Tratamento mecânico padrão St 3 nas áreas atacadas por corrosão e lixamento de toda a área;

- Aplicação de uma demão de primer epóxi Intershield 300 (ou similar) na cor bronze, nas áreas atacadas por corrosão, espessura seca de 125 micra; e

- Aplicação de uma demão tinta alquídica na cor branca e espessura seca de 75 micra.

3.3.22.4.21. **Tanque de Lastro** – área = 40 m2

- Abertura e fechamento da porta de visita, incluindo a substituição da borracha;

- Limpeza com aplicação de hidrojato na pressão de 6000 psi;

- Tratamento mecânico padrão St 3 nas áreas atacadas por corrosão e lixamento de toda a área;

- Aplicação de uma demão de tinta epóxi tolerante a superfície, Interseal 670 (ou similar) na cor cinza nas áreas atacadas por corrosão e espessura seca de 120 micra; e

- Aplicação de uma demão de tinta epóxi tolerante a superfície, Interseal 670 (ou similar) na cor branca e espessura seca de 120 micra.

3.3.22.4.22. **Praça dos Compressores:**

3.3.22.4.22.1. Abaixo do Estrado - área = 40 m2

- Limpeza geral e desengraxamento;
- Tratamento mecânico padrão St 3 nas áreas atacadas por corrosão e lixamento de toda a área;
- Aplicação de uma demão de primer epóxi Intershield 300 (ou similar) na cor bronze, nas áreas atacadas por corrosão, espessura seca de 125 micra; e
- Aplicação de uma demão de primer epóxi Intershield 300 (ou similar) na cor alumínio espessura seca de 125 micra.

3.3.22.4.22.2. Acima do Estrado- área = 80 m2

- Tratamento mecânico padrão St 3 nas áreas atacadas por corrosão e lixamento de toda a área;
- Aplicação de uma demão de primer epóxi Intershield 300 (ou similar) na cor bronze, nas áreas atacadas por corrosão, espessura seca de 125 micra; e
- Aplicação de uma demão tinta alquídica na cor branca e espessura seca de 75 micra.

3.3.22.4.23. Compartimento entre as Cavernas 86 e 100 - área = 50 m2

- Limpeza com aplicação de hidrojato na pressão de 6000 psi;
- Tratamento mecânico padrão St 3 nas áreas atacadas por corrosão e lixamento de toda a área;
- Aplicação de uma demão de tinta epóxi tolerante a superfície, Interseal 670 (ou similar) na cor cinza nas áreas atacadas por corrosão e espessura seca de 120 micra; e
- Aplicação de uma demão de tinta epóxi tolerante a superfície, Interseal 670 (ou similar) na cor branca e espessura seca de 120 micra.

3.3.22.4.24. Deck de Popa – área = 8 m2

- Tratamento mecânico padrão St 3 nas áreas atacadas por corrosão e lixamento de toda a área;
- Aplicação de uma demão de primer epóxi Intershield 300 (ou similar) na cor bronze, nas áreas atacadas por corrosão, espessura seca de 125 micra; e
- Aplicação de uma demão de tinta epóxi tolerante a superfície, Interseal 670 (ou similar) na cor a ser determinada pelo GBMar e espessura seca de 120 micra.

3.3.22.4.25. Ferro de Fundeio:

- Manutenção completa com limpeza geral do paiol de amarra com a substituição de toda a amarra (corrente) que compõe o sistema de fundeio, devendo a atual amarra ter 200m (duzentos) de comprimento sendo 80m (oitenta) para o ferro de BB e 120m (cem e vinte) para BE, condizente com um ferro de no mínimo 200 kg e deve cumprir a regulamentação da NORMAM 01DPC;

- Tratamento mecânico padrão St 3 nas áreas atacadas por corrosão e lixamento de toda a área;

- Aplicação de uma demão de primer epóxi Intershield 300 (ou similar) na cor bronze, nas áreas atacadas por corrosão, espessura seca de 125 micra; e

- Aplicação de uma demão de tinta epóxi tolerante a superfície, Interseal 670 (ou similar) na cor a ser determinada pelo GBMar e espessura seca de 120 micra.

3.3.23. PATAMAR DE POPA

3.3.23.1. Escada do Patamar de Popa

3.3.23.1.1. A contratada deverá elaborar plano de confecção e especificação de 01 (uma) escada com degraus auto nivelante para embarque e desembarque tendo que fixar uma plataforma mais baixa ao fim da escada como base para os mergulhadores;

3.3.23.1.2. Considerar para elaboração do plano da escada a realização de um estudo para que seja alocada no patamar de popa da embarcação e a possibilidade um sistema elétrico de lançamento, recolhimento e acondicionamento;

3.3.23.1.3. Considerar para elaboração do plano da escada, todas as dimensões e acabamentos que podem ser personalizados de acordo com as necessidades dos serviços que serão executados pelos mergulhadores e deveram ser estudadas e avaliadas na própria embarcação (Patamar), onde serão tiradas todas as medidas necessárias para a confecção da escada.

3.3.23.1.4. Considerar para elaboração do plano da escada que deverá ser confeccionada em aço inoxidável 316 de boa qualidade e características conforme segue:

- Âmbito de utilização para embarcação;
- Tipo retrátil (automática);
- Uso previsto de embarque;
- Material da estrutura em aço inoxidável polido;
- Outras características automáticas;

- Comprimento: 2.000 mm (79 “);
- Largura máx. 500 mm (20 “);
- Número de degraus 10.

3.3.23.1.4. Considerar para elaboração do plano da escada que ao regular o ângulo dos degraus, a escada retrátil automática multifuncional deve transforma-se num passadiço em poucos segundos. Adapta-se às várias necessidades técnicas e estéticas decorrentes do tipo de embarcação em que será instalada, utilizando sempre materiais de primeira qualidade. Disponível em 3 versões em função do número de degraus necessários, é fornecida com escoras manuais amovíveis com corda, mas pode também ser personalizada através da instalação de escoras com corrimão em aço inoxidável polido.

- Escada multifunções com sistema elétrico, combinada com a função de passadiço;

- Tensão 12/24;
- Sistema pré-cablado com n. 2 motores eléctricos;
- Gestão do arranque suave dos três movimentos;
- Controlo de abrandamento e PWM durante a procura da posição de

centragem horizontal para uma melhor precisão na fase de reentrada e de saída;

- Estrutura tubular dupla em aço inoxidável polido com tampas

(polidas);

- Degraus autonivelantes em material sintético 100% ecológico

estabilizado aos raios UV;

- Comprimento standard dos cabos eléctricos a partir do fundo da

Caixa L ;

- Suportes de fixação incluídos;
- Caixa de alumínio com portinhola automática. A caixa de escada

resistente às intempéries recolhe apenas a água de limpeza e de lavagem. Não é estanque;

- Escoras amovíveis manualmente com corrimão em aço inoxidável;
- Funcionamento com telecomando por ondas de rádio e painel tátil

para operar a partir da Sala Molhada.

3.4. **CRONOGRAMA FISICO FINANCEIRO:**

3.4.1.A Contratada deverá elaborar representação gráfica do desenvolvimento dos serviços a serem executados ao longo do tempo de duração da obra demonstrando, em cada

período, o percentual físico a ser executado e o respectivo valor financeiro despendido. Sendo que o técnico responsável pelo orçamento também seja quem elabora o cronograma físico-financeiro. Ambos os elementos devem ser descritos na ART.

3.5. AS BUILT

3.5.1. Ao elaborar os planos a contratada deverá incluir no projeto todas **AS BUILT** (Com previsão em contrato), que no final dos serviços a contratada entregue a documentação que reflita exatamente o que foi executado na obra. Essa juntada deve contemplar com exatidão, por meio de plantas e memoriais, todos os serviços executados e especificações detalhadas dos insumos utilizados (materiais, códigos de fabricante, cores etc.). Para a manutenção, conservação, reforma futuras do objeto entregue. A responsabilidade da Documentação **AS BUILT** é do Responsável Técnico da empresa **CONTRATADA**, o detentor da ART ou RRT de execução.

3.6. DO ORÇAMENTO:

3.6.1. A contratada deverá elaborar 01 (um) Orçamento de toda a execução do projeto executivo que deverá ser lastreado em composições de custos unitários e expresso em planilhas de custos e serviços, referenciadas à data de sua elaboração, assim como também a data (mês/ano) dos sistemas referenciais de preços (**SINAPI, SICRO, etc.**) ou qualquer outra fonte de preços paradigmas de mercado, para compor o preço total deverá ser explicitado no orçamento, assim como também a composição das Leis Sociais.

3.7. PLANILHA COMPOSIÇÃO DE CUSTOS:

3.7.1. A contratada deverá elaborar uma Planilha de Custos e Serviços deve sintetizar o orçamento e deve conter, no mínimo: Discriminação de cada serviço, unidade de medida, quantidade, custo unitário e custo parcial; Custo total orçado, representado pela soma dos custos parciais de cada serviço e/ou material; Nome completo do responsável técnico, seu número de registro no **CREA/CAU** e assinatura.

4. DOS PREÇOS:

Deverá ser cotado no valor total do serviço, conforme sua descrição neste Projeto Básico. Deverão ser incluídas todas as despesas diretas ou indiretas, e as margens de lucro da contratada, que se refiram ao objeto descrito neste Projeto Básico, mão de obra, transporte,

seguro legal ou contratual exigidos, encargos sociais e trabalhistas, amortizações, despesas administrativas e de escritórios, testes exigíveis por normas técnicas e seguro contra acidentes.

5. DO PRAZO E REGRAS:

5.1. Deverão ser incluídas todas as despesas, diretas ou indiretas e as margens de lucro da contratada, que se refiram ao objeto descrito e caracterizado neste Projeto Básico, mão de obra, transporte, seguros legal ou contratualmente exigidos, encargos sociais e trabalhistas, impostos e taxas incidentes sobre atividade econômica ou material, depreciações e amortizações, despesas administrativas e de escritório, testes laboratoriais ou outros exigíveis por normas técnicas.

5.2. Os proponentes deverão se responsabilizar pelos serviços a serem realizados e materiais, endossando as conclusões deste Projeto Básico ou assinalando as alterações que julgarem necessárias.

5.3. O prazo de validade da proposta deverá ser de 60 (sessenta) dias e o prazo para pagamento deverá ser de 30 (trinta) dias. A **CONTRATADA** deverá garantir a qualidade dos serviços realizados (*Elaboração dos Projetos*) por um período de 12 (doze) meses a contar da data de entrega.

5.4. O prazo para entrega dos Projetos fica estipulado em **90 (noventa) dias** a partir da emissão da Nota de Empenho (NE).

5.5. A garantia compreende a recuperação ou substituição a expensas do fornecedor, inclusive transporte do local onde foi entregue o material/serviço até as instalações do fornecedor de qualquer componente ou material que apresente divergência de característica. Se, durante o prazo de garantia, forem verificados quaisquer defeitos ou divergências na característica do serviço ou do material, a **CONTRATANTE** comunicará o fato, por escrito à **CONTRATADA**, acordado o prazo para a correção dos defeitos e eliminação das divergências.

5.6. A **CONTRATADA** deverá realizar recolhimento de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou RRT (Registro de Responsabilidade Técnica), do responsável técnico da empresa contratada.

6. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS:

6.1. A comissão de recebimento fará análise dos serviços de acordo com estas especificações e terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para aceitação ou rejeição. Caso os serviços estejam em desacordo com o especificado deveram ser sanados para posterior entrega.

6.2. Deverá ser entregue no 4º S/GBMar do Grupamento de Bombeiros Marítimo, sito à Rua Itapema nº 211, Jardim Cunhambebe, Distrito de Vicente de Carvalho, Guarujá/SP, CEP: 11450-530 Telefone (13) 3352-1300.

Guarujá, 05 de janeiro de 2026.

FERNANDO NISHIHARA ADÃO
Cap PM Comandante do 4º S/GBMar

ANEXO II

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORPO DE BOMBEIROS
GRUPAMENTO DE BOMBEIROS MARÍTIMO

(Processo Administrativo nº 057.00016122/2026-91)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., CELEBRADO
 ENTRE O(A), POR
 INTERMÉDIO DO(A) E

O Estado de São Paulo / [Entidade com personalidade jurídica], por intermédio do(a) (órgão contratante), com sede no(a), na cidade de /Estado de São Paulo, inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pelo(a) [Portaria/.....] nº, de de de 20..., publicado(a) no DOE de de de, [portador(a) da identificação funcional nº/inscrito(a) no CPF sob o nº (se ausente identificação funcional individualizada)], no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no Contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº, conforme atos constitutivos da fornecedora **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da *Concorrência Eletrônica nº .../...*, mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a **contratação de escritório ou profissional especializado em engenharia naval**, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do *Termo de Referência/Projeto Básico*, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE E TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	SERVIÇO DE ESTUDO E PROJETOS DE INDÚSTRIA NAVAL	671	SERVIÇO	01		

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

1.3.1 O *Termo de Referência e Projeto Básico*;

1.3.1. O Edital da Licitação;

1.3.2. A Proposta do Contratado; e

1.3.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução é o de *empreitada por preço global*.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias, contados da assinatura da ordem de serviço, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

2.1.2. Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:

2.1.2.1. O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

2.1.2.2. O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.3. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada está na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada nesta subdivisão, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no *Termo de Referência/Projeto Básico*, que constitui parte integrante deste Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

10.4. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.1. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

10.5. O valor indicado nesta cláusula é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos efetivamente demandados, medidos e fornecidos.

10.6. Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no *Termo de Referência/Projeto Básico*, que constitui parte integrante deste Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. *Os preços inicialmente ajustados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, especificada na subdivisão subsequente.*

7.1.1. *O orçamento estimado pela Administração baseou-se em pesquisas de mercado datadas de 13/05/2026, motivo pelo qual esta é a data do orçamento estimado.*

7.2. *É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice _____ (indicar o índice a ser adotado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.*

7.3. *No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.*

7.4. *No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).*

7.4.1. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.5. *Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).*

7.6. *Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.*

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no *Termo de Referência/Projeto Básico*;

8.1.3. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

8.1.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.6. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no *Termo de Referência/Projeto Básico*;

8.1.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de XX (XXX) para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.13. Comunicar ao Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, se o caso estiver enquadrado na situação disciplinada pelo art. 93, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

8.1.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

8.1.16. *Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;*

8.1.17. *Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, caso haja previsão nos instrumentos da contratação de que o serviço seja executado nas dependências do Contratante, ou em local por ele designado;*

8.1.18. *Previamente à expedição da ordem de serviço, quando for o caso, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução;*

8.1.19. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato;

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade;

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis;

9.1.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, de agente público que desempenhe função na licitação ou de fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos:

- a) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento;
- c) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- d) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

9.1.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do artigo 121 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços;

9.1.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;

9.1.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.1.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do **Termo de Referência/ Projeto Básico**, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.17. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas (art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.19. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.22. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.1.23. *Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo ser exigida do Contratado, inclusive, a capacitação dos técnicos do Contratante ou do novo fornecedor que continuará a execução dos serviços;*

9.1.24. *Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado;*

9.1.24.1. *Considerando que o objeto da contratação envolve a elaboração de projeto relativo a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão de todos os direitos patrimoniais a que se refere a subdivisão anterior inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra, nos termos do § 1º do art. 93 da Lei nº 14.133, de 2021;*

9.1.25. Apresentar seus profissionais devidamente identificados por meio de crachá e mantê-los trabalhando dentro dos horários especificados;

9.1.26. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal de seus profissionais que adentrarão no órgão para a execução do objeto da contratação;

9.1.27. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

9.1.28. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos profissionais alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto;

9.1.29. Instruir seus profissionais quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante;

9.1.30. Instruir seus profissionais a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer eventual ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.1.31. Instruir os seus profissionais quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante;

9.1.32. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrosanitárias, elétricas e de comunicação;

9.1.33. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme a(s) área(s) de atuação prevista(s) no *Termo de Referência/Projeto Básico*, em plena validade;

9.1.34. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

9.1.35. ***Elaborar o Diário de Obra ou Livro de Ordem, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto;***

9.1.36. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

9.1.37. No caso de utilização na execução do objeto deste contrato de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no art. 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA;

9.1.38. Comprovar a procedência legal de produtos ou subprodutos florestais que sejam utilizados em cada etapa da execução contratual, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação da documentação indicada no ***Termo de Referência/Projeto Básico***, conforme o caso;

9.1.39. No caso de utilização na execução do objeto deste contrato de produtos ou subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do art. 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO;

9.1.40. Dar pleno cumprimento ao disposto na Lei estadual nº 12.684, de 26 de julho de 2007, a qual proíbe o uso, no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição;

9.1.41. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, nos seguintes termos:

9.1.41.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso;

9.1.42. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.1.42.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

9.1.42.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

9.1.43. Deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais,

conforme tenha sido disciplinado no **Termo de Referência/Projeto Básico** e em conformidade com o previsto na planilha de formação de preços que integra este instrumento;

9.1.44. Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes:

9.1.44.1. De qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços;

9.1.44.2. Do uso indevido de patentes ou outros direitos de propriedade intelectual de terceiros;

9.1.44.3. De danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços executados;

9.1.45. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente autorizados pela fiscalização e sob custas do Contratado, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam, necessários ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações do **Termo de Referência/Projeto Básico** ;

9.1.46. *Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pelo Contratado, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, prévia e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos: bem como sua aplicação correta nos serviços de reforma e manutenção dos sistemas da embarcação objeto da contratação, visando subsidiar sua posterior contratação;*

9.1.46.1. *A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas na documentação técnica constante no Projeto Básico e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos;*

9.1.47. *Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura deste contrato, o Contratado deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência, o gestor do contrato, os fiscais técnico e administrativo do contrato, , os técnicos da área requisitante, o preposto do Contratado e o gerente da área que executará os serviços contratados;*

9.1.48. Comprovar inscrição no Cadastro Nacional de Obras, no caso de se tratar de hipótese de inscrição obrigatória nos termos da legislação aplicável.

9.2. Em atendimento à Lei nº 12.846, de 2013, e ao Decreto estadual nº 69.588, de 2025, o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025.

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2. Pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.3. Pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. A contratação conta com garantia de execução prestada pelo Contratado, nos moldes do art. 96, combinado com art. 101, ambos da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade *concorrência*, no valor de R\$ _____, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, observando-se para a definição e aplicação desse percentual, quando o caso, o disposto no parágrafo único do artigo 98 do referido diploma legal, acrescido do valor dos bens abaixo arrolados, dos quais o Contratado será depositário:

11.1.1. BEM 1:....., de Valor:

11.1.2. BEM 2:....., de Valor:

11.1.3. ...

11.1.4. Valor total dos bens acima indicados:

11.2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger o período de vigência contratual.

11.3. Caso seja feita opção pela modalidade de seguro-garantia:

11.3.1. *A apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas;*

11.3.2. *O prazo de vigência da apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora, observando-se, quando for o caso, o disposto no § 2º do artigo 96 e no parágrafo único do artigo 97 da Lei nº 14.133, de 2021;*

11.3.3. *Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, nas condições estabelecidas pelo parágrafo único do artigo 97, c/c o § 2º do artigo 96 da Lei nº 14.133, de 2021.*

- 11.4. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 11.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 11.5.1. prejuízos advindos do inadimplemento total ou parcial do objeto do contrato;
 - 11.5.2. multas moratórias e compensatórias aplicadas pelo Contratante ao Contratado; e
 - 11.5.3. obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS relacionadas à contratação, não adimplidas pelo Contratado, quando couber.
- 11.6. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as seguintes:
- 11.6.1. *Caso fortuito ou força maior;*
 - 11.6.2. *Descumprimento das obrigações pelo Contratado decorrentes de atos ou fatos imputáveis exclusivamente ao Contratante;*
 - 11.6.3. *Hipóteses de isenção de responsabilidade decorrentes de exigência legal ou regulamentar.*
- 11.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada seguindo os mesmos parâmetros.
- 11.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente para o pagamento de qualquer obrigação, o Contratado deverá efetuar a respectiva reposição no prazo máximo de XX (XXX) dias úteis, contados da data em que for notificado pelo Contratante para fazê-lo.
- 11.9. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 11.9.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).
 - 11.9.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 11.10. A garantia deve assegurar a cobertura de todos os eventos ocorridos durante a sua validade, ainda que a notificação quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§ 4º do artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021) ou a comunicação do sinistro pelo Contratante ocorra após expirada a vigência da contratação ou a validade da garantia.
- 11.11. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta-fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 11.12. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 11.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.

11.14. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

11.15. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência/Projeto Básico.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv) **Multa:**

Calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento.

iv.1) A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.12. O descumprimento pelo Contratado das obrigações previstas nos incisos I e II do artigo 11 do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, ou nos incisos I e II do artigo 9º do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, poderá acarretar a extinção do contrato por ato unilateral, bem como a aplicação das sanções administrativas cabíveis, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes, independentemente de sua responsabilização na esfera criminal.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da Lei nº 14.133, de 2021, *bem como no art. 1º, § 2º, item 3, do Decreto estadual nº 55.938, de 2010, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto estadual nº 57.159, de 2011, na hipótese da configuração de trabalho em caráter não eventual por pessoas físicas, com relação de subordinação ou dependência, quando o Contratado for sociedade cooperativa (se admitida a participação/contratação de cooperativa).*

13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da Lei nº 14.133, de 2021, conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade: 001 – Governo do Estado de São Paulo / 180201 – Grupamento de Bombeiros Marítimo

II. Fonte de Recursos: 150010001 - TESOURO

III. Programa de Trabalho: 180505

IV. Elemento de Despesa: 33.90.39-99

14.2. *Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento*

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite estabelecido no artigo 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para obras ou serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.4. Na presente contratação, a diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do Contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária (artigo 128 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.5. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.6. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

16.7. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 22 do Decreto estadual nº 68.155, de 2023.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em *01 (uma)* via, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

[Local], [dia] de [mês] de [ano]. OU [Local], data da última assinatura eletrônica das partes.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO III**RESOLUÇÃO SSP-05/2026**

Regulamenta a aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito da Secretaria da Segurança Pública.

O SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, e, considerando as significativas alterações introduzidas pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às licitações e contratações públicas, bem como a necessidade de disciplinar a aplicação de sanções, nos termos dos artigos 155 a 163 desse diploma legal,

RESOLVE:**CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS**

Artigo 1º - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações administrativas e em outros ajustes regidos pela LLCA obedecerá ao disposto nesta Resolução.

Artigo 2º - São consideradas infrações para os fins desta Resolução:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Artigo 3º - As sanções administrativas aplicáveis são:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos.

Artigo 4º - Além das sanções previstas no artigo 3º desta Resolução, incidirá em multa de mora o contratado que der causa ao atraso injustificado na execução do contrato, na forma prevista em edital ou em contrato.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução.

Artigo 5º - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 2º desta Resolução, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos à Administração que advierem da infração cometida;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§1º - São consideradas circunstâncias agravantes:

1 - a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Segurança Pública, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2 - a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3 - a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4 - a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica;

5 - a reincidência na infração;

6 - a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

§ 2º - São consideradas circunstâncias atenuantes:

1 - a falha escusável do licitante ou contratado;

2 - a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;

3 - a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de má-fé;

4 - a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

Artigo 6º - Considera-se reincidência a repetição de conduta prevista no artigo 2º desta Resolução, sancionada por decisão administrativa irrecorrível.

Parágrafo único - Para efeito de reincidência, não prevalece a sanção anterior, se entre a data da decisão administrativa definitiva e aquela da prática posterior houver decorrido período superior a 5 (cinco) anos.

CAPÍTULO II - DAS SANÇÕES

Seção I – Da Advertência

Artigo 7º - A advertência será aplicada exclusivamente ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

Parágrafo único - Será considerada inexecução parcial sem grave prejuízo à Administração aquela relacionada ao descumprimento de cláusulas contratuais, que não comprometa o cumprimento da execução contratual, bem como não cause dano ao interesse público.

Seção II – Da Multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução

Artigo 8º - A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado e poderá ser aplicada a todas as infrações tratadas por esta Resolução.

Artigo 9º - Em caso de inexecução parcial do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato;

II - serviços e fornecimentos contínuos: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor anual do contrato;

Artigo 10 – Em caso de inexecução total do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato;

II - serviços e fornecimentos contínuos: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor anual do contrato.

Artigo 11 – A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução será aplicada nos termos e percentuais abaixo indicados:

I - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

II - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

III - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

IV - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

V - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VI - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VII - praticar atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VIII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

Artigo 12 - Nas hipóteses de inexecução parcial ou total do contrato, a autoridade competente deverá deliberar, formalmente, quanto à vantajosidade da manutenção do contrato vigente ou inaugurar, imediatamente, os procedimentos para a extinção do contrato.

Seção III – Da multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução

Artigo 13 - Em caso de atraso injustificado na execução do contrato será aplicada a multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução:

I - sobre o valor da parcela inadimplida;

II - a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado para cumprimento da obrigação.

§1º- A multa de mora prevista no caput deste artigo será:

1 - no caso de aquisição de bens ou de prestação de serviços não contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, conforme o caso.

2 - no caso de serviços e fornecimentos contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado ou bem adquirido.

3 - no caso de obras e serviços de engenharia:

a) 0,7% (sete décimos por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias;

b) 1% (um por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias, no caso de reincidência;

c) após 30 (trinta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado.



§ 2º – Os prazos referidos nos itens 1 a 3 do §1º deste artigo serão contados em dias corridos. Resolução;

§ 3º – A multa de mora poderá:

1 - ser convertida na multa sancionatória prevista no inciso II do artigo 3º desta

2 - ser aplicada em conjunto com as demais sanções previstas nesta Resolução;

3 - ensejar a extinção unilateral do contrato.

Seção IV – Do Impedimento de Licitar e Contratar

Artigo 14 - A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, quando não se justificar a imposição de declaração de inidoneidade, pelos seguintes prazos, respeitado o prazo máximo de 3 (três) anos:

I - de 3 (três) meses a 9 (nove) meses pela conduta de deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

II - de 6 (seis) meses a 18 (dezoito) meses pela conduta de:

a) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

b) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

c) retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

III - de 12 (doze) meses a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

IV - de 2 (dois) anos a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato.

Seção V – Da Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar

Artigo 15 – A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, pelos seguintes prazos, devendo ser observado o prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos:

I - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos, pela conduta de praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos pela conduta de:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Parágrafo único - A sanção prevista no caput será aplicada quando justificada a imposição de penalidade mais grave pela prática das seguintes condutas, pelos seguintes prazos:

I - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos pela conduta de:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- d) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato;

CAPÍTULO III - DAS COMPETÊNCIAS

Artigo 16 - O Dirigente da Unidade Gestora Executora (UGE) será competente para:

I - instaurar os processos sancionatórios e de responsabilização;

II - aplicar as sanções de advertência e multa nos casos de inexecução parcial do contrato que não resulte em grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

III - aplicar as sanções decorrentes de infrações no procedimento licitatório para constituição de Sistema de Registro de Preços, do descumprimento do pactuado na ata de



registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;

IV - aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, na condição de órgão participante, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

Parágrafo único – Os atos previstos neste artigo serão formalizados mediante despacho motivado, com a devida indicação dos fundamentos fáticos e jurídicos.

Artigo 17 - O Dirigente da Unidade Orçamentária (UO) será competente para aplicar:

I - sanção de multa pelas seguintes condutas:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

b) dar causa à inexecução total do contrato;

c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

g) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

h) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

i) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

j) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

k) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

II - a sanção de impedimento de licitar e contratar pelas seguintes condutas:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

b) dar causa à inexecução total do contrato;



- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

Artigo 18 - Compete exclusivamente ao Secretário de Segurança Pública a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no artigo 15 desta resolução, que será precedida de análise pelo órgão jurídico da Pasta.

CAPÍTULO IV - DA APURAÇÃO DE INFRAÇÕES E APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Seção I - Das espécies de processo para aplicação das sanções

Artigo 19 - A aplicação das sanções objeto desta Resolução obedecerá ao seguinte:

I - para as sanções previstas nos incisos I a II do artigo 3º, desta Resolução e para a multa de mora será instaurado processo sancionatório;

II - para as sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, será instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis.

§1º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização terão início com o registro da infração.

§2º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instaurados junto ao SEI/SP - Sistema Eletrônico de Informações do Estado de São Paulo - nos termos do Decreto nº 67.641, de 10 de abril de 2023, e ser relacionados, apensados ou anexados ao processo principal, de forma que a consulta a ambos possa ser simultânea.

§3º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instruídos com as peças extraídas do processo principal identificadas individualmente, evitando a reunião de vários documentos em um único arquivo.

§4º - Com o início do processo sancionatório ou do processo de responsabilização, deverão ser notificados os emitentes das garantias que houver.

Seção II - Do registro da infração

Artigo 20 - Constatada a prática das infrações previstas nesta Resolução, no transcorrer do procedimento licitatório ou durante a execução do contrato, o fato deverá ser relatado formalmente ao Dirigente da UGE para que exerça o controle preventivo e delibere sobre o prosseguimento.

§1º - O relato formal da infração constitui um dever do agente público que tomar conhecimento do fato.

§2º - O relato formal da infração deverá conter os seguintes elementos:

- 1** - descrição da conduta irregular praticada pelo licitante ou contratado;
- 2** - motivação do ato, com enquadramento da situação fática às infrações previstas nesta Resolução;
- 3** - memorial de cálculo da multa, com base nesta Resolução;
- 4** - proposta de aplicação das sanções, nos termos desta Resolução.

§ 3º - O relato formal da infração será lavrado em documento digital, por meio do SEI/SP ou outro que venha a substituí-lo.

§ 4º - Compete:

- 1** - ao agente de contratação, bem como ao presidente da comissão de contratação, conforme o caso, o relato formal da infração cometida durante a licitação.
- 2** - ao gestor e a qualquer fiscal do contrato o relato formal da infração cometida durante a execução contratual.

§ 5º - Em sendo o relato formal da infração lavrado pelo fiscal do contrato, este deverá ser remetido preliminarmente ao gestor do contrato, para que exerça o controle preventivo do ato.

Seção III - Do processo sancionatório para aplicação de advertência

Artigo 21 – À vista de relato formal sobre inexecução parcial do contrato, sem grave dano à Administração, o dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório para aplicação de advertência.

§ 1º - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da sanção.

§2º - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

§3º - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

Seção IV - Do processo sancionatório para aplicação da multa prevista no artigo 2º, inciso II desta Resolução e da multa de mora prevista no 3º desta Resolução

Artigo 22 - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita à multa ou à multa de mora, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório.

§1º - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da multa proposta no relato formal.

§2º - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

§3º - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

§4º - Mantida a aplicação da penalidade, o interessado deverá ser intimado para ciência e, se for o caso, para pagamento da multa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação para o recolhimento, devendo comprová-lo nos autos do processo sancionatório.

Seção V - Do processo de responsabilização para aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Artigo 23 - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita às penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo de responsabilização, nos termos do artigo 19, inciso II desta Resolução.

§1º - O despacho fundamentado consistirá:

1 - Na conferência da penalidade proposta no relato formal;

2 - Na constituição de comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, de acordo com o artigo 19, inciso II desta Resolução.

§2º - A comissão referida no inciso II do §1º deste artigo:

1 - avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;

2 - intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

3 - notificará os emitentes das garantias exigidas no contrato sobre o início do processo de responsabilização para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do artigo 137, § 4º, da LLCA.

Artigo 24 - Se estiverem presentes indícios que recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o interessado ser intimado de ambas as consequências da infração constatada.

Artigo 25 - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o interessado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

Artigo 26 - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

Artigo 27 - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

Artigo 28 - Os processos de responsabilização deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução, à autoridade competente para fins de avaliação da regularidade do seu processamento.

Parágrafo único - Constatada a regularidade, a autoridade competente proferirá decisão, salvo nos casos de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, hipótese em que os autos serão remetidos ao órgão de assessoramento jurídico preliminarmente à decisão do Titular da Pasta.

Seção VI - Dos recursos

Artigo 29 - Da decisão que aplicar as sanções de advertência, multa, multa de mora e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

Parágrafo único - O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados do recebimento dos autos.

Artigo 30 - Da decisão que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias

úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento pela autoridade competente.

Artigo 31 - O recurso e o pedido de reconsideração suspenderão o ato ou a decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Artigo 32 - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

Seção VII - Das intimações

Artigo 33 - A intimação dos atos previstos nesta Resolução será feita ao preposto ou ao representante legal do interessado, conforme o caso, mediante mensagem eletrônica formal por meio do SEI/SP ao endereço de e-mail registrado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

Parágrafo único - Resultando infrutífera a intimação a que refere o caput deste artigo, será esta efetuada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 34 - A imposição das sanções previstas nesta Resolução não impede a propositura de ação judicial visando à reparação integral do dano causado.

Artigo 35 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Artigo 36 - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta Resolução o disposto no artigo 183 da LLCA.

Artigo 37 - A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput deste artigo;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Artigo 38 - Os atos previstos como infrações administrativas na LLCA ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados

conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei.

Artigo 39 - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na LLCA ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Artigo 40 - Esta Resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 41 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

OSVALDO NICO GONÇALVES
Secretário da Segurança Pública



ANEXO IV
MODELO REFERENTE A PLANILHA DE PROPOSTA

Item	Especificações dos Serviços	Valor unitário	Valor Serviço
1	Elaboração do Projeto Executivo		
2	Requisitos técnicos do Projeto		
3.3.5.	Sistema Elétrico		
3.3.6.	Sistema Hidráulico		
3.3.7.	Sistema de Resfriamento das Máquinas		
3.3.8.	Sistema de Esgoto		
3.3.9.	Sistema de Água Potável		
3.3.10.	Sistema de Óleo Combustível		
3.3.11.	Sistema Mecânico		
3.3.12.	Sistema de Propulsão e Linhas de Eixo		
3.3.13.	Sistema de Navegação, Segurança da Navegação, Comunicação e Segurança		
3.3.14.	Sistema de Governo		
3.3.15.	Sistema Pneumático e Sistema de Ar Comprimido de Serviços Gerais		
3.3.16.	Sistema de Recarga de Cilindros de Mergulho e EPR		
3.3.17.	Sistema de Combate a Incêndio		
3.3.18.	Caldeiraria, Soldagem e Proteção Catódica		
3.3.19.	Projeto Executivo de Docagem e Lançamento		
3.3.20.	Carpintaria Naval		
Valor Total			

Empresa: _____ Telefone: _____

Responsável pela assinatura do contrato: _____

RG nº _____ CPF nº _____

Local e data

Assinatura

ANEXO IV.1 - CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

Projeto Básico nº GBMar-001/500/26
CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

ITEM	ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS	MES 1			MES 2			MES 3			VALOR POR SERVIÇO
		10 DIAS	10 DIAS	10 DIAS	10 DIAS	10 DIAS	10 DIAS	10 DIAS	10 DIAS	10 DIAS	
1	Elaboração do Projeto Executivo							R\$ 21.550,00	100%		R\$ 21.550,00
2	Requisitos técnicos do Projeto	R\$ 18.175,00	100%								R\$ 18.175,00
3.3.5.	Sistema Elétrico				R\$ 25.525,00	100%					R\$ 25.525,00
3.3.6.	Sistema Hidráulico							R\$ 20.750,00	100%		R\$ 20.750,00
3.3.7.	Sistema de Resfriamento das Máquinas				R\$ 18.750,00	100%					R\$ 18.750,00
3.3.8.	Sistema de Esgoto	R\$ 14.325,00	100%								R\$ 14.325,00
3.3.9.	Sistema de Água Potável	R\$ 13.625,00									R\$ 13.625,00
3.3.10.	Sistema de Óleo Combustível				R\$ 14.300,00	100%					R\$ 14.300,00
3.3.11.	Sistema Mecânico							R\$ 13.000,00	100%		R\$ 13.000,00
3.3.12.	Sistema de Propulsão e Linhas de Eixo							R\$ 16.750,00			R\$ 16.750,00
3.3.13.	Sistema de Navegação, Segurança da Navegação, Comunicação e Segurança				R\$ 15.675,00	100%					R\$ 15.675,00
3.3.14.	Sistema de Governo	R\$ 14.700,00	100%								R\$ 14.700,00
3.3.15.	Sistema Pneumático e Sistema de Ar Comprimido de Serviços Gerais							R\$ 17.500,00	100%		R\$ 17.500,00
3.3.16.	Sistema de Recarga de Cilindros de Mergulho e EPR				R\$ 13.000,00						R\$ 13.000,00
3.3.17.	Sistema de Combate a Incêndio	R\$ 11.375,00	100%								R\$ 11.375,00
3.3.18.	Caldeiraria, Soldagem e Proteção Catódica	R\$ 15.500,00	100%								R\$ 15.500,00
3.3.19.	Projeto Executivo de Docagem e Lançamento				R\$ 13.625,00	100%					R\$ 13.625,00
3.3.20.	Carpintaria Naval				R\$ 14.375,00	100%					R\$ 14.375,00
VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS		R\$ 87.700,00			R\$ 115.250,00			R\$ 89.550,00			R\$ 292.500,00
		ACUMULADO MENSAL									
		R\$ 87.700,00			R\$ 202.950,00			R\$ 292.500,00			R\$ 292.500,00

GUARUJA, 25 DE MAIO DE 2026.


 Fernando Nishihara Adão
 Cmt do SGB Náutico

ANEXO V - MODELOS DE DECLARAÇÃO**ANEXO V.1.****MINISTÉRIO TRABALHO****MODELO**

(em papel timbrado da licitante)

Nome completo: _____

RG nº: _____ CPF nº: _____

DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante _____ (**nome empresarial**), interessado em participar do Concorrência nº _____:

- a) está em situação regular perante o Ministério do Trabalho e Previdência no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal, na forma do Decreto Estadual nº 42.911/98;
- b) atende as normas relativas à saúde e segurança nos termos do artigo 117, parágrafo único, da [Constituição Estadual](#);
- c) não se enquadra em nenhuma das vedações de participação na licitação previstas neste Edital.

São Paulo, ____ de ____ de ____.

Representante legal
(com carimbo da empresa)

ANEXO V.2.

ANTICORRUPÇÃO

**DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO
CONFORME AO MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO**

(em papel timbrado da licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, representante legal do licitante _____ (**nome empresarial**), interessado em participar do processo licitatório n.º _____, do (**órgão promotor do certame**), **DECLARO**, sob as penas da Lei, especialmente o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;

b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;

c) o licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;

d) o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto;

e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e

f) o representante legal do licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

DECLARO, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei federal nº 12.846/13 e ao Decreto estadual nº 67.301/22, tais como:

I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;

III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV – no tocante a licitações e contratos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V – dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

(Local e data)

(Nome/assinatura do representante legal)



DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

MODELO

(em papel timbrado da licitante)

ATENÇÃO: ESTA DECLARAÇÃO DEVE SER APRESENTADA APENAS POR LICITANTES QUE SEJAM ME/EPP.

Eu, _____, portador do CPF nº _____, representante legal do licitante _____ (**nome empresarial**), interessado em participar Concorrência nº _____, **DECLARO**, sob as penas da Lei, o seu enquadramento na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO V.4.



**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO COOPERATIVA QUE PREENCHA AS
CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO ART. 34, DA LEI FEDERAL Nº 11.488/2007**

MODELO

(em papel timbrado da licitante)

**ATENÇÃO: ESTA DECLARAÇÃO DEVE SER APRESENTADA APENAS POR LICITANTES QUE
SEJAM COOPERATIVAS.**

Eu, _____, portador do RG
nº _____ e do CPF nº _____, representante legal do
licitante _____ (**nome empresarial**), interessado em participar
da Concorrência nº _____, **DECLARO**, sob as penas da Lei, que:

a) O Estatuto Social da cooperativa encontra-se adequado à Lei Federal nº
12.690/2012;

b) A cooperativa auferir Receita Bruta até o limite definido no inciso II
do *caput* do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, a ser comprovado
mediante Demonstração do Resultado do Exercício ou documento equivalente;

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO VI

MODELOS REFERENTES À VISTORIA PRÉVIA

ANEXO VI.1

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO DA
LICITAÇÃO PRECEDIDA DE VISTORIA
(elaborada pelo licitante)**

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar da Concorrência nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO que o licitante tem conhecimento do(s) local(is) e das condições da realização do objeto da licitação, e que realizou vistoria prévia no(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação, colhendo todas as informações e subsídios necessários para a elaboração da sua proposta.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura do representante legal)

ANEXO VI.2**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO**
(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar da Concorrência nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO que o licitante tem conhecimento do(s) local(is) e das condições da realização do objeto da licitação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura do representante legal)

ANEXO VI.3**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES DA CONTRATAÇÃO**
(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de responsável técnico de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar da Concorrência nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO que o licitante tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura/qualificação do responsável técnico)



ANEXO VII AVALIAÇÃO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS

Cidade, XX mês 20XX

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS				
Data	Nº SEI:	Nº do Empenho:	Nº Contrato:	Nº da Nota fiscal:
XXMESXX	000.00000000/2025-00	2025NEXXXX	XXX/XXX/25	00000
Empresa Contratada:			CNPJ:	
Objeto da contratação: [Descrição dos serviços / Finalidade]				
Responsável pela fiscalização/demandante do serviço:				
Nome: [cargo e nome do Fiscal Técnico]			CPF	
Nome: [cargo e nome do Fiscal Administrativo]			CPF	
Nome: [cargo e nome do Gestor do Contrato]			CPF	
1. Da execução				
[Resumir o escopo do serviço contratado, incluindo principais entregas previstas no contrato].				
2. Andamento do Projeto				
Percentual Concluído: [Inserir percentual]				
Descrição das Atividades Realizadas no Período: [Descrever as principais atividades realizadas no período de referência e comparar com o cronograma de execução do projeto].				
3. Avaliação da Qualidade dos Serviços				
Conformidade com o Termo de Referência: [Avaliar se os serviços estão de acordo com as especificações técnicas definidas no contrato.]				
Problemas de Qualidade Identificados: [Listar problemas de qualidade encontrados e medidas tomadas para correção.]				
4. Cumprimento do Cronograma				
Adesão ao Cronograma: [Avaliar se o projeto está seguindo o cronograma original; mencionar possíveis atrasos e suas justificativas.]				
Riscos de Atraso: [Identificar e descrever potenciais riscos que podem impactar o cronograma da obra.]				
5. Interferências e Problemas Externos				
[Descrever interferências ou problemas externos que afetaram o andamento da obra, como questões ambientais, legais, ou com a comunidade local.]				
6. Ações Corretivas e Recomendações				
[Listar ações corretivas tomadas em resposta a problemas identificados e fazer recomendações para melhorar a execução dos serviços.]				
7. Anexos e Documentações de Suporte				
[Incluir ou referenciar quaisquer documentos, fotos, ou outros anexos que suportem as observações feitas neste relatório.]				

NOME COMPLETO
XXXX PM – Gestor do Contrato



ANEXO VIII – PLANILHA ORÇAMENTARIA

Item	Qtde	DISCRIMINAÇÃO	Valor Médio
			Total
1	1	Elaboração do Projeto Executivo	R\$ 21.550,00
2	1	Requisitos técnicos do Projeto	R\$ 18.175,00
3.3.5.	1	Sistema Elétrico	R\$ 25.525,00
3.3.6.	1	Sistema Hidráulico	R\$ 20.750,00
3.3.7.	1	Sistema de Resfriamento das Máquinas	R\$ 18.750,00
3.3.8.	1	Sistema de Esgoto	R\$ 14.325,00
3.3.9.	1	Sistema de Água Potável	R\$ 13.625,00
3.3.10.	1	Sistema de Óleo Combustível	R\$ 14.300,00
3.3.11.	1	Sistema Mecânico	R\$ 13.000,00
3.3.12.	1	Sistema de Propulsão e Linhas de Eixo	R\$ 16.750,00
3.3.13.	1	Sistema de Navegação, Segurança da Navegação, Comunicação e Segurança	R\$ 15.675,00
3.3.14.	1	Sistema de Governo	R\$ 14.700,00
3.3.15.	1	Sistema Pneumático e Sistema de Ar Comprimido de Serviços Gerais	R\$ 17.500,00
3.3.16.	1	Sistema de Recarga de Cilindros de Mergulho e EPR	R\$ 13.000,00
3.3.17.	1	Sistema de Combate a Incêndio	R\$ 11.375,00
3.3.18.	1	Caldeiraria, Soldagem e Proteção Catódica	R\$ 15.500,00
3.3.19.	1	Projeto Executivo de Docagem e Lançamento	R\$ 13.625,00
3.3.20.	1	Carpintaria Naval	R\$ 14.375,00
Valor Total			R\$ 292.500,00